

- U. F. R. J. -
BIBLIOTECA
- IPPUR -

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
IPPUR - INSTITUTO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO
TERRITORIAL

MONOGRAFIA

DISTRITO INDUSTRIAL: Um estudo de caso, o município do Cabo

José Valdson Marques de Oliveira

Rio de Janeiro
Outubro -1989

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I	- ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	04
	I.1 - Organização da Sociedade no Período Colonial.....	04
II	- ASPECTOS FÍSICOS	11
III	- CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 1950 a 1980.....	13
	III.1 - Migração.....	19
	III.2 - Estrutura da População por Sexo e Idade.....	22
	III.3 - Estrutura da População por Nível Educacional.....	23
	III.4 - Estrutura da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade.....	27
	III.5 - Aspectos Sócio-Econômicos em 1980.....	31
IV	- SITUAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.....	35
V	- A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI - DISTORÇÃO DE UMA PROPOSTA DE RE FORMA AGRÁRIA.....	42
VI	- O DISTRITO INDUSTRIAL.....	48
	VI.1 - Localização.....	49
	VI.2 - Incentivos à Novas Indústrias.....	54
VII	- PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS ENTRE 1950 E 1970.....	56
	VII.1 - Estrutura do Setor Industrial e Crescimento entre 1970 e 1980.....	64

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

BIBLIOGRAFIA CITADA

NOTAS AOS CAPÍTULOS

ANEXOS

- U. F. R. J.
BIBLIOTECA
- I P P U R

INTRODUÇÃO

O presente tema tem como objeto de estudo a análise das relações sociais da realidade urbana do município do Cabo, a partir do processo de implantação do Distrito Industrial em 1960.

Tentamos incorporar e correlacionar elementos dos estudos sócio-econômicos dos aglomerados urbanos da sede do Cabo e do Distrito de Ponte dos Carvalhos e suas evoluções. Compreendemos que estes dois estudos são interdependentes a tal ponto que não se justificaria desenvolvê-los isoladamente, salvo se pretendessemos obter um mero inventário descritivo dos recursos e das ocorrências do meio urbano e, assim, não objetivássemos a compreensão do conjunto de fatores determinantes dos fenômenos sócio-econômicos das áreas consideradas.

Partindo desta compreensão foram formulados os seguintes objetivos deste trabalho:

- Alcançar a compreensão preliminar da dimensão social do fenômeno urbano nos aglomerados do Cabo e Ponte dos Carvalhos, a partir de uma perspectiva histórica.
- Buscar uma explicação para os fenômenos sócio-econômicos atuando na área urbana nestes aglomerados a partir da compreensão da problemática da dinâmica populacional urbana e rural.
- Identificar as conseqüências do processo de industrialização sobre estes aglomerados.
- Comparar os elementos de crescimentos do setor industrial.

Na formulação destes objetivos consideramos que para a indicação de alternativas de intervenção especialmente a partir dos impactos da implantação do Distrito Industrial (DI), carece o objetivo de variáveis ainda não disponíveis. Deduzimos do exposto que, de imediato, os objetivos de estudo foram limitados à compreensão dos fenômenos tais como eles se apresentam.

Com relação à metodologia empregada cabe ressaltar que, segundo os objetivos definidos, adotamos como ponto de partida as situações de vida das populações dos aglomerados urbanos estudados, isto é, situações concretas.

Desta forma, tentamos alcançar uma compreensão da interpretação dos mais diversos fatores de natureza histórica, social, política e econômica, na formação do tecido urbano dos aglomerados delimitados para o estudo (sua estrutura, os elementos componentes desta estrutura, suas funções, interrelações funcionais e dis-funções).

A natureza do estudo é assísimil, orientada pela preocupação de quanto elemento de promoção do desenvolvimento determinados.

Sendo esta a ordem de procedimentos tradicionais orientados pelo interesse. Neste sentido é que procuramos problemas identificados na área objeto de estudos, uma vez que se colocaram em confronto identificar, compreender e explicar.

Deste modo, a teoria deixou de ser vel. Tentamos estabelecer uma relação processo contínuo que realimentou a compreensão organização lógica dos fatos; que dá, sendo como resultante indispensável à compreensão.

Por outro lado, os fatos de modo a serem apenas transpostos para a realidade.

Na realidade, o trabalho foi flexão. Isto permitiu a construção de aproximação do real, isto é, das situações.

O objeto de estudo foi descrito em outros que, por sua vez, foram secundárias, tendo em vista confirmar, o desenvolvimento deste estudo.

Algumas dificuldades foram encontradas no processo lógico descrito, tais sejam:

- Penetração em uma área do estudo foram realizados e, assim instituídos, fundamentam e/ou se apoiam em questões teóricas. Por exemplo, a formação dos aglomerados urbanos, o desenvolvimento econômico e social, a partir do processo de desenvolvimento do município do Cabo, do Distrito Industrial.

- Dificuldades materiais também relacionadas ao deslocamento das fontes de informação do processo metodológico, juntamente com as dificuldades de obtenção de dados.

sendo considerada como a maior abrangência possível para o fenômeno industrialização, em âmbito regional e social, naqueles espaços.

procuramos nos distanciar dos modelos tradicionais de elaboração ou reelaboração teórica na investigação direta de problemas. As teorias disponíveis foram questionadas em situações concretas, tentando-se explicar as situações.

uma meta-teoria, intocada e intocável - os (ou dados) e teoria, como um processo sobre o concreto. Buscamos assim, uma interpretação e um significado teórico, reconhecendo e explicação continuadas dos dados. Os dados estudados não foram utilizados de modo a serem apenas transpostos para a realidade.

levado a nível de um processo de realidade - tanto quanto possível a mais aproximada das evidenciadas.

partir dos dados inicialmente obtidos, os dados por aqueles obtidos em fontes secundárias, tendo em vista confirmar, o desenvolvimento deste estudo.

na utilização do processo metodológico.

em que outros estudos anteriores foram considerados ou indiscutíveis porque fundamentadas como aquelas relativas, por exemplo, ao problema do desenvolvimento do município do Cabo, do Distrito Industrial, com a implantação, no município do Cabo, do Distrito Industrial.

os levantar, especialmente aquelas dificuldades técnicas, base estratégica da operação e as limitações relacionadas às informações de dados.

- Resulta, todavia, como principal dificuldade a limitação do tempo disponível à elaboração do trabalho, tendo em vista a fase de análise e reelaboração dos dados.

Contudo, o registro especial devemos fazer as pessoas que nos ajudaram fornecendo, através do correio, indicações de fontes bibliográficas e dados secundários, pertencentes aos acervos da Biblioteca da SUDENE e do PIMES /UFPE. A todas estas pessoas nossos agradecimentos.

No entanto, as dificuldades serviram de estímulo e desafio.

Outubro, 1989.

I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS

I.1 - Organização da Sociedade no Período Colonial

A estrutura social assentada na região canavieira desde cedo seguiu os parâmetros da sociedade colonial que se instalava no Brasil, e especialmente no Nordeste. A colonização lusa caracterizou-se de imediato como um empreendimento tipicamente capitalista, ligada aos interesses expansionista do mercantilismo europeu do início do século XVI.

A sociedade colonial brasileira daí resultante, apoiada no latifúndio e na monocultura da cana-de-açúcar, caracterizou-se pela utilização da mão-de-obra escrava, importada da África devido à resistência do índio em adaptar-se às condições de trabalho impostas pelos portugueses. A resistência da população indígena levou os portugueses a empreenderem contra estas ações militares que resultaram na expulsão dos aborígenas de suas terras.

Apesar de algumas dificuldades iniciais, a economia canavieira do Nordeste do Brasil alcançou, ainda no século XVI, sua maior expansão, atingindo a região da cana numa renda per capita calculada entre as mais altas do mundo. Este desenvolvimento esteve desde o início ligado aos interesses de empreendedores holandeses, os quais na Europa eram responsáveis pela refinação e distribuição do açúcar, como também participaram de seus transportes de um para outro continente. A tal ponto estreitaram-se estes laços que os holandeses optaram por uma invasão do Nordeste quando foram afastados dos negócios do açúcar brasileiro, devido à política desenvolvida a partir da anexação de Portugal à Espanha.

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste em 1644, alguns fatores vieram a interferir na economia açucareira da região, iniciando-se já o seu longo processo de decadência que perdura até os nossos dias, entremeado por pequenos florescimentos: produção de açúcar em outras áreas mais próximas da Europa, especialmente nas Antilhas, pelos próprios holandeses; diversificação da economia brasileira com a descoberta das minas de ouro no Centro-Sul, resultando no deslocamento de grandes contingentes de escravos para aquela região; florescimento da cultura cafeeira nas terras de São Paulo, etc.

Apesar disto, a estrutura social implantada no início da colonização permaneceu praticamente inalterada até a libertação formal dos escravos negros em 1888. Esta estrutura baseava-se em um antagonismo entre o senhor de engenho e todos os demais degraus da hierarquia social e, em especial, o escravo.

No topo desta hierarquia social situava-se os senhores de engenho, cujo, poder deriva do seu domínio entre todos os fatores de produção do açúcar, exceto a comercialização para o mercado externo.

A concentração do poder nas mãos dos senhores de engenho originou, entre outras coisas, um tipo de família com características de família patriarcal, sobre a qual o pater família detinha poder de vida e morte, cabendo aos demais membros a submissão pura e simples.

Logo abaixo dos senhores de engenhos vinham os lavradores, ou seja, aqueles que plantavam cana em terras próprias ou de terceiros, mas, não dispunham de fábrica de açúcar e por isto mesmo dependiam dos senhores de engenhos para o fabrico e comercialização do açúcar. Contudo, os lavradores também utilizavam mão-de-obra escrava em suas plantações.

A categoria de assalariados constituía-se principalmente de mestres de açúcar, carpinteiros, oleiros e outros profissionais, geralmente europeus, que eram responsáveis pela operação do engenho banguê. Ainda nesta categoria de assalariados figuravam os padres contratados pelos senhores de engenhos, o que explica o comprometimento destes representantes da Igreja com os detentores do poder.

Outra categoria era a dos moradores, constituída em geral de homens livres que tinham a concessão dos senhores de engenhos para morar em suas terras e cultivar alguma lavoura de subsistência, funcionando ainda como mão-de-obra disponível que os senhores de engenhos utilizavam sempre que se fizesse necessário. Esta forma de exploração do morador, que chegou até os nossos dias com o nome de "obrigação" ou "cambão", tornou-se mais intensa a partir da abolição do comércio de escravos em 1850. A situação de segurança dos moradores era muito precária já que as terras que ocupavam poderiam ser tomadas pelos senhores de engenho quando estes assim desejassem, com ou sem motivo objetivo.

Os foreiros eram "trabalhadores livres" como os moradores, e como estes cultivavam lavoura de subsistência em um trato de terra pertencente ao proprietário ao qual pagava um aluguel pelo uso da terra. Quando chamados a dar alguns dias de serviço ao proprietário, nem sempre recebiam salários.

Na base da pirâmide estava o escravo "juridicamente desprovido dos direitos da pessoa humana, socialmente tratado como coisa e economicamente contabilizado como investimento" (1).

Na segunda metade do século XIX vários fatores concorreram para abalar a economia açucareira do Nordeste. Dentre eles avultam a "expansão da produção do açúcar de beterraba na Europa e do açúcar de cana em outras áreas produtoras" (2) e, a abolição do trabalho escravo. Referindo-se à abolição e às suas causas estruturais, Bo

nifácio de Andrade assim escreve: " O capitalismo industrial do século XIX concisionou a destruição da estrutura social escravagista, implantada no Brasil no século XVI em decorrência da expansão do capitalismo mercantil. O processo da Abolição da Escravatura pode ser dividido, cronologicamente em duas etapas. Na primeira, que terminou em 1850, com a Abolição do Tráfego Negreiro, predomina a pressão da Inglaterra, com o apoio de algumas poucas vozes internas. Na segunda, iniciada aí e terminada em 1888 com a Lei de 13 de maio, predomina a luta política interna entre os abolicionistas e os que defendiam a manutenção da escravidão, devendo-se destacar a agitação social decorrente da participação dos escravos nos últimos anos da campanha abolicionista. Os defensores da abolição da escravidão dividiam-se em duas alas bem distintas, uma que levou os escravos à agitação e empenhava-se com o objetivo de melhorar as condições de vida dos que eram escravos; e outra ala que lutou pela abolição porque percebeu que a mudança no regime de trabalho ia favorecer os empresários das atividades econômicas secundárias e terciárias, em expansão, como até mesmo os próprios latifundiários que mais utilizavam a mão-de-obra escrava. Em virtude do êxito desta ala abolicionista é que a Abolição da Escravidão no Brasil resolveu o problema do branco, não do negro" (3).

A partir da Abolição da Escravatura registrou-se uma mudança na tecnologia da produção através de um processo amplo de modernização que visava adaptar o Brasil às novas condições econômicas internacionais. Do início, o próprio Estado estimulou esta modernização, dando condições para a instalação dos engenhos centrais, na década de 1880. "Os engenhos centrais", que deveriam ser instalados em lugares estratégicos das zonas de maior volume de produção eram fábricas separadas das atividades de produção de cana, implantadas com capitais estrangeiros garantidos pelo governo. Com o fracasso dos engenhos centrais, na década de 1890, começaram a funcionar as primeiras usinas, que se caracterizavam " por uma intensa concentração de capital que veio pouco a pouco destruir o engenho banguê, apesar da surpreendente resistência deste" (4).

A usina não conseguiu resolver a crise da economia açucareira da região nordestina pois apesar da moderna tecnologia empregada, esta continuou vinculada à sua dependência do mercado externo.

Todo o processo de modernização ocorrido a partir da Abolição da Escravatura até a implantação das usinas, resultou na transformação de uma sociedade de características nitidamente patriarcais numa outra de bases empresariais. Não houve contudo uma mudança significativa na hierarquia social, exceto pelo surgimen

to de algumas camadas intermediárias antes inexistentes. A abolição formal do trabalho escravo não acarretou num processo automático de instauração do trabalho assalariado na zona canavieira. " Na verdade, (...) existiu um período de tempo considerável de predomínio de formas intermediárias de relações de trabalho entre a abolição (e mesmo anteriores a ela) e a instauração de relações salariais puras" (5).

Com a instauração das usinas, o aumento da produção deveu-se mais à incorporação de novas terras ao cultivo da cana de açúcar. Inicialmente, incorporaram-se terras fora das propriedades das usinas. Em seguida, deu-se a expansão a partir do desmatamento sistemático das áreas localizadas nos próprios engenhos. Paralelamente, iniciou-se o processo de expansão dos chamados "moradores" e "foreiros" para a utilização de terras até então cultivadas com lavouras de subsistência.

Este processo, especialmente a partir de 1940, refletiu no aumento populacional das cidades da zona açucareira, que passaram a concentrar esta população em suas áreas periféricas. A expulsão dos trabalhadores rurais acentuou-se nos anos 50, radicalizando-se a partir de 1963 com a vigência dos direitos trabalhistas no campo, assegurada pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, naquele ano. Em alguns casos conhecidos, como na cidade do Cabo, esta concentração resultou na ocupação de áreas urbanas, atendendo aos interesses dos usineiros e proprietários de terras, os quais asseguram assim a disponibilidade de mão-de-obra ao mesmo tempo em que se livram dos encargos sociais diretos e que estariam obrigados com a presença física dessa mão-de-obra em suas propriedades.

Portanto, é natural que se encontre grande número de famílias residindo nas periferias das cidades do Cabo em terras cedidas pelas usinas, a título de indenizações, trabalhando por regime de diárias para a própria usina.

Estes contingentes populacionais, comumente chamados de "marginais",^(*) são, na realidade, perfeitamente necessários e integrados ao sistema produtivo existente nas condições atuais.

(*) - O termo "marginal" está aqui sendo usado no sentido que lhe dá Pedro Demo quando diz que "os marginalizados são "excluídos"; mas esta exclusão se dá através de uma participação peculiar no modo de produção capitalista". Ou seja, estes estratos "marginais" são excluídos dos benefícios do sistema, mas não contribuintes indispensáveis a realimentação permanente do próprio sistema. (Pedro Demo, 1975, p.2).

O processo de ocupação e progressiva expansão da cidade do Cabo e de Ponte dos Carvalhos decorre das transformações da atividade econômica no setor primário. Há visto que a concentração de populações em áreas periféricas a estes núcleos urbanos passa a se configurar na medida em que a agro-indústria açucareira expulsa a mão-de-obra do meio rural, sem contudo dispensar sua participação no processo produtivo.

No particular, cabe desde já considerar que a implantação do Distrito Industrial do Cabo a partir de 1962 não viabilizou uma melhoria da qualidade de vida nestes aglomerados urbanos, conforme será tratado no desenvolvimento deste estudo.

Estas considerações permitem pressupor também que a população rural expulsa do campo está apenas sendo agregada de forma intermitente a alguns sub setores das atividades econômicas (notadamente a prestação de serviços e o comércio de mercadorias, ambos de caráter informal), ou seja, ela está sendo levada a uma apropriação alternativa de certas fontes de subsistência nos momentos em que não é requisitada pela economia açucareira.

A ocupação do município do Cabo data dos primeiros estágios de colonização do país, quando as capitânias de São Sebastião, Salvador e Pernambuco se destacaram como os principais centros de produção de açúcar.

A povoação do Cabo nasceu no período, entre 1571 a 1580, surgindo as primeiras habitações no alto da colina à margem do Rio Pirapama, em terras do engenho Barbalho, construído na sesmaria do fidalgo alemão Cristóvão Lins.

Neste período, já estavam construídas muitas casas pertencentes aos trabalhadores livres da lavoura canavieira e de fábricas de açúcar, como " mestres de engenhos, mestres de açúcar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, oficiais de fôrmas e sínos para açúcares e outros oficiais" (6).

Em 1611, segundo Pereira Costa, citado por Israel Felipe, "a povoação já estava elevada à categoria de paróquia, e contava com mais duas capelas - a de São José e a de Nossa Senhora da Assunção. Em 1622 foi criada a freguesia do Cabo" (7).

Em 1618 foi edificada uma capela consagrada a Santo Antônio no local onde hoje se encontra a Igreja matriz da cidade.

As ligações com Olinda, propícia para o cultivo da cana de açúcar, ótimas condições e, se faziam por terra e o transpote de açúcar para o Recife era feito por via flúvio-marítimo em barcaças e outros barcos de pequeno porte, que

navegavam pelos rios Jaboatão e Pirapama, com paradas em vários atracadouros inclusive na Estância de São Sebastião de Carvalho (hoje Ponte dos Carvalhos); através da Barra de Jangadas, e pelos rios Massangana, Tiriri e Ipojuca através da Baía de Suape. Também através desta Baía era feito a ligação direta com Portugal.

Durante a ocupação flamenga entre 1630 e 1640, a região foi centro de grandes atividades e lutas entre portugueses e holandeses, período do qual data maior parte das obras de defesa militar do Cabo de Santo Agostinho e da Baía de Suape.

Com o desenvolvimento da produção do açúcar na América Central, a situação de exportação do produto brasileiro decaiu sensivelmente, com sérios reflexos na economia regional e local, uma vez que esta era baseada na monocultura da cana. Observa-se então um longo período de estagnação econômica, com eventuais períodos de prosperidade. Este quadro geral teve reflexos diretos na vida da cidade do Cabo, nos seus aspectos culturais e no desenvolvimento dos núcleos urbanos.

Somente em 1811, portanto, quase dois séculos depois da ocupação holandesa a povoação foi elevada a categoria de vila, pela Alvará de 27 de julho daquele ano e pela Prvisão Régia de 15 de fevereiro de 1812, instalado em 18 de junho de 1812, sendo construído o pelourinho na então rua Direita da Matriz, atual Vigário João Batista. Em 1840 a vila do Cabo foi promovida a Comarca, ficando como sede a povoação do mesmo nome.

Oteve o foro da cidade em decorrência da Lei Provincial nº 1269, de 9 de julho de 1877, ocasião na qual foi denominada cidade de Santo Agostinho do Cabo. Mais tarde, tornou-se município autônomo por força da Lei Orgânica nº 52, de 3 de agosto de 1893.

A paisagem urbana da cidade do Cabo passou a ser sensivelmente modificada a partir de dois fatos básicos: a ligação ferroviária com o Recife, em 1858; e a Abolição da Escravatura em 1888.

O transporte ferroviário permitiu que a ligação com o Recife viesse a ser feita em apenas uma hora e meia, e que significava um grande passo diante da morosidade dos meios de transportes da época. Além disto, pode-se avaliar a importância da chegada do trem ao Cabo quando se sabe que naquela cidade foram instalados os escritórios centrais, oficinas e fundições da rede ferroviária (The Recife and São Francisco Railway Company Limited), abrindo, portanto, um novo campo de trabalho para seus moradores. Operou-se um surto evolutivo em todos os setores de atividades da cidade. Surgiu em consequência um "Grande Hotel" que, juntamente com as facilidades do novo transporte, foi fator de atração de visitantes do Recife e de outras cidades, que, no Cabo iam procurar as mais diversas oportunidades de la -

zer. Entre elas destacavam-se a equitação, a pesca e, sobretudo, os "banhos nas águas ainda puras do rio Pirapama". Este rio, assim permaneceu, com larga utilização para lazer e atividades de subsistência, até os meados deste século. Com o surgimento e aumento da poluição industrial a população viu-se progressivamente impedida de utilizá-lo como antes o fazia.

A Abolição da Escravatura, por outro lado, modificou profundamente todo o sistema de produção da cana de açúcar, o que levou a uma reorganização das estruturas sociais e econômicas da época.

Mais recentemente, a ligação rodoviária com o Recife, se por um lado beneficiou a cidade do Cabo no que tange à facilidade de comunicações, por outro lado esvaziou suas funções como centro regional, aumentando sua dependência em relação à área metropolitana. Bens e serviços mais sofisticados passaram a ser adquiridos pela população da cidade no comércio do Recife. Aumentou também o número de pessoas que, embora residindo no Cabo trabalham no Recife, onde certamente gastam parte dos seus salários.

A instalação de várias indústrias no Distrito Industrial do Cabo, com incentivos do governo federal, tem acentuado esta situação de dependência.

III - ASPECTOS FÍSICOS

O município do Cabo está situado na zona fisiográfica da mata do Estado de Pernambuco e pertence a região metropolitana do Recife, RMR. Este município tem uma extensão de 451 km², representando 20,49% e 0,46% da área da RMR e do Estado, respectivamente. Tem por limites, ao norte, aos municípios de Vitória de Santo Antão, Moreno, Jaboatão; ao sul, Oceano Atlântico, os municípios de Ipojuca e Escada; a leste, Oceano Atlântico; e a oeste, os municípios de Escada e Vitória de Santo Antão (1). Compreende os seguintes distritos: Cabo, Ponte dos Carvalhos, Santo Agostinho e Jucaral (2). Destes, os três primeiros possuem parte de seu território e suas respectivas sedes urbanas em áreas delimitadas para a implantação do complexo industrial de Suape. Os núcleos urbanos do Cabo e Ponte dos Carvalhos situam-se a Sudoeste do Recife. O primeiro está implantado à margem direita do rio Pirapama, a aproximadamente 28 km, do centro do Recife. O segundo, a cerca de 22 km da mesma cidade, situa-se à margem direita do rio Jaboatão, tomando-se como critério para ambos os casos, o percurso rodoviário da BR-101 (3).

As comunicações rodoviárias externas do município do Cabo são realizadas por intermédio da BR-101 e PE-60. A BR-101 (asfaltada) liga o distrito do Cabo e Ponte dos Carvalhos ao Norte e ao Sul do país. A PE-60 (concretada) que inicia na sede do Cabo à altura da COPEBSO, alcança o litoral Sul do Estado.

O município também é sevido pela Rede Ferroviária do Nordeste, ramal Recife-Maceió, que o corta no sentido Norte-Sul, passando a Leste de Ponte dos Carvalhos e seccionando a cidade do Cabo.

No que diz respeito às comunicações rodoviárias internas, deve-se destacar a estrada que, partindo da PE-60, ainda nos limites urbanos da cidade do Cabo, liga este núcleo às localidades de Itapoama, Gaibú, Nazaré e Suape.

A antiga Estrada de Barreiros, que inicia em Ponte dos Carvalhos, será dimensionada para servir de acesso à área do Complexo Portuário-industrial de Suape, com a denominação de PE-9.

Atualmente está sendo também implantado o tronco distribuidor de Suape, pela Rede Ferroviária do Nordeste, que tem início nas proximidades meridionais de Ponte dos Carvalhos. A sede municipal localizou-se a 30 m de altitude, na latitude (S) 8° 17' 15" e longitude (W. Gr.) 35° 02' 00" (4).

O solo, de acordo com o mapa geológico e os indicadores altimétricos que indicam como suportes predominantes da estrutura urbana da cidade do Cabo

os traquitos, aluviões e conglomerados, granitos e granodioritos, todos recobertos pela camada superficial do manto de intemperismo (solo formado pela ação dos agentes externos sobre o meio ambiente, erosão, por exemplo). Ponte dos Carvalhos cre dita o tipo de solo: os aluviões.

O relevo, caracteriza-se a sede do Cabo como predominantemente ondulado, com áreas planas no leito maior do rio Pirapama. O leito maior do Jabotão apresenta vários segmentos de argilas orgânicas. As planícies aluviais da bacia Jabotão-Pirapama, a Leste da BR-101; apresentam, além de argilas orgânicas, vários terrenos arenosos sujeitos a enchentes.

O clima, na cidade do Cabo predomina o clima ameno, quente, úmido e muito chuvoso, com temperaturas oscilantes de 26 a 33°C.

A vegetação, a área do município do Cabo é ocupada pela Floresta Equatorial Latifoliada de Encosta (Mata Atlântica), predomina o manguesal e outras plantas exóticas e tropical formadoras da vegetação local.

Água, a cidade do Cabo dispõe dos recursos hídricos disponíveis na sua área, destacando-se o rio Pirapama que atravessa todo o Distrito Industrial. O Problema básico dos recursos hídricos da área é a poluição urbana-industrial.

III - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 1950 a 1980

O recenseamento geral de dezembro de 1890 foi o primeiro a dar informações precisas sobre a população do atual município do Cabo. Segundo os dados daquele censo, a Paróquia de Santo Antônio do Cabo tinha, então, 13 mil habitantes.

Os recenseamentos anteriores ao de 1940 não apresentaram dados relativos às populações dos agregados urbanos, embora no de 1920 os dados aparecessem separados por distritos. Sabe-se, porém, que até 1950 a população do município do Cabo era ainda predominantemente rural. Em 1940, a população correspondia a 19.0% do total. A cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos concentravam, respectivamente, 15.3% e 1.8% da população municipal. Em 1950, a população urbana correspondia a 21.4% da população total, enquanto aqueles dois aglomerados urbanos concentravam, respectivamente, 16.7% e 3.1%. O crescimento acelerado na última década do século passado foi de 62.2% (1). É possível que o recenseamento de 1890 tenha subestimado a população do município, uma vez que baseou-se nos registros paroquiais de batismo, o que excluiria os imigrantes batizados fora do município, assim como aqueles que, não tendo nascido no município, não foram batizados, por questões religiosas ou ideológicas. Ademais, o município do Cabo recebeu algum contingente populacional extra quando, em 1898, a ele foram anexados o povoado de Pontezinha e o Engenho Santo Estevão, por força de Lei Estadual nº 328, de 11 de julho daquele ano. Mesmo assim, a população municipal deve ter crescido em torno de 50% entre 1890 a 1900. Ainda segundo FELIPE (2), os dados são evidentes quando mostram o lento crescimento do último decênio do século passado comparado às primeiras quatro décadas deste século. Chegando mesmo a verificar-se um decréscimo de 4.0% na população no período 1920-1940. Assim, a cidade do Cabo, cuja população crescera acima de 44.0% entre 1900 e 1920, nas décadas seguintes cresceu menos de 15%. Em 1940 Ponte dos Carvalhos continuava um pequeno aglomerado de 569 pessoas de características marcadamente rural e dependendo basicamente da pesca artesanal nos estuários dos rios Jaboatão e Pirapama e de atividades agrícolas.

Em 1872, o Nordeste detinha 46.7% da população brasileira, enquanto que em 1970 participava com apenas 30.3% daquela população. Quanto a Pernambuco, o segundo Estado mais populoso do Nordeste, teve diminuída sua participação na população do país de 8.9% em 1872 para 5.5% em 1970. A diminuição da população nordestina no conjunto da população do país ocorreu paralelamente com uma diminui

ção da importância da economia regional no nível nacional: em 1872, o Nordeste contribuiu com cerca de 50,0% do valor bruto da produção agrícola do país, enquanto que em 1970 esta participação desceu a 22,0%. (3).

Comparando a diminuição relativa constante da população do Nordeste com o crescimento lento mais continuado das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, entre 1872 e 1940, PERRUCI concluiu que "durante o período considerado, o Nordeste foi o principal fornecedor de mão-de-obra para outras regiões, abstraindo-se a contribuição da imigração estrangeira; concentrada no Sudeste e no Sul". (4).

HOFFMAN, observa que no último decênio do século passado e no primeiro do atual a transferência de mão-de-obra nordestina se deu especialmente rumo à Amazônia (então, no auge da exportação da borracha) e chegou a ser estimada em pelo menos meio milhão de pessoas. Para os Estados do Centro-Sul, essa transferência sempre se deu em menor grau, até fins do século passado. De qualquer forma, o efeito de expulsão nas áreas rurais nordestinas já era bastante forte no último quartel do século XIX, devido tanto a fatores climáticos quanto ao regime de propriedade e uso da terra. A conjunção desses fatores já determinava, à época, uma reserva potencial de mão-de-obra significativa na região e que se viu tentada a emigrar em grandes contingentes para a Amazônia (5).

A nível regional, por sua vez, a migração campo-cidade já devia apresentar-se com alguma intensidade nas primeiras décadas deste século. PERRUCI registra para o período 1872-1940, uma evolução da população urbana sobre a rural, no espaço pernambucano, "consequência talvez das dificuldades cada vez maiores da agricultura do Estado", e observa que os dados posteriores a 1940 "demostram que a população do interior de Pernambuco assiste a uma mudança significativa no plano geográfico; de um lado, o povoamento rural se enfraquece em proveito das cidades dos municípios; de outro lado, todo o interior constitui, em graus diversos, uma vasta zona de partida para as migrações em direção ao Recife". Embora não dispondo de dados seguros sobre as migrações rurais antes de 1940, ele acrescenta que "sem dúvida alguma, os transtornos provocados pelo aparecimento das usinas determinaram fortes contingentes migratórios para o Recife, desde fins do século passado". (6).

Em que pese essa emigração das populações rurais para as áreas urbanas já ser significativa, a população da cidade do Cabo permaneceu praticamente estacionária no período 1920-1940, o mesmo acontecendo com o distrito de Ponte dos Carvalhos, conforme observa GONÇALVES e RIBEIRO (7). Isto leva a supor que aqueles dois aglomerados urbanos não dispunham de muitas condições de retenção desta popu

lação tangida do campo, pois não ofereciam maiores oportunidades de empregos, seja no setor de indústrias, seja no setor de comércio e serviços. Pode-se deduzir as limitadas condições de vida da cidade do Cabo nos anos quarenta, quando se considera a sua situação já em 1960, antes da instalação do Distrito Industrial. A cidade do Cabo dispunha de uma poucas oportunidades de emprego industrial no Cotonifício José Rufino e nas cinco usinas localizadas nos limites municipais. A situação do setor de comércio e serviços pode ser avaliada pela pouca disponibilidade de equipamentos considerados essenciais a um aglomerado urbano. A cidade não dispunha, ainda em 1960, de um hospital. O atendimento de saúde era feito em Posto de Assistência Social, de condições precárias. Uma unidade mista composta de hospital e maternidade estava em construção, cuja término era previsto para 1962. Quanto a educação, a cidade dispunha de apenas uma escola que oferecia o antigo curso ginásial (atualmente, 5a a 8a séries do primeiro grau). Não havia agências bancárias. Por sua vez, o distrito de Ponte dos Carvalhos dispunha apenas de algumas escolas primárias e um posto de assistência dentária.

Por outro lado, a estrutura de propriedade da terra também representava, como ainda representa, um fator seriamente limitante para o crescimento de ambos os aglomerados (Cabo e Ponte dos Carvalhos), na medida em que colocava dificuldades de acesso a terra que permitisse a construção de moradias para os contingentes migrantes que demandassem um dos dois locais para aí fixar residência, assim como para a instalação de empreendimentos industriais ou de outra natureza e que pudessem proporcionar maiores oportunidades de emprego e bem estar para a população. Um historiador local, ainda em 1962, lamentava o estrangulamento que a presença do latifúndio açucareiro representava para o crescimento da cidade do Cabo, limitando-a ao dorso da montanha onde fora originalmente fundada, uma situação que se mantinha por quase quatrocentos anos, "salvo insignificantes conquistas territoriais para a expansão (...)". A absorção das terras pelo latifúndio, especialmente pelas usinas, impedia totalmente a presença de pequenas propriedades rurais - chácaras, sítios ou granjas -, que diversificassem a economia do município e dinamizassem a vida da cidade, especialmente o seu comércio (8). Outras fontes de informações (*) corroboram, quanto ao estado de atraso econômico da cidade do Cabo no i-

(*) - As outras fontes de informações mencionadas são entrevistas realizadas na área, coletadas pelo complexo industrial-portuário de Suape.

nício dos anos sessenta. Portanto, em 1940 a cidade não devia ser mais do que um apêndice das usinas locais, como já se disse de outras cidades da zona da mata de Pernambuco.

Contudo, a persistência e mesmo a agudização dos fatores de expulsão das populações rurais da zona da mata pernambucana, combinados com o que se poderia chamar de fatores de atração, a partir de certo momento, iriam refletir-se claramente nos rumos que tomaria o nascimento da cidade do Cabo e o distrito de Ponte dos Carvalhos nos últimos trintas anos. O município do Cabo, a exemplo do que vem ocorrendo no Estado e no país como um todo, vem passando por um processo de desenvolvimento das economias externas e de aglomeração sem precedentes, especialmente nos anos sessenta e setenta. GONÇALVES e RIBEIRO, analisa nos dados apresentados (9) e mostra que o município evoluiu de uma população predominantemente rural (78.6%, em 1950) para uma população predominantemente urbana (53.0%, em 1970), num curto prazo de vinte anos. Observa-se ainda que a população rural, que no período 1940-1960 já mostrava um ritmo de crescimento inferior ao da população urbana, embora mantendo-se superior a esta em termos absolutos, na década seguinte passou a decrescer efetivamente (- 1.1%, no período 1960-1970), decréscimo este que acelerou entre 1970 e 1977 (- 19.4%).

Deve-se observar, porém, que o decréscimo da população rural seria ainda maior, se a população do povoado de Pontezinha (4.968 hab., em 1977) fosse considerada como urbana e não como rural, conforme os critérios do IBGE.

Os percentuais de crescimento apresentados em GONÇALVES e RIBEIRO (10), mostram que o município conheceu uma recuperação demográfica no período de 1940-1950, ainda que este crescimento tenha sido relativamente lento (17.7%) quando comparado com os dois períodos seguintes, que acusaram um crescimento respectivo de 42.4% e 47.8%, ou seja, taxas de crescimento anual média acima de 3.5%. Nos anos setenta, contudo, verifica-se uma brusca diminuição do ritmo de crescimento do município e dos aglomerados urbanos aqui estudados. Entre 1970 e 1977 a população do município aumentou apenas 6.4%, tomando-se os dados da SUCAM para este último ano como base comparação. Por outro lado, a cidade do Cabo e o distrito de Ponte dos Carvalhos apresentaram índices de crescimento relativamente modestos quando comparados com aqueles apresentados nas duas décadas anteriores. Segundo o IBGE e GONÇALVES e RIBEIRO (11), entre 1970 e 1977 estes dois aglomerados urbanos cresceram 28.3% e 22.5%, respectivamente. Com a ocupação de 3.702 unidades habitacionais construídas pela COHAB ao lado da cidade do Cabo, é de se esperar que es-

te aglomerado tenha experimentado um novo crescimento acelerado atualmente, uma vez que estas casas abrigam uma média de 15.000 pessoas. Considerando-se as faixas salariais exigidas pela COHAB para que os interessados tenham acesso às casas (entre 3 e 5 salários mínimos por família), é muito possível que estes equipamentos habitacionais, ocupados, venham a ser, em sua maioria, por famílias não naturais da cidade do Cabo, uma vez que a população desta cidade é constituída em sua maioria por famílias de baixa renda.

Os fatores de expulsão da população rural da zona da mata estão ligados especialmente ao avanço do processo usineiro e à agudização da crise da economia açucareira, levando a que os trabalhadores rurais, na segunda metade dos anos cinquenta, iniciassem uma luta reivindicatória que colocava em evidência toda a estrutura de exploração a que estavam submetidos até então. Como resultado de suas reivindicações, a legislação trabalhista foi finalmente implantada no campo, em 1963, assegurando direitos antes negados a todos os trabalhadores agrícolas. A partir daí, porém, tornou-se cada vez mais conveniente aos grandes proprietários rurais e aos usineiros a expulsão pura e simples dos trabalhadores rurais dos latifúndios a fim de se liberarem de encargos sociais e ao mesmo tempo aproveitarem amplamente terras agricultáveis com o plantio extensivo da cana de açúcar, sem contudo deixarem de se apropriar desta mão-de-obra, transferida para o meio urbano. Por coincidência, paralelamente com o avanço da expulsão de populações rurais, as usinas e os donos de engenhos passaram a abrir mão de terras ao redor da cidade do Cabo e de Ponte dos Carvalhos a fim de serem loteadas e cedidas às populações expulsas dos engenhos. Dessa forma, surgiram os bairros de São Francisco, Vila Charneca e Malaquias, na cidade do Cabo, e a área denominada genericamente por alto do Sol e alto das Guarebas, em Ponte dos Carvalhos. Quase todas as pessoas entrevistadas pela pesquisa de GONÇALVES e RIBEIRO, apontaram essas áreas como bairro de populações expulsas do campo em decorrência da crise da economia açucareira, observando ao mesmo tempo que as pessoas aí residentes continuam em sua maioria vinculadas pelo número acentuado de caminhões que, durante a época de pico das atividades da agricultura canavieira, ocorrem a estas áreas para transportar trabalhadores às terras das usinas.

É claro que os fatores de expulsão agindo nas áreas rurais como forças que levam essas populações a emigrarem para centros urbanos por si sós não explicariam a inchação demográfica dos aglomerados aqui estudados. Era necessário,

também, que ao nível desses aglomerados houvesse fatores de atração atuando com força suficiente para reter os contingentes rurais aí chegados por mais tempo do que o necessário para uma rápida pausa e a elaboração de planos para uma nova etapa migratória. A literatura sobre migrações, apoiando-se em dados empíricos, acentua o fato de que as pessoas migram por etapas e migram primeiro para pontos mais próximos de sua área de origem. GOODMAN, analisando a alta frequência de severa pobreza nas cidades secundárias do Nordeste, atribui o fenômeno à função que estas cidades desempenham como centro de recepção intermediários de fluxos migratórios, uma vez que os imigrantes seriam "incapazes de satisfazer os custos de viagens por longas distâncias e, assim se locomovem por pequenas etapas, parando para acumular meios financeiros necessários à fase seguinte" (12).

Um estudo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sobre as migrações para o Recife, realizado em 1960, mostra que nas décadas de 40 e 50, "os mais altos índices (migratórios) correspondiam às populações residentes em áreas situadas até 80 km do Recife, os índices médios correspondiam a distâncias até 130 km e os índices baixos até 220 km. Para distâncias superiores, as correntes migratórias revelavam-se insignificantes" (13).

Por que motivo, então, a cidade do Cabo e o distrito de Ponte dos Carvalhos não se tornaram apenas em etapas iniciais (ou intermediárias) de um processo migratório maior para um grande número de pessoas expulsas das áreas rurais circundantes, nos anos 50 e 60? No discurso das pessoas entrevistadas, a explicação mais comum para a "atração" que esses dois aglomerados urbanos exerçam sobre essas populações rurais tangidas do campo é a presença das indústrias implantadas depois da criação do Distrito Industrial do Cabo, gerando expectativas de empregos sobre uma mão-de-obra que não estava capacitada sequer para pleiteá-los. Mesmo assim, poucos foram os entrevistados que insistiram em não relacionar o crescimento demográfico do Cabo primeiramente com a implantação das indústrias do Distrito Industrial, preferindo enfatizar as precárias condições de vida e trabalho no campo como determinantes deste crescimento.

Com efeito, dados de uma pesquisa amostral com chefes de famílias de Ponte dos Carvalhos, realizadas em 1972 (*), mostram que a presença ou proximidade

(*) - Esta pesquisa foi realizada com base em amostra aleatória; tomando-se como unidade de coleta a unidade domiciliar e como entrevistados os chefes de famílias. A amostra correspondeu a 10% do universo de unidades domiciliares em Ponte dos Carvalhos, em 1972. Ao todo foram entrevistados 360 chefes de famílias. A pesquisa foi feita visando atender aos requisitos de dissertação de Mestrado em Sociologia do PIMES/UFPE.

dade de indústrias teve pouquíssima influência como fator de atração para os imigrantes (que constituíam 95,0% dos 360 chefes de famílias entrevistados). Apenas, 1,2% dos entrevistados disseram que tinham deixado o último local de residência para trabalhar em indústrias, e apenas 0,6% disseram que tinham escolhido Ponte dos Carvalhos como local de residência devido à proximidade de indústrias. Vale ressaltar ainda que estes que referiram-se expressamente ao desejo de trabalhar em indústrias estavam efetivamente empregados em estabelecimentos industriais na data da entrevista. Apenas 17,0% dos entrevistados estavam ocupados em atividades industriais, incluindo aqueles ocupados na agro-indústria do açúcar e na indústria de construção civil.

As razões mais importantes para a saída do último local de residência foram as "baixas condições de vida e atraso do local de origem" (41,8% das respostas) e "procura de melhores condições de vida e de trabalho" (26,9%). Quanto aos motivos da escolha de Ponte dos Carvalhos como local de residência, 39,5% dos imigrantes disseram que ali havia "possibilidades de melhoria (oportunidades de trabalho)" enquanto que 24,0% escolheram o local pelas "facilidades de compra de casa". Os dados confirmam também as afirmações sobre a origem da maioria da população daquele agregado urbano. Apenas 4,2% dos entrevistados eram naturais de Ponte dos Carvalhos, enquanto que 23,0% tiveram exclusivamente experiência urbana antes de chegar ao distrito de Ponte dos Carvalhos.

III.1 - Migração

Quanto aos aspectos da migração a análise resume-se em algumas considerações com base nos dados da pesquisa amostral levada a efeito na área de Ponte dos Carvalhos (14). Também será considerado dados do IBGE na análise dos dois aglomerados urbanos estudados. Embora os dados do IBGE aqui analisados refiram-se ao conjunto do município, é viável considerar a análise como válida para o sub-conjunto dos aglomerados tratados, uma vez que a população rural do município vem diminuindo efetivamente, em números absolutos, a partir dos anos sessenta.

Observa-se em GONÇALVES e RIBEIRO (15), que em 1970 o número de pessoas "não naturais do município de residência" do Cabo (19.175) eram bem menor do que em 1960 (21.977). O movimento imigratório nos últimos anos da década de 50 foi maior do que nos últimos sessenta. Por ocasião do censo de 70, 49,2% dos "não naturais" do município aí residiam há 5 anos e menos, enquanto que por ocasião do censo de 60 esta proporção foi de 56,8%.

Pernambuco constituiu-se na área de procedência quase exclusiva dos que se dirigiam para o Cabo nos anos sessenta, contribuindo com 93.0% dos imigrantes recenseados em 1970, enquanto dos outros Estados nordestinos procediam 6.1%. Não é possível ter estes dados para o censo de 1960, ao nível do município mas, os dados para o conjunto do Estado mostram um comportamento migratório semelhante, vez que 76.2% das pessoas " não naturais dos municípios onde residiam", procediam de outros municípios pernambucano, enquanto que 75.0% eram naturais do próprio Estado. Os dados mostram um comportamento de todo esperado, pois conforme já se viu, as pessoas tendem a migrar por etapas e migram primeiro para lugares não muito distantes do seu ponto de origem. A já mencionada pesquisa do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, mostrou que "aproximadamente 46.0% dos migrantes que se tinham dirigido para o Recife, vinham da zona da mata, 26.0% ao agreste, 3.0% do sertão e 23.0% de outros Estados (16). Pode-se concluir, então, que a maioria dos imigrantes para o município do Cabo procedem dos municípios vizinhos, especialmente aqueles da mata úmida.

Ainda quanto à procedência, 59.0% dos imigrantes recenseados em 1970 vinham de áreas urbanas, enquanto que 41.0% procediam de áreas rurais, um comportamento bastante semelhante ao observado para Pernambuco, mas, diferente do que se registou para o vizinho município de Ipojuca, que atraía um maior número de pessoas de áreas rurais. Como estes dados referem-se à procedência imediata dos imigrantes, não seria surpreendente se dados mais detalhados mostrassem que uma parte significativa daqueles que se diziam originários de áreas urbanas já haviam passado por uma etapa ou mais de uma etapa anterior de migração, na qual teriam feito a passagem do rural para o urbano no próprio município de origem.

Os dados da pesquisa de GONÇALVES e RIBEIRO (1972), mostram, com efeito, que a maioria dos migrantes para Ponte dos Carvalhos tinham tido alguma experiência rural antes de chegar à localidade. Apenas 23.0% dos pesquisados procediam de áreas urbanas sem nunca terem tido experiência rural. Além do mais, as informações sobre a ocupação dos pais dos entrevistados mostram que 65.3% daqueles tinham trabalhado na agricultura, enquanto que 34.7% tinham tido apenas experiência de trabalho urbano.

Analisando-se o contingente imigrante por sexo, em 1960 havia significativamente mais homens (11.798) do que mulheres (10.170). Contudo, em 1970 o

número de imigrantes do sexo masculino é praticamente igual aos dos imigrantes do sexo feminino, ou seja, respectivamente 9.590 e 9.585. Neste aspecto, é interessante notar que o município do Cabo diverge do conjunto da RMR, no qual as mulheres constituíam 55,0% do contingente migratório, sendo que no município do Recife o contingente migratório era constituído de 135 mulheres para 100 homens. Como explicação para esse predomínio argumentava-se com o fato de o Recife contar com um mercado urbano para a mão-de-obra feminina não qualificada nos serviços domésticos remunerados (17). Sendo o Cabo um município habitado predominantemente por população de baixa renda (conforme atestam os testemunhos de pessoas entrevistadas sobre o acesso a bens e serviços básicos como eletricidade, água, esgoto, habitação, educação, etc., nesses dois aglomerados urbanos), é natural que a mão-de-obra feminina não qualificada aí não encontra muitas oportunidades de trabalho. Pelo contrário, os dados sobre a estrutura de idade da população mostram uma margem significativa em favor dos homens nas faixas etárias de 40 a 59 anos, o que poderia ser consequência de uma emigração feminina mais elevada do que a masculina no decorrer dos anos sessenta.

É mister salientar que a percentagem de imigrantes, que já era bastante significativa no conjunto da população por ocasião do censo de 1970, alcançando a 25,2% da população total, poderia ser bem maior se os dois aglomerados urbanos não funcionassem como entrepostos migratórios para um número significativo de pessoas que a eles dirigem-se, como sugerem os dados da pesquisa de GONÇALVES e RIBEIRO (1972) com chefes de famílias de Ponte dos Carvalhos. Recorde-se que 95,0% dos entrevistados eram imigrantes, que para aí tinham ocorrido em busca de oportunidades de trabalho, atraídos pelas facilidades de compra de casa, e pelas garantias de sobrevivência oferecidas pela pesca nos mangues e rios, pelos serviços urbanos, pela proximidade do Recife, etc. No entanto, 38,9% dos entrevistados, à ocasião da pesquisa tinham intenções de emigrar de Ponte dos Carvalhos, justificando sua decisão em função das baixas condições de vida e atraso do local, procura de melhores condições de vida e de trabalho e o desejo de estar próximos de centros urbanos mais adiantados.

O complexo portuário-industrial de Suape funciona como fator de atração de mão-de-obra migrante, conforme se tem verificado em outros grandes canteiros de obras (Camaçari, Boa Esperança, etc.). A experiência brasileira dos últimos vinte e cinco anos tem mostrado que estes grandes canteiros funcionam como agravam

tes do fenômeno migratório. Além do mais, parece já haver bastante evidência de que os grandes complexos, do tipo planejado para a área de Suape, se constituem em fatores de desorganização da economia global das suas áreas de influência, na medida em que frustram o aproveitamento de alternativas de ocupação de mão-de-obra em outros setores da economia. As propostas conhecidas para tais complexos, elaboradas a partir de visões puramente industrializantes, e preocupadas basicamente com desempenhos de exportação (vê com atenção o complexo portuário-industrial de Suape?), têm sido omissas na consideração da economia como um todo das regiões em que estão instaladas. Por estas e outras razões, observa-se sempre o retorno das populações migrantes ao ciclo migratório (vide Camaçari) na medida em que a mão-de-obra empregada nas etapas de construção passam a ser liberadas e não encontram alternativas de ocupação nas indústrias, devido à alta tecnologia que estas empregam. Aqueles migrantes que decidem permanecer na área, movidos pela esperança de virem a ser absorvidos no mercado de trabalho, no geral vêm frustradas suas aspirações, indo assim aumentar o contingente de marginalizados. A permanência deste contingente marginalizado gera efeitos sociais problemáticos (prostituição, abandono de menor, delinquência juvenil, criminalidade, surgimento de favelas) conforme já se pode verificar no Cabo e em Ponte dos Carvalhos.

Finalmente, o processo migratório desencadeado com a instalação do complexo de Suape e do Distrito Industrial repete o que se verificou na Grande Salvador e Camaçari; os contingentes migrantes, liberados das obras de construção do complexo, acumularam-se no núcleo urbano do Cabo e Ponte dos Carvalhos, acentuando todos os problemas sócio-econômicos atualmente existentes nesta cidade. O mesmo pode-se observar com a implantação do Distrito Industrial.

III.2 - Estrutura da População por Sexo e Idade

Os dados do censo de 1970 mostram que a população do município do Cabo dividia-se quase que igualmente entre homens e mulheres, com uma reduzidíssima margem em favor dos homens. Quando se toma a população por faixas etárias, observam-se diferenças mais pronunciadas, embora pequenas, de um sexo sobre o outro. Assim, verifica-se que as mulheres constituíam maioria em todas as faixas etárias abaixo de 40 anos. Do total da população de 0 a 39 anos (63.276 pessoas), as mulheres constituíam 50,8% e os homens 49,2%. Por sua vez, os homens constituíam maioria em todas

as faixas etárias acima de 40 anos. Do total da população de 40 anos e mais (12.544 pessoas), os homens constituíam 54,5% e as mulheres 45,5%.

Os mesmos dados mostram que o município tinha uma população predominantemente jovem. Daí, a pirâmide de idade segue a forma característica encontrada para países subdesenvolvidos.

Ela é bastante larga na base e estreita-se à medida que se aproxima do vértice, cada grupo etário mais jovem sendo maior do que o grupo etário que lhe segue imediatamente. Observa-se que 47,0% da população tinha menos de 15 anos, enquanto as pessoas de 60 anos e mais constituíam apenas 3,6% do total. No mesmo ano, o percentual de jovens de 15 anos e menos da população da RMR e no conjunto da população brasileira era de 41,8 e 42,0% respectivamente, caracterizando assim a população do município do Cabo como excepcionalmente jovem. A distribuição por idade das populações da cidade do Cabo e de Ponte dos Carvalhos repetia mais ou menos a distribuição por idade da população do município. Os jovens de 15 anos e menos constituíam, respectivamente, 44,7% e 48,1%, enquanto que as pessoas de 60 anos e mais constituíam 3,9% e 3,1% das populações daqueles dois aglomerados urbanos (18).

Essa grande quantidade de jovens por certo coloca a necessidade de investimentos significativos nas áreas de Saúde e Educação. Além do mais, os grupos etários de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, que constituíam respectivamente 16,8% e 11,9% da população de 10 anos e mais, em 1970, representam uma grande pressão sobre o mercado de trabalho. Com efeito, o crescimento percentual destes dois grupos etários entre 1960 e 1970 superou em muito o crescimento da população economicamente ativa. Enquanto esta cresceu apenas 9,9% no citado período, o grupo de jovens de 15 a 19 anos cresceu 82,0% e o de 20 a 24 anos cresceu 32,7%. Observa-se ainda que o percentual da população economicamente ativa no conjunto da população de 10 anos e mais diminuiu consideravelmente no intervalo entre os dois últimos recenseamentos, passando de 47,5% em 1960 a 35,7% em 1970.

III.3 - Estrutura da População por Nível Educacional

Confrontando-se os dados sobre a situação educacional do município em 1950 e 1970 nota-se, aparentemente, uma melhoria significativa. Com efeito, enquanto a população do município duplicou naqueles vinte anos, a população de 5 anos e mais alfabetizada praticamente quadruplicou, e a população de 15 anos e mais alfabetizada triplicou. Contudo, o índice de alfabetização não evoluiu tão rapidamente no

mesmo período. Em 1950, 22.1% da população de 5 anos e mais era alfabetizada; em 1970, esta população subiu a 40.8%, ou seja, quase dois terços da população do município continuava analfabeta, aparecendo o Cabo com um dos mais baixos índices de alfabetização no conjunto da RMR. Os dados mostram, ainda, que a população de 15 anos e mais apresentava, em 1970, um índice de alfabetização de 47.0%, ligeiramente superior ao da população de 5 anos e mais. Esta diferença resultava, principalmente, de dois fatores: 1) deficiência do ensino pré-escolar e das classes de alfabetização combinada com um alto índice de matrículas fora de faixa etária normal e, 2) paralelamente, a continuação da alfabetização e do ensino do 1º grau muito além da faixa etária normal de 7 a 14 anos, através do ensino supletivo, reforçado por iniciativas como o MCBRAL.

No que diz respeito à conclusão de etapas do ensino formal, 7.2% da população de 10 anos e mais tinha o curso elementar completo em 1950, enquanto que em 1970 esta proporção subiu a 9.9%, observando-se assim uma evolução bastante lenta, embora os números absolutos possam dar a enganosa impressão de ter havido um aumento significativo, uma vez que passaram de 1.868 a 5.051 pessoas.

Analisando-se os dados sobre alunos matriculados e concluindo séries em 1973, observa-se que as matrículas na 2ª série representavam apenas 59.8% das matrículas na 1ª série, evidenciando-se pois uma queda muito acentuada da demanda por escola no intervalo das duas séries iniciais do primeiro grau. Esta defasagem acentua-se ainda mais nas séries seguintes, vez que as matrículas na 4ª série representavam apenas 35.4% sobre as matrículas da 1ª série, e este índice caía para 20.3% na 5ª série (a série inicial do antigo curso ginásial). Em que pesem as disposições da nova lei de Diretrizes e Bases, nº 5.692/1971, que extinguiu os antigos cursos ginásial e primário, englobando-se num só curso de primeiro grau, e estabeleceu a educação gratuita e obrigatória para as crianças de 7 a 14 anos, é bem possível que, ainda em 1973, a 4ª série permanecia como etapa terminal de estudo para a grande maioria das crianças do município do Cabo, vez que apenas um quinto das crianças que ingressavam na 1ª série continuavam para a "segunda etapa" do ensino do 1º grau e apenas 6.4% concluíam a 8ª série.

Observa-se também que praticamente não se registravam evasões dentro de cada série; o maior índice de evasões esteve na 1ª série, não atingindo porém 5.0% dos alunos matriculados no início do ano escolar. Os dados da Secretaria de Educação do Cabo confirmam a permanência deste baixo índice de evasões para o

ano letivo de 1977, mesmo nas escolas rurais. A maioria dos casos de evasão durante o ano escolar devem-se a transferências das famílias dos alunos para outros municípios, ou para outras áreas dentro do próprio município, que impossibilitam ao aluno continuar a frequência normal às aulas. Porém, os dados disponíveis sugerem que um grande contingente de crianças e adolescentes estão sendo pura e simplesmente excluídos da escola ou pelo menos do acesso aos estabelecimentos formais do ensino. Até a 4a série, cada ano representa uma etapa terminal (ou uma descontinuidade) para cerca de metade dos alunos matriculados. O índice de exclusões cai um pouco na 5a e na 6a série, voltando a acentuar-se na 7a e 8a série e na 1a do segundo grau. É preciso ressaltar que aqui já não se trata do fenômeno de repetência, tão comum até cerca de 10 anos atrás, mas que foi praticamente eliminado com os novos processos de promoção adotados nos últimos tempos.

Naturalmente, esta pouca demanda pela educação formal está ligada a fatores diversos, mas, as baixas condições econômicas da população avultam como as causas principais. Pessoas entrevistadas reconheceram explicitamente estes fatores como causa da pouca demanda escolar, enfatizando que tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais do município as crianças são solicitadas com muita frequência como mão-de-obra complementar a fim de ajudarem os pais na manutenção da casa. A Secretária de Educação do município, Professora Alzira Sena caracterizou mesmo a merenda escolar como sendo a grande arma para estimular a permanência nas escolas, durante todo o ano, de grande parte das crianças matriculadas.

A pesquisa mostra que houve, também um acréscimo acentuado no número absoluto de pessoas de 10 anos e mais que concluíram cursos de 1º e 2º ciclos do antigo médio.

Contudo, em 1973 menos de 2.8% das pessoas matriculadas na 1a série do primeiro grau chegavam a concluir o segundo grau. Isto evidencia, também para este grau de ensino, uma lenta evolução naqueles vinte anos e a permanência de um baixo nível de instrução formal da população do município, a qual não estaria tendo oportunidade de formação profissional de nível médio, seja por falta de condições econômicas para continuar os estudos além do nível elementar, seja porque as escolas de segundo grau, agora dita "profissionalizantes", de acordo com a Lei 5.692, de 1971, não estavam oferecendo opções de profissionalização de nível médio voltadas para atender às necessidades do parque industrial instalado no município a partir dos primeiros anos sessenta.

Também a porcentagem de pessoas com curso superior completo, no conjunto da população de 10 anos e mais, pouco evoluiu no período de 1950-1970, passando de 0,06% a 0,08%. O município situava-se em posição bem desvantajosa frente ao Nordeste, Pernambuco e a RMR neste particular. Saliente-se que, na opinião de vários entrevistados, o pequeno número de pessoas com formação universitária tem consequências bastante negativas sobre a qualidade do ensino de 1º e 2º graus ministrados no município, uma vez que os professores não teriam, em sua maioria, as habilitações pedagógicas necessárias, especialmente para o ensino profissionalizante do 2º grau. Daí porque estas pessoas enfatizaram a necessidade "premente" de instalação de curso superior no município para a formação de professores de 1º e 2º graus.

Pode-se concluir, então que a evolução do nível educacional da população do Cabo, entre 1950 a 1970, conquanto em números absolutos possa parecer, impressionante, na verdade foi muito aquém do que seria de se esperar a partir da instalação de um parque industrial de razoáveis proporções que implicou num aumento bastante acentuado das receitas do município e no surgimento de equipamentos e serviços urbanos inexistentes antes desta industrialização. Assim, a aparente melhoria da situação educacional do município, conforme os números sugerem à primeira vista, é bastante enganosa. Esta observação é particularmente válida para o ensino de 2º grau que é muito deficiente, quantitativa e qualitativamente. O município do Cabo ocupa uma das posições mais baixas no conjunto da RMR no que toca a vários indicadores usados para analisar a qualidade da educação formal oferecida a uma população. Assim, o Cabo tinha em 1973 o menor índice de professores com habilitação pedagógica funcionando no 1º grau. Quanto ao pessoal em função docente no 2º grau, o município colocava-se em melhor posição apenas com relação a Moreno, um município de muito poucos recursos econômicos. Ocupava uma posição média apenas quanto ao número de escolas disponíveis. Ocupava também a mais baixa posição quanto à relação entre o número de alunos e o de bibliotecas e simplesmente não dispunha de oficinas, laboratórios, auditórios e museus.

Apenas duas opções de cursos profissionalizantes eram oferecidas no município em 1977: magistério, para as séries iniciais do 1º grau, e contabilidade. Não é de estranhar, pois, que as pessoas entrevistadas tenham salientado não somente o baixo nível de ensino de 2º grau oferecido no município como também a total ausência de opções profissionalizantes que atendam à demanda por profissionais de nível médio a partir da instalação do Distrito Industrial. Enquanto as indústrias locais necessitam de mecânicos, serralheiros, torneiros e profissionais afins, as es-

colas de 2º grau existentes no município formam apenas contadores e professoras habilitadas para ensinar as quatro primeiras séries do 1º grau. Isto concorreria para a baixa absorção da mão-de-obra do município pelas indústrias nele instaladas, independentemente do fato de serem estas indústrias, em sua maioria, de capital intensivo e, portanto, absorvedoras de pouca mão-de-obra. Ainda do ponto de vista destas pessoas, é questionável o fato de a única escola do 2º grau mantida pelo Estado na cidade do Cabo ter começado a oferecer como opção profissionalizante, em 1978, a área de administração de empresas, decisão que parece ter sido tomada a partir de um total desconhecimento das reais necessidades do município em termos educacionais. Este julgamento era reforçado quando se considerava a instalação da Escola Polivalente de Ponte dos Carvalhos, percebida pelos entrevistados como, no mínimo, muito sofisticada para aquela área.

Os dados quantitativos e as informações dos entrevistados mostram claramente a situação de deficiência do setor educacional no município do Cabo, não obstante o crescimento observado a partir da instalação do Distrito Industrial. Pode-se supor perfeitamente que este quadro de deficiências não diminuiu com a instalação do complexo industrial-portuário planejado para a área de Suapa, e a implantação do Distrito Industrial.

III.4 - Estrutura da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade

Faz-se oportuno precisar os conceitos de população economicamente ativa (PEA) e população não economicamente ativa (PNEA), utilizados para a caracterização da estrutura ocupacional da população do município do Cabo. Estes conceitos são dados pelo censo de 1970, a principal fonte dos dados aqui analisados e, de resto, largamente utilizados em estudos sobre estrutura do emprego.

A população economicamente ativa (PEA) compõe-se das "pessoas de 10 anos e mais que trabalharam nos doze meses anteriores à data do Censo, ou mesmo que na referida data estivessem desempregadas, em gozo de licença ou férias, ou presas aguardando julgamento. Também foram consideradas nesta condição as pessoas de 10 anos e mais, que na data do Censo estivessem procurando trabalho pela primeira vez".

Por sua vez, a população não economicamente ativa (PNEA) constituiu-se das pessoas de 10 anos e mais "sem ocupação, estudantes, aposentados, pensionistas, detidos em cumprimento de pena, inválidas e as que viviam de renda ou exerciam atividades domésticas não remuneradas."

O exame dos dados sobre a evolução da estrutura de emprego no município do Cabo entre 1940 e 1970 mostra uma diminuição acelerada do setor agrícola-extrativista na formação da população economicamente ativa. Embora continuasse como o setor mais importante, sua participação no total da PEA passou de 66.0% em 1950 para 41.3% em 1970. Enquanto isto, o setor industrial aumentou sua participação de 20.1% a 28.1% no mesmo período. O aumento mais significativo, porém, foi o do setor de comércio e serviços, que representava 13.8% sobre o total da PEA em 1950, passando esta proporção a 34.4% em 1970.

O incremento da população urbana no período de 1950/1970, foi, assim, seguido de uma expansão das chamadas atividades urbanas. Juntos, o setor industrial e o setor de comércio e serviços respondiam, em 1970, por 58.6% do total da PEA; enquanto que a população urbana correspondia a 53.0% da população do município. Contudo, fica claro de imediato que o crescimento industrial não se constituiu numa alternativa de absorção da mão-de-obra que foi liberada pelo setor agrícola-extrativista. Se uma alternativa surgiu para esta mão-de-obra, ela deu-se no setor de comércio e serviços, cujo índice de crescimento ultrapassou bastante o índice de decréscimo do setor agrícola-extrativista.

A diminuição brusca da PEA agrícola-extrativista, por sua vez, ocorre paralelamente com a diminuição da população rural em termos absolutos e relativos, e com uma diminuição relativa da PEA total no conjunto da população de 10 anos e mais. Pode-se supor, então, que os trabalhadores expulsos do campo foram levados a engajar-se no setor de comércio e serviços como subempregos ou, simplesmente, jogados no desemprego aberto. Não existem dados que permitam uma análise da situação, mas, pode-se fazer conjecturas a partir do comportamento dos diversos ramos de atividades que compõem o setor de comércio e serviços.

Observa-se que os ramos de comércio de mercadorias e prestação de serviços são os que têm crescimento mais acentuado, constituindo em 1970, respectivamente 7.6% e 7.5% da população economicamente ativa, quando em 1950 estas proporções eram de 4.8% e 5.5%. Parece claro que são exatamente estes dois ramos de atividades que oferecem mais possibilidades de incorporar a mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação profissional que não é absorvida por outras atividades urbanas. O ramo de comércio de mercadorias inclui as seguintes classes de atividades: açougueiros, vendedores ambulantes, balconistas e entregadores. Por sua vez, o ramo de prestação de serviços inclui as categorias ocupacionais de garçons, cozinheiros, em

pregados domésticos remunerados, barbeiros e cabelereiros, manicuras e pedicuros, lavadeiras e engomadeiras, e engraxates. Os homens predominam no ramo de comércio de mercadorias, enquanto que o ramo de prestação de serviços é ocupado predominantemente por mulheres. Embora não se disponha de dados que mostrem a distribuição de pessoas em cada uma das categorias ocupacionais ao nível do município estudado, pode-se ter uma idéia do peso de algumas delas a partir dos dados disponíveis para Pernambuco. A categoria de vendedores ambulantes ocupava 52.3% dos homens e 34.6% das mulheres que estavam ligados ao ramo de comércio de mercadorias. No ramo de prestação de serviços, por sua vez, 74.8% das mulheres colocavam-se na categoria de empregadas domésticas e 20% na categoria de lavadeiras e engomadeiras.

Não há registro da ocupação da mão-de-obra, especialmente no setor de comércio e serviços, ao nível das suas relações informais com o sistema produtivo. Isto dificulta sobretudo uma análise de desempenho das chamadas atividades informais como absorvedoras da mão-de-obra disponível nos dois aglomerados aqui estudados. Tal análise possivelmente mostraria que estas atividades têm adquirido importância crescente nos últimos dez anos, uma vez que as indústrias do Distrito Industrial do Cabo não se têm constituído em amplas fontes de emprego para a mão-de-obra local. A já referida pesquisa de GONÇALVES e RIBEIRO (1972) mostra que, em Ponte dos Carvalhos, 17.2% dos chefes de famílias entrevistados eram trabalhadores por conta própria (categoria que engloba aqueles ocupados no pequeno comércio, inclusive ambulante, 8.0%, e na agricultura de subsistência, 9.2%), enquanto que os "assalariados não absorvidos no mercado urbano de trabalho: ou empregados apenas em atividades de baixa produtividade" constituíam 37.0% da amostra. Desagregando-se esta categoria, tem-se que os chefes de família que no momento da entrevista estavam "procurando emprego" constituíam 15.2% da amostra; os que estavam empregados em atividades instáveis e de baixa produtividade no setor agro-extrativista e no sub-setor de construções constituíam 14.1%; os empregados em serviços de baixa produtividade, serviços domésticos, pequeno comércio e pequena prestação de serviços respondiam por 6.3% do total dos entrevistados; finalmente, os empregados em pequenas indústrias constituíam 1.1% da amostra.

A implantação do complexo industrial-portuário de Suape (20) atrai indústrias de tecnologia sofisticada e, portanto, pouco absorvedoras de mão-de-obra, tal como tem acontecido com as indústrias do Distrito Industrial do Cabo. Diante disto, faz-se necessário dar atenção especial ao estudo do chamado setor informal da economia na área-programa, objetivando torná-lo uma alternativa real para a absor-

ção da mão-de-obra não qualificada, a qual certamente será acrescida pelos contingentes de imigrantes que serão atraídos para a área, tal como tem acontecido em Boa Esperança, Sobradinho, Camaçari, Itaipú, e todos os outros grandes canterios de obras.

Ainda com relação à estrutura de emprego, vale ressaltar que no período 1950/1970 a participação das mulheres no total da PEA evoluiu muito lentamente. Considerando-se o setor de indústrias, ocorreu mesmo uma diminuição da participação das mulheres, embora em números absolutos tenha havido um ligeiro crescimento. Assim, as mulheres participavam com 12.0% na PEA industrial em 1950, passando esta proporção a 9.2% em 1970, o que leva a supor que a mão-de-obra feminina estava ainda mais despreparada do que a masculina para assumir ocupações nas novas indústrias instaladas, ou que ela é pura e simplesmente discriminada nos estabelecimentos. A mão-de-obra feminina passou a ser mais solicitada nas atividades do setor agrícola-extrativista, tendo sua participação aumentada de 4.4% para 7.9%. Aqui, ao invés dos dados indicarem uma valorização da força de trabalho feminina é mais provável que indiquem a deterioração dos níveis de salário da agricultura, apesar da introdução das leis trabalhistas, o que levaria à necessidade do trabalho feminino como um meio de auferir uma renda complementar para o sustento das famílias. Por sua vez, a participação da mão-de-obra feminina no setor de comércio e serviços aumentou de 21.8% para 31.8% entre 1950/1970, uma evolução muito semelhante à da PEA total. Os dados sobre a participação feminina nos diversos setores econômicos não chegam a constituir surpresa. Um estudo de GOES e TAMARA (21) para o conjunto do Estado de Pernambuco mostra que a mão-de-obra feminina tem baixíssima participação no mercado de trabalho, constituindo em geral uma "reserva da reserva" da força de trabalho. Pode-se citar como exemplo desta situação de reserva marginal da mão-de-obra feminina do município do Cabo, a sua submissão passiva a um tipo de trabalho que já está sendo rejeitado mesmo pelos homens dos extratos sub-proletários, qual seja a limpeza das ruas, conforme foi salientado por técnicos da Prefeitura do Cabo. Outra evidência da marginalização das mulheres no mercado de trabalho made-se pelo alto índice de prostituição que foi salientado pelos entrevistados com referência aos dois aglomerados urbanos estudados. Estas e outras atividades tem sido alternativas encontradas pelas mulheres em busca de algum rendimento para garantir sua subsistência e a de seus familiares.

III.5 - Aspectos Sócio-Econômicos em 1980

De acordo com o Censo Demográfico de 1980 a população do Cabo era de 104.425 habitantes (22), o que lhe conferia uma densidade demográfica de 231,5 hab/km², maior portanto, que a de Pernambuco (62,5 hab/km²), sendo o 7º município pernambucano mais populoso, participando com 1,7% do contingente populacional do Estado e 4,5% da Região Metropolitana do Recife, RMR.

A taxa de crescimento da população do município na década 1970/80 foi de 3,2% ao ano, resultante do crescimento de 7,4% da zona urbana e (- 4,6%) da zona rural. A migração continua intensa. Este crescimento caracterizou o município como receptor de população. Em 1980 a população do município e seus respectivos distritos era constituída por 52.011 homens e 52.414 mulheres, verificando-se estar na área urbana a maior proporção de mulheres. Conforme observa-se as características do emprego da mão-de-obra feminina em relação aos anos de 1970 nada mudou.

Predomina na estrutura econômica do município as atividades agropecuárias absorvendo 60% da mão-de-obra local. Este setor, conforme o Censo Agrícola de 1975, empregava 10.249 pessoas, sendo 8.221 homens e 2.028 mulheres. O município naquela data dispunha de 1.969 estabelecimentos agrícolas cuja área total compreendia 39.082 ha., sendo que 1.244 estabelecimentos tinham menos de 10 ha.; 665 na faixa de 10 a 100 ha.; 55 entre 100 e menos de 1.000 ha. e apenas 5 com mais de 1.000 ha. Adicionalmente, constatou-se que do total da área ocupada, 26.337 ha. destinavam-se a lavouras; 2.505 ha a pastagens; 3.940 ha. a matas e florestas e 4.178 ha. eram de terras produtivas não utilizadas. Quanto à produção agrícola, os elementos contidos na tabela que se segue fornecem uma visão da situação do município para o ano de 1980.

Principais culturas agrícolas - 1980:

Culturas	Área cultivada (ha)	Quantidade produzida	Valor da produção	
			(Cr\$ 1.000)	Participação no Estado (%)
Permanentes				
Banana (1.000 cachos)	45	81	6.480	0.40
Cajú (1.000 cachos)	2	67	54	0.06
Coco-da-baía (1.000 frutos)	112	412	3.296	1.01
Laranja (1.000 frutos)	30	2.100	4.200	1.17

Limão (1.000 frutos)	15	600	600	6.26
Manga (1.000 frutos)	23	575	1.150	0.66
Temporárias				
Batata-doce (t)	7	70	420	0.18
Cana-de-açúcar (t)	8.500	400.350	398.348	2.57
Mandioca (t)	400	5.560	23.352	0.40

Fonte: FIDEM

IBGE

Em 1980, o rebanho do município do Cabo era composto de 4.109 bovinos; 357 caprinos; 975 muares e 349 equinos. Neste mesmo ano a produção de leite foi de 423 mil litros para 470 vacas ordenhadas. O valor da produção pecuária incluindo a avicultura foi de Cr\$ 157.4 milhões a preços de 1980, o que representou o percentual de 0,35% do valor da produção estadual. O valor da produção extrativa vegetal em 1979 foi de Cr\$ 855 mil merecendo destaque os seguintes produtos: carvão, lenha e madeira em tora.

A mão-de-obra empregada no setor de atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca, foi de 7.490 (23), sendo que 6.169 foram do sexo masculino e 1.321, feminino. Já a mão-de-obra empregada no setor de transformação por sexo foi 8.691, com 7.388 homens e 1.303 mulheres. No setor comercial existem nesse mesmo ano 2.252 pessoas ocupadas.

Conforme o Censo Industrial de 1975, o município do Cabo possuía 111 indústrias, que empregavam 5.253 pessoas o que correspondia a Cr\$ 60.315 mil em salários pagos e Cr\$ 1.044,2 milhões em valor da produção. Já, em 1980, o Censo Industrial informa 105 estabelecimentos industriais, que empregavam 5.423 pessoas, correspondendo a Cr\$ 668.019 mil em salários pagos e Cr\$ 14.535.326 milhões em valor da produção. De acordo com o exposto, o setor de transformação apenas empregou 0,3% a mais em 1980 do que o ano de 1975.

Existiam no município do Cabo 25.496 prédios, dos quais 20.582 estavam localizados na área urbana e 4.914 na área rural (24). O total de domicílios no município correspondeu a 25.199 com 20.468 na área urbana, dos quais 16.331 eram

domicílios ocupados (25). O município dispõe de um serviço regular de energia elétrica gerada pela CHESF e comercializada pela CELPE. Em 1981 foram consumidos 155.992 (Mwh) em um total de 15.515 ligações, das quais 14.155 residenciais, 797 comerciais, 91 industriais, 328 rurais, 117 destinados a poderes públicos e 11 a iluminação pública (26).

Quanto o nível de instrução concluída, em 1980, pode ser visto da seguinte forma:

Grau Escolar	Total	Homens	Mulheres
1º Grau	4.613	2.244	2.369
2º Grau	1.886	873	1.013
Superior	157	94	63
Mestrado ou Doutorado	24	20	4

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1980

O município do Cabo contava em 1981 com 94 estabelecimentos escolares, distribuídos conforme tabela a seguir (4):

Dependência Administrativa e localização	Tipos de Ensino				
	Pré-escolar	Pré-escolar e 1º Grau	Pré-escolar 1º e 2º Grau	1º Grau	1º e 2º Grau
Municipal	-	-	-	56	1
Urbana	-	-	-	13	1
Rural	-	-	-	43	-
Estadual	-	2	2	10	-
Urbana	-	2	2	3	-
Rural	-	-	-	7	-
Federal	1	-	-	-	-
Urbana	1	-	-	-	-
Rural	-	-	-	-	-
Particular	-	3	1	16	2
Urbana	-	3	1	3	2
Rural	-	-	-	13	-

Fonte: Secretária de Educação do município do Cabo, em 1981

Em 1979, eram 67 os Postos do Mobral instalados no município, os quais matricularam 1.436 alunos, tendo sido 547 alfabetizados (27). Pode-se consi-

derar, observando-se os dados que, o nível cultural do município do Cabo é baixo, inexistente ou quase nenhum, levando-se em conta o crescimento populacional e a premente necessidade de absorver mão-de-obra especializada no Distrito Industrial.

Já em 1983 a Secretaria de Educação e Cultura do Cabo era responsável pela Educação de 11.680 crianças e jovens, atendidos por 64 escolas. Destes alunos, 7.878 estão na zona urbana, e 3.802 na zona rural. Das Escolas Municipais existentes, 20 estão na zona urbana e 44 na zona rural.

IV - SITUAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL

O intenso crescimento demográfico da cidade do Cabo e da vila de Ponte dos Carvalhos nos últimos trinta anos guarda uma estreita relação com os processos de mudança social que se vêm operando nas áreas rurais da Zona da Mata pernambucana desde os fins do século passado, processos estes que se aceleraram a partir dos anos quarenta deste século, e que, no fundo, nada mais são do que consequências do avanço do capitalismo nesta região.

Assim, neste ítem apresenta-se um quadro sumário das condições de vida e trabalho imperantes na agricultura canavieira em função desses processos de mudança recentes e dos fatos históricos que lhe deram origem. Esta análise baseia-se principalmente nos diversos estudos que têm tratado a problemática da agricultura canavieira nordestina, especialmente da Zona da Mata pernambucana. Ela incorpora também dados mais recentes colhidos diretamente na área-programa por meio de entrevistas com técnicos e políticos ligados ao governo do município do Cabo, com os responsáveis pelas três paróquias daquele município e com pessoas ligadas direta e indiretamente à Cooperativa Agrícola de Tiriri. Sendo esta análise sumária, recomenda-se a leitura do estudo Agroindústria do Açúcar na Área Programa Suape (1), que trata com profundidade os problemas da agroindústria açucareira, as relações de trabalho imperantes na plantation açucareira, e todos os demais pontos relacionados com a problemática da economia açucareira na Zona da Mata de Pernambuco.

Conforme foi visto (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NO PERÍODO COLONIAL), a estrutura econômica monocultura, latifundista e escravista, implantada no Nordeste açucareiro no início da colonização, fez surgir, em consequência, uma estrutura social hierarquizada, baseada num antagonismo entre os senhores de engenhos e todos os demais estratos da sociedade (por ordem de importância, os lavradores proprietários, os lavradores arrendatários, os assalariados, os moradores livres e, finalmente, os escravos). Esta estrutura social permaneceu praticamente inalterada até a segunda metade do século passado, quando fatores internos e externos aguçaram a crise da economia açucareira, levando a modificações nas relações de produção, culminando com a abolição da escravatura e a implantação da usina destarte iniciando-se um processo de modernização que levou à substituição da sociedade de bases patriarcais por uma outra de bases empresariais.

Para os propósitos da compreensão da problemática urbana na cidade do Cabo e de Ponte dos Carvalhos importa, sobretudo, acompanhar a trajetória da categoria social morador durante o período da economia açucareira, mas, especialmente a partir dos fins do século passado até os nossos dias.

O morador livre era o homem que usufruía de um pequeno trato de terra cedido pelo senhor de engenho, geralmente terra improstável para a cultura da cana, no qual plantava a lavoura de subsistência. Em troca, o proprietário das terras lhe exigia um pagamento em produtos e, eventualmente, uma prestação de serviços na plantação açucareira. Sua situação era de permanente insegurança, vez que não tinha qualquer direito sobre a terra que cultivava e o proprietário podia exigir sua retirada quando o desejasse. Contudo, o proprietário tinha interesse em manter o morador em suas terras, pois era uma reserva de mão-de-obra disponível, não assalariada, da qual lançava mão sempre que as condições o pedissem. Seu papel como complemento da mão-de-obra escrava tornou-se cada vez mais importante a partir de 1850. A proibição do tráfico negreiro naquele ano e a venda progressiva de escravos da Zona da Mata de Pernambuco para as plantações de café em São Paulo intensificaram a escassez de mão-de-obra escrava para a lavoura canavieira. Os donos de engenhos e os lavradores passaram a usar cada vez mais o morador, juntamente com o foreiro, uma nova categoria de "trabalhador livre" já relativamente numerosa à época, como força do trabalho complementar nas épocas de pico da atividade na agricultura açucareira.

Os foreiros eram "trabalhadores livres" como os moradores, e como estes cultivavam lavoura de subsistência em um trato de terra pertencente ao proprietário, ao qual pagava um aluguel pelo uso da terra. Quando chamados a dar alguns dias de serviço ao proprietário, nem sempre recebiam salários.

Com a abolição da escravatura os moradores deixaram de ser uma reserva de mão-de-obra e tornaram-se os ofertantes regulares da força de trabalho utilizada na propriedade canavieira. A prestação de serviços ao proprietário passou a ser-lhes exigida como obrigação, durante cinco ou seis dias da semana, percebendo uma remuneração que sempre foi muito baixa com relação aos níveis de custo de vida imperantes. Em algumas áreas, o antigo morador transformou-se em trabalhador de condição, ou seja, em troca do usufruto da terra era obrigado a trabalhar gratuitamente alguns dias da semana para o proprietário. Muitos ex-escravos tornaram-se também moradores, com ou sem usufruto de pequenos lotes para cultivar lavoura de subsistência.

Aqueles que não dispunham do lote, sempre recebiam um imóvel em terras do proprietário, daí porque eram chamados "barraqueiros" pois o imóvel, mesmo quando era de alvenaria, era chamado "barraco" (2)

O fato é que estas e outras formas de trabalho não capitalista se interpuseram entre a abolição do trabalho escravo e a instauração de relações salariais puras durante várias décadas, pois os donos de engenhos resistiram até o último recurso contra a adoção do salário para os trabalhadores da agricultura canavieira. Como eles detinham o monopólio da terra, isto lhes permitia manter sempre um elevado número de moradores, assegurando assim uma mão-de-obra a preços (3) baixíssimos e submissa.

É importante assinalar que a implantação da usina, embora significasse a penetração do capitalismo no campo, por si só não trouxe modificações sensíveis nas relações de produção vigentes na agricultura canavieira, pelo menos nos seus primeiros cinquenta anos de existência em Pernambuco. Conforme assinala SUAREZ, "A substituição do antigo engenho banguê pela usina acarretou mudanças mais significativas na fase industrial da produção açucareira, tendo havido provavelmente uma substituição de grande parte do pessoal ocupado por outros técnicos especializados, principalmente na parte de manutenção da maquinaria. Porém, na agricultura canavieira, a principal consequência da implantação da usina foi a expansão da propriedade territorial, para atender às suas necessidades de matéria prima" (4). O novo processo de concentração fundiária se deu pela aglutinação dos antigos engenhos, que haviam passado por sucessivas divisões em virtude das transmissões por herança desde a concessão das sesmarias, ao ponto de já no final do século passado, segundo estimativas de Bonifácio Andrade, existirem nos municípios do Cabo e Ipojuca cerca de 150 propriedades rurais, a maioria entre 200 e 1.000 hectares de extensão. Com a concentração promovida pelas usinas, hoje a maior parte das terras daqueles dois municípios é apropriada por um número bem mais restrito de pessoas do que há oito ou dez décadas atrás, em que pese o número de propriedades rurais ter passado a 577 em 1972 (5).

Mas, a implantação da usina levou a uma posterior expansão da área cultivada com a cana. Isto se deu basicamente para aumentar a produção a fim de atender à demanda crescente do produto nos mercados interno e externo, sem contudo proceder-se à introdução de mudanças técnicas significativas no processo do plantio.

Deste modo, "à proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos morado

res, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana em seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa" (6). Também os foreiros passaram a ser cada vez mais pressionados pelos proprietários e pelas usinas para abandonarem seus lotes onde plantavam cultura de subsistência. Manoel Correia de Andrade afirma que "entre 1945 e 1955, foi grande a área, outrora ocupada por foreiros, que foi conquistada pela cana-de-açúcar e grande o número de foreiros que teve de afastar-se da atividade a que se dedicava" (7). Contudo, já na segunda metade dos anos 50 eles começaram a se organizar e a se associar para lutar contra a retomada dos seus lotes pelos proprietários e pelas usinas. Estas lutas deram origem às Ligas Camponesas, depois lideradas pelo então deputado Francisco Julião e influenciaram no surgimento das lutas dos trabalhadores rurais assalariados (moradores, em sua grande maioria) pela transformação da estrutura agrária, lutas que resultaram na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. O Estatuto garantiu, em termos formais, a vigência dos direitos trabalhistas no campo, o que incluía a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo regional, e estabelecia um fundo de previdência e assistência ao homem do campo (o FUNRURAL), o direito à sindicalização, etc. Foi assim, uma importante conquista dos trabalhadores rurais.

Contudo, a partir da implantação das leis trabalhistas no campo, os proprietários e arrendatários de engenhos intensificaram a tomada dos sítios dos moradores e a sua expulsão das propriedades.

"A expulsão dos trabalhadores da propriedade, quando estes já não tem áreas onde plantar seus roçados com culturas de subsistência, descarta o proprietário rural do ônus da manutenção de trabalhadores subocupados na entressafra, ou em épocas de depressão da demanda pelo produto comercial (...) significa antes de tudo a formação de um exército industrial de reserva", que vai se concentrar nas cidades próximas da plantação açucareira, daí surgindo aglomerados periféricos com características de verdadeiras favelas, "alguns deles criados como pura decorrência da expulsão de trabalhadores rurais, como é o caso da Cidade de Deus por exemplo, na Zona da Mata de Pernambuco" (8). Pelo menos cinco concentrações periféricas de populações expulsas do campo podem ser apontadas: Vila Europa, na periferia da cidade Ipojuca; os bairros de São Francisco, Malaquias e a Vila Charneca, na periferia da cidade do Cabo, e toda a área denominada Alto do Sol, Alto das Guarebas em Ponte dos Carvalhos.

É preciso ressaltar que essas aglomerações subhumanas periféricas não re-

sulteram de processos de invasão, pelo menos como esses processos ocorrem tão comu- mente em áreas desocupadas do Recife e de outras grandes cidades. Nos exemplos ci- tados das cidades do Cabo e Ipojuca e de Ponte dos Carvalhos, é possível identifi- car a atuação de pessoas direta e indiretamente ligadas aos interesses dos proprie- tários rurais e dos usineiros no surgimento desses aglomerados. Assim a Vila Euro- pa localiza-se em terras da Usina Salgado que foram cedidas ao Padre Melo para que ali se instalasse uma rurópolis (*) para abrigar trabalhadores rurais que estavam sendo expulsos dos engenhos próximos, na segunda metade da década passada. O bair- ro de São Francisco, na cidade do Cabo, também classificado como uma rurópolis pe- lo Padre Melo, surgiu a partir da cessão de terras pela Usina Santo Inácio, quando da paralização de suas atividades industriais em 1963, a título de indenização aos seus ex-trabalhadores, tanto da parte industrial quanto da agrícola. Interesses político-eleitoreiros estiveram presentes no surgimento da Vila Charneca, ou Vila Newton Carneiro, como foi originalmente denominada. As terras onde se situa este aglomerado pertencem à ex-Usina Maria das Mercês e foram cedidas pelo então propri- etário da mesma a um ex-deputado, o qual promoveu a ocupação desordenada do terre- no, chegando mesmo a ser ameaçado de processo por corrupção eleitoral pelo então Juiz Eleitoral do Cabo. Vale notar aqui a coincidência de que a maioria das pes- soas do referido aglomerado procederam de áreas rurais pertencentes à dita Usina Mercês. Quanto a Ponte dos Carvalhos, seu assombroso crescimento nos últimos anos não está desvinculado das facilidades de acesso a lotes nos morros da localidade, facilidade esta promovida pelos donos das terras os proprietários da Usina Bom Je- sus. Novamente verifica-se, segundo informações do próprio pároco local, que a po- pulação da vila é predominante de origem rural, continuando vinculada ao trabalho na agricultura canavieira; conforme atesta os inúmeros caminhões que, por ocasião da limpa e do corte da cana, partem diariamente do local, transportando contingen- tes de "bóias-frias" para trabalhar nas terras da referida usina.

(*) - O termo rurópolis está sendo usado para indicar "um bairro contíguo a um cen- tro urbano, onde cada família recebe um lote de 8x15m para a construção da casa e um outro lote de 2ha para algum plantio de subsistência" (CEAS 1972 p.26). Isto conforme a designação do Serviço de Ação Comunitária do Cabo, en- tidade responsável pela chamada "Reforma Agrária do Cabo".

É possível supor então, que as facilidades de acesso às terras de usinas locais para a construção desses aglomerados subhumanos podem estar relacionadas à conveniência das ditas usinas em localizar mão-de-obra barata em áreas próximas as suas terras de cultivo, a fim de garantirem condições de fácil mobilização nas épocas de pico de atividades na agricultura açucareira, ao mesmo tempo em que livram-se dos encargos sociais, que estariam obrigados a assumir se esta população permanecesse em suas propriedades, e aproveitam amplamente terras agricultáveis com o plantio extensivo da cana de açúcar. As possibilidades de confirmação desta hipótese encontram-se na identificação, feita por quase todos os entrevistados, dos fatores determinantes da formação dos aglomerados subhumanos na cidade do Cabo e em Ponte dos Carvalhos, ressaltando a procedência rural das populações aí encontradas e identificando interesses dos proprietários rurais na sua nova localização. Ressalta-se ainda que, nos referidos aglomerados, os intermediários dos proprietários rurais mobilizam periodicamente a força de trabalho necessária à agro-indústria canavieira em suas épocas de maior atividade.

Como já foi assinalado, a introdução da legislação trabalhista no campo assegurou ao morador e a outros trabalhadores rurais, pelo menos em termos formais, uma série de direitos antes extensivos somente aos trabalhadores na indústria e no setor de comércio e serviços. A vigência dos "direitos" teve uma importância tal para a representação que o morador da plantação açucareira faz das suas condições de existência que, segundo observa SIGAUD, passaram a constituir-se num marco em sua noção de tempo. Ela escreve que "A exceção dos moradores mais velhos, de mais de 60 anos, que possuem outros pontos de referência para retalar a história, a grande maioria dos trabalhadores divide a história da região em dois períodos: antes e depois dos "direitos" (9).

Sigaud registra também que os trabalhadores rurais têm uma clara percepção da importância dos "direitos" como garantia do reconhecimento de sua condição de trabalho pelas autoridades governamentais e todos os benefícios daí decorrentes. Por isso mesmo, eles dão uma importância muito grande ao Sindicato Rural, que é o órgão encarregado de lutar pela observância das leis trabalhistas por parte dos proprietários rurais.

Todavia, eles também têm plena consciência de que a vigência dos "direitos" contribuiu para tornar suas condições de vida objetivamente mais difíceis. Com a vigência dos "direitos" eles ganharam o salário e os benefícios previdenciários, mas perderam outras vantagens indiretas em consequência da reação dos

proprietários, das quais a mais lamentada é a retomada (ou redução drástica) dos sítios em que cultivavam suas lavouras de subsistência. Além disto, os proprietários desenvolveram outras formas (claras ou sutis) de espoliação de sua força de trabalho que não podem ser facilmente combatidas pelos dirigentes sindicais. Assim, a remuneração por "diária", que necessariamente teria de obedecer aos níveis salariais estabelecidos por lei, foi quase totalmente abolida nas atividades da agricultura canavieira, sendo substituída pela remuneração por produção. Com a remuneração por produção, o trabalhador é exigido executar uma "tarefa" de determinada extensão em uma unidade de tempo. Como a "tarefa" é geralmente tão grande que o trabalhador normal não consegue terminá-la no tempo marcado, ele nem sempre consegue atingir o salário estabelecido por lei, além de dispendir mais tempo no trabalho do que a jornada regular de oito horas por dia. Daí a prática já tão comum, de os trabalhadores rurais levarem consigo as mulheres e crianças para ajudá-los a ganhar um salário que por lei lhes é devido.

A expulsão dos trabalhadores rurais para as cidades da zona canavieira onde eles continuam ligados à agricultura açucareira, intensificou o processo de proletarianização do homem do campo, agora cada vez mais transformado em "bóia fria" ou em trabalhador clandestino, e fez surgir novas relações empregatícias que se atualizam principalmente através da figura do empreiteiro, um intermediário da mão-de-obra "que se apropria de uma parte da renda do trabalhador e é conveniente para o empregador porque ao invés de este contratar vários empregados, contrata o trabalho de todos com uma só pessoa" (10).

V - A COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI -
DISTORÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA

As mobilizações dos trabalhadores rurais no início da década passada provocaram outras respostas além da implantação das leis trabalhistas, a fim de encontrar solução para o problema da expulsão em massa do homem do campo para os centros urbanos. Uma destas respostas, e talvez a mais importante pelo que se propunha e pelos resultados apresentados nos últimos dez anos é a chamada "reforma agrária do Cabo".

"A reforma agrária do Cabo tem suas raízes em acontecimentos que marcarão profundamente a história dos camponeses nos últimos tempos. A formação das Ligas Camponesas, a criação Sindicalismo Rural, o Congresso dos Trabalhadores Rurais, a Revolução de 1964, as Greves de 1966/67, foram as etapas em que aos poucos amadureceu a idéia luminosa de se fazer de reforma agrária para o município do Cabo que fosse do modelo para o restante não só da Zona da Mata de Pernambuco como até mesmo para toda a área açucareira do Nordeste.

O Padre Antônio Melo, idealizador e orientador desta "reforma agrária" já se havia notabilizado como uma das lideranças mais influentes e atuantes no seio de massas camponesas, no início dos anos sessenta. Na verdade, quando começaram as primeiras mobilizações dos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas, a Igreja Católica, através dos seus bispos do Nordeste, tratou de desenvolver organismos que se contrapusessem à influência das Ligas, lideradas pelo então deputado Francisco Julião, e que ao mesmo tempo lutassem por melhores condições de vida e trabalho para a mão-de-obra rural. Surgiu assim, em 1962, o Sindicalismo Rural orientado pela Igreja, de caráter altamente assistencialista e que muito rapidamente espalhou-se pelos diversos Estados nordestinos. Em Pernambuco, o então jovem pároco do Cabo, Padre Antônio Melo, foi um dos indicados pelo Arcebispo Dom Carlos Coelho para atuar neste campo.

Vale ressaltar que, mesmo aceitando implementar os planos da hierarquia católica com relação ao campo, o Padre Melo era contrário à linha sindicalista "porque não acreditava que a extensão do regime salarial ao campo fosse uma solução válida para o problema do camponês. Ele apontava como solução verdadeira e definitiva uma reforma agrária em que o camponês fosse o principal agente" (2).

Em sua atuação à frente do Sindicato Rural do Cabo, o Padre Melo influenciou nas decisões do então governador Cid Sampaio relativas à desapropriação das terras da Usina José Rufino e seus engenhos para a instalação do Distrito Industrial do Cabo. Com sua interferência, ele assegurou o acesso pelos trabalhadores rurais a 9 dos 13 engenhos desapropriados, que foram então parcelados num total de 420 lotes de 10 hectares cada um, "para uma primeira experiência de reforma agrária, nas palavras do próprio Padre Melo. Por via desta atuação, assumiu papel destacado na luta pela instalação da Cooperativa Mista de Tiriri, em 1963, até hoje apontada por seus dirigentes como a materialização das idéias de reforma agrária no município do Cabo.

A Cooperativa de Tiriri foi fundada em abril de 1963, quando as terras do Engenho Tiriri, que pertenciam à Usina Santo Inácio, foram destinadas para uma experiência de reforma agrária, visando atender programas da Aliança para o Progresso, sob a direção da SUDENE, à partir das idéias da reunião de Punta Del Este. Esta experiência patrocinada pela SUDENE teve início em 24.04.1963 e durou até outubro de 1968. Nesta primeira fase, a Cooperativa dispunha das terras de 5 engenhos, tendo a SUDENE instalado uma casa da farinha e um armazém. Os associados gozavam de 20% de abatimento na aquisição de gêneros no armazém e nos postos de venda instalados nos engenhos. Todavia, dificuldades de natureza vária, levaram a Cooperativa à quase falência. Além do mais, o progressivo decréscimo da produção dos engenhos da Cooperativa reduziram a cota inicial de 32.000 toneladas de cana a 10.000 em 1965.

Em 1968, a SUDENE abandonou a experiência e a Usina Santo Inácio pretendeu retomar as terras que estavam em poder da Cooperativa. Contudo, o Padre Melo desenvolveu demarches junto ao Governo Federal no sentido da desapropriação das terras. Processada a desapropriação, as terras passaram à propriedade do INCRA assegurando-se o uso das mesmas pela Cooperativa, sob regime de comodato; renovado por períodos de um ano. Antes de iniciar a sua segunda fase de existência, todos os trabalhadores e funcionários da Cooperativa tiveram suas situações regularizadas na forma da lei, passando-se então à divisão das terras em lotes para os que desejavam continuar com a experiência.

"As terras foram divididas em lotes de 7,5 a 10 hectares e foram entregues aos trabalhadores que quizessem continuar no campo como autônomos, na categoria de parceleiros agrícolas. Muitos não aceitaram os lotes, nem quiseram deixar a área; para estes foi medido um lote de um hectare em volta de suas re

sidências, foram assinadas suas carteiras profissionais e lhes foi dada a liberdade de trabalhar onde quizessem, quer dentro da área da Cooperativa, quer em outras propriedades circunvizinhas. Um terceiro grupo de trabalhadores preferia deixar a vida rural e ir para a cidade; a estes a Cooperativa deu algum dinheiro, material para a construção de uma casa e os encaminhou para a Rurópolis do Cabo (3). A rurópolis a que se refere o articulista é um loteamento em área de grande declividade no Bairro de São Francisco, na cidade do Cabo; este e outros aglomerados subhumanos, promovem a eles inerentes.

Em 1978, a Cooperativa de Tiriri comandava 11 engenhos, sendo 7 do INCRA, 3 da Usina Salgado e 1 da Usina Ipojuca. Os engenhos do INCRA eram cedidos sob regime de comodato, enquanto os demais eram arrendados. Em abril de 1978, a Cooperativa contava com 1.073 associados, cada um deles tendo direito a pelo menos um lote de 7,5 a 10 hectares, obrigando-se a ter na cana de açúcar a sua principal lavoura. Como plantador e fornecedor de cana às usinas o lotista recebe teoricamente, total apoio da Cooperativa, que inclusive lhe fazia o repasse de crédito bancário para a compra da maquinaria e implementos agrícolas. Além do mais mantém convênios com o FUNRURAL e com Associação dos Fornecedores de Cana para fins de assistência médica e dentária ao cooperado e sua família, bem como convênios com as casas funerárias da cidade do Cabo. As despesas da Cooperativa em 1977, somaram NCZ\$ 2.200,00 por associado, incluindo gastos com assistência médica e dentária. Quanto a produção de cana, alcançou 150.000 toneladas na safra 77/76. Portanto, a Cooperativa apresentava em 1978 um quadro de prosperidade econômica, não admiro, pois, o orgulho com que seus dirigentes de direito e o seu dirigente de fato a ela se referem e que encarem a experiência como uma solução para os problemas que continuavam a afligir os trabalhadores da zona açucareira. A Cooperativa era dirigida, teoricamente pela Assembléia Geral de todos os seus associados, que se reuniam periodicamente.

Contudo, as entrevistas realizadas com as famílias na área da Cooperativa, com técnicos e assessores da prefeitura do Cabo e com os próprios dirigentes da Cooperativa, levantam questionamentos quanto ao ponto de vista tão difundido na Zona da Mata de que a Cooperativa de Tiriri tenha representado (ou venha representar) uma experiência de reforma agrária, tendo ou não o camponês como principal agente, e também quanto a sua própria natureza cooperativista.

Primeiramente, os fundamentos ideológicos da experiência apresentam-se como contraditórios, uma vez que foram inspirados pela Aliança para o Progresso e pelas conquistas sociais do movimento das Ligas Camponesas.

Por sua vez, a exploração individual da terra, observado o critério da divisão em lotes de 7,5 a 10 hectares, é feita em moldes de empresa familiar. O acesso a o uso da maquinaria pesada, de fertilizantes e de inseticidas, bem como dos implementos agrícolas em geral, também é feito nos mesmos moldes, limitando-se a Cooperativa ao repasse do crédito bancário. Depreende-se das declarações dos entrevistados que, ao nível da exploração dos lotes, as relações de trabalho reproduzem as do macro-sistema dominante (uso da terra por poucos, tipo de empresa familiar, espoliação da força de trabalho, ausência de participação coletiva nos resultados de produção, permanência de um grande segmento da população à margem da sociedade rural).

Verifica-se também uma tendência para a transferência da posse de mais de um lote a quem tenha, individualmente, condições para explorá-lo, pagando por conta própria a mão-de-obra a níveis muito baixos de remuneração. Identifica-se, a partir daí, um dos fatores geradores de novos latifúndios e o empobrecimento crescente da população de trabalhadores rurais sem lotes nas terras de Tiriri. Portanto, a ação orientadora da Cooperativa não é exercida no sentido de arregimentar e fortalecer o espírito associativista entre os seus membros. Como os resultados sociais da Cooperativa restringem-se à questão da eficiência da produtividade, aqueles que individualmente não alcançavam este resultado vêm-se induzidos a repassar seus lotes sem que haja qualquer orientação e ajuda no sentido de sua fixação.

É importante destacar a força do fator ideológico quando mesmo os participantes da experiência são levados a considerar como inviável a exploração coletiva de cana-de-açúcar, visando à socialização da produção. Isto leva-os a admitir apenas a viabilidade da exploração individual, do tipo de empresa familiar, o que no caso da cana-de-açúcar requer grandes contingentes de mão-de-obra suplementar aos mais baixos níveis de remuneração.

Depreende-se daí que os usuários dos lotes, para a exploração da cana-de-açúcar, apropriam mão-de-obra daqueles que são apenas moradores em Tiriri, assim como de trabalhadores volantes residentes naquela região, tanto em áreas rurais como urbanas. Resta apenas caracterizar a situação daqueles que, em Tiriri, segundo informações de vários entrevistados, teriam acesso a 1 hectare de terra para o plantio de lavoura de subsistência.

Não admira pois que o discurso dos participantes da experiência cooperativista de Tiriri seja dominado por valores utilitaristas e individualistas, sobressaindo-se uma preocupação acentuada com a eficiência, ou seja, com o rendi-

mento em termos de lucro que a terra possa oferecer.

Estes valores utilitaristas presidem as relações de trabalho, daí resultando que, ao nível dos trabalhadores sem lotes, apenas aqueles que produzem, conseguem auferir algum rendimento mínimo, embora insuficiente para sua subsistência, alienando-se totalmente as necessidades sociais das suas famílias.

Com relação às necessidades sociais da família, constata-se das entrevistas realizadas que o latifúndio ascendente opera paternalisticamente, mediante a concessão de alguns benefícios, especialmente em caso de doença do trabalhador.

Observa-se também, como decorrência dos valores utilitaristas, que a relativa ascensão social de um lotista tende a levá-lo a adotar medidas discriminatórias de coação contra famílias de moradores não lotistas que não lograram obter sucesso igual.

Falhando a Cooperativa no desempenho de sua função esperada, ou seja, o desenvolvimento do espírito associativo entre os seus cooperados, o que avulta como seu papel real é a organização da mão-de-obra e da produção da cana em benefício da agro-indústria do açúcar.

Por outro lado, deduz-se das declarações dos diversos entrevistados que as decisões na Cooperativa de Tiriri estavam centralizadas nas mãos do Padre Melo e dos seus auxiliares diretos. Isto tem resultado no não surgimento de novas lideranças dentro da Cooperativa, haja visto, que o presidente se mantém no cargo há cerca de 8 (oito) anos. Como ilustração, salienta-se que os cooperados são apenas informados de decisões superiores, às quais muitas vezes se submetem. Isto foi particulamente notado no recente processo de venda de parte das terras da cooperativa e conseqüentemente, necessidade de transferência dos lotistas para a área da extinta Usina Mercês, decidida a nível de gabinete entre o Padre Melo e o Governo Estadual. Contudo, a transferência é rejeitada por cerca de 20% dos 500 lotistas que deveriam ser transferidos. Os que rejeitavam a transferência exigiam pura e simplesmente uma indenização que lhes permitia migrar para a cidade do Cabo.

Quais seriam as identidades mais determinantes dos desvios que esta experiência apresentava com relação ao conceito e a prática de um modelo efetivamente cooperativista, de forma que tais desvios possam ser evitados em eventuais experiências futuras?

Procurou-se aqui tornar evidente que a agro-indústria do açúcar, tal como foi desenvolvida e vinha se mantendo nesta região, não constitui um modelo al-

ternativo seja do ponto de vista estritamente econômico ou querendo se prestar uma função social à econômica.

A seguir, a análise que se faz do processo de industrialização no Cabo e seus efeitos sobre a região de influência, também evidencia que o setor industrial não tem se apresentado como um outro modelo alternativo.

VI - O DISTRITO INDUSTRIAL

Com a finalidade de promover a industrialização do Estado de Pernambuco, facilitar a implantação de novas indústrias, e intensificar o plano de colonização de Pernambuco, o Governador Cid Sampaio através do Decreto nº 532 datado de 29 de setembro de 1960, desapropriou por interesse social, o Conjunto Agro-Industrial Usina José Rufino, composto da usina propriamente dita e mais os engenhos: Trapiche, Novo Barbalho, Pirapama, Matapagipe, Malakolb, Mato Grosso, Malinote, São João, Pau Santo, Serra e Retiro, com área de 4.765,20 ha., situados no município do Cabo (1), pertencentes ao referido Conjunto, em favor da recém criada Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - COPERBO (2), de acordo com a Escritura Pública de desapropriação lavrada no cartório do 1º Ofício do Município do Cabo - João Lopes Filho.

Em 30 de dezembro de 1960, de conformidade com a Escritura Pública de compra e venda, lavrada no cartório João Lopes Filho, a COPERBO vendeu ao Estado de Pernambuco os engenhos Trapiche, Novo, Barbalho e Pirapama com área total de 1.930,5 ha., da qual ficou excluída a área de 109,50 ha. que constituiria a área destinada a implantação da COPERBO (3).

Em seguida, com os engenhos separados, criou o Distrito Industrial de Pernambuco, pela Lei Estadual nº 4.283 de 20 de dezembro de 1961, com o propósito específico de fixação de indústrias em terras daqueles engenhos, confiando à Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE) a administração do Distrito Industrial de Pernambuco, que, posteriormente passou este encargo para a CONDEPE - Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco.

Os demais engenhos do referido Conjunto foram posteriormente destinados a implantação do plano de colonização do Estado de Pernambuco e entregue a Companhia de Revenda e Colonização - CRC.

Ainda de acordo com a Lei supra citada, ficou o Distrito Industrial constituído de duas glebas: uma urbana, destinada ao plano de expansão da cidade do Cabo, construção de casas populares, criação de serviços comunais e estabelecimentos de pequenas indústrias; e outra industrial, situada do lado direito da rodovia pavimentada - BR-101, reservada à instalação de médias e grandes indústrias.

De entendimentos mantidos entre o CONDEPE e o CRC foram retirados da área do Distrito Industrial a superfície de 838,79 ha. que foram incorporados aos terrenos da Companhia de Revenda e Colonização ficando a área do Distrito Industrial com 1.091,28 ha.

Em agosto de 1966 o Distrito Industrial passou para a Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco Crédito, Financiamento e Investimento - COMPER, que não podendo assumir a administração do Distrito Industrial por restrição feita pelo Banco Central, foi criada uma subsidiária da COMPER que passou a chamar-se Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco - Distrito Industriais - COMPER - DI.

Esta Companhia providenciou de logo o levantamento planimétrico do Distrito Industrial do Cabo com a finalidade de definir o polígono delimitante da área do Distrito Industrial, agora denominado Distrito Industrial do Cabo.

Em seguida foi criada a Distritos Industriais de Pernambuco DIPER, como sucessora da COMPER - DI. Posteriormente a DIPER passou a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco. Hoje, encarregada da elaboração e execução de projetos, captação de recursos, atração de investidores e adequação da infra-estrutura urbana.

Com esse levantamento e deduzindo-se as áreas já alienadas bem como aquelas pertencentes a terrenos, faixas de domínio da BR-101, da PE-1 (ex- PE-60), da R.F.N. - Rede Ferroviária do Nordeste, a CHESF, a área ficou reduzida a 910,19 ha. (4).

Em 1980, a DIPER comercializou cerca de 300 ha. da área do Distrito, que dispunha de características topográficas desfavoráveis, para um programa de parcelamento com fins agrícolas, implementado pela FIDEM.

VI . 1 - A Localização

O Distrito Industrial do Cabo é cortado pela estrada pavimentada em concreto BR-101, dista 30 Km do centro da cidade do Recife e está a 20 Km do Aeroporto Internacional dos Guararapes. Fica localizado na zona fisiográfica litoral da Mata.

Suas coordenadas geográficas são: Latitude Sul: 8° 16' 10'', Longitude WGR: 35° 03' 50'', com altitude de 13 metros (1).

A área inicialmente destinada ao Distrito Industrial do Cabo foi de 1.930,5 hectares (2) num total de aproximadamente, 19 milhões de metros quadrados, distribuídos no antigo Conjunto Agro-Industrial Usina José Rufino (3). Tendo em vista o relevo apresentado pelos terrenos situados na parte posterior da área reservada, os quais possuem grandes diferenças de cotas, dificultando o aproveitamento imediato ou mesmo a curto prazo, dessas áreas industriais, uma vez que se torna onerosa a preparação das mesmas para implantação de indústrias de médio e grande porte. Por isto foi separada uma faixa do terreno, ao longo da margem direita da

BR-101, com largura média de 1.350 metros, para aproveitamento a curto prazo. Essa faixa, justamente com a área situada na margem esquerda da referida estrada (4). A área situada à margem da citada rodovia, entre o Km 35 e o Km 36, com aproximadamente 162 hectares (5), foi reservada para indenização da área inundada pela Represa de Matapagipe, nos engenhos Buranhen e Sacambú. Deste modo, a área disponível era: a) - na margem direita: nesse lado, a área aproveitável foi destinada à construção de grandes e médias indústrias, dividida em 46 quadras industriais, ruas, avenidas e parques. Medindo aproximadamente 758 hectares; e, b) - na margem esquerda: os terrenos localizados nesse lado, foram utilizados para construção de casas populares para operários, serviços comerciais e implantação de pequenas indústrias, com aproximadamente 290 hectares.

Tendo em vista que no município do Cabo não havia estação meteorológica, tomaram-se para o Distrito Industrial as observações realizadas no período de 1949 e 1961, na cidade de Olinda, de vez que as duas cidades, Cabo e Olinda, estão próximas, quase na mesma latitude, com apenas a diferença de 15' quanto à distância ao Equador terrestre; ambas próximas ao mar. Olinda a beira-mar e o Distrito Industrial a 10 Km para o interior, e tendo as duas cidades baixas altitudes. Assim no período de 13 anos foram feitas as seguintes observações meteorológicas para o Distrito Industrial do Cabo:

- a) Temperatura máxima - 32,0° C - 89,6° F
- b) Temperatura mínima - 16,8° C - 62,3° F
- c) Temperatura média - 27° C - 80,6° F
- d) Umidade relativa - variando entre 65,7% e 88,4%
- e) Pressão atmosférica - variando entre 1.004,2 mb e 1.012,7 mb
- f) Velocidade máxima dos ventos - 14,2 m/seg.
- g) Direção dominante dos ventos - E-Ne verão e SE-S no inverno.
- h) Precipitação pluviométrica (média da série) 1.727,6 mm anuais.

Como se vê a amplitude térmica anual é baixa, o que não é de se estranhar em uma região de baixa latitude. A amplitude térmica diurna também é muito baixa devido à proximidade do oceano. As temperaturas mais elevadas são verificadas no verão, que ocorre entre os meses de outubro a março, ao passo que as mais baixas verificam-se no período invernal, correspondente aos meses de abril a setembro (6).

A evaporação na Zona da Mata do Estado de Pernambuco é da ordem de 55mm por mês durante a estação invernal (março a agosto) e de 75mm por mês na estação quente (setembro a fevereiro), registrando-se a média anual de 765mm.

Toda água consumida no Distrito Industrial do Cabo provem do Rio Pirapama, cuja bacia hidrográfica é a maior da zona sul do Estado, avaliada em 1.450 l/seg. Podendo ser aumentada a sua descarga para 5.000 l/seg. (7).

O plano de aproveitamento das disponibilidades d'água do Rio Pirapama envolve as seguintes utilizações:

- a) Distrito Industrial - 130.000 M³ / d
- b) Irrigação - 17.000 M³ / d
- c) Abastecimento do Recife - 26.000 M³ / d

A destinação de 1.500 l/seg. para a cidade industrial ofereceu ampla margem ao planejamento de localização das indústrias.

Com a parcela de 200 l/seg., destinada a irrigação agrícola, pretendia-se manter produtivos, durante todas as estações do ano, 400 hectares de terras aráveis pertencentes à Cia de Revenda e Colonização (8).

Para a condução da água da represa Matapagipe até o Distrito Industrial, situado a cerca de 9 Km de distância, foi prevista a construção de duas canalizações adutoras de 800 mm de diâmetro, de concreto armado, podendo cada uma transportar 750 l/seg.

A fonte supridora de energia elétrica do Distrito Industrial do Cabo é a Usina Hidro-Elétrica de Paulo Afonso. O fornecimento de energia para o Distrito é feito através de duas subestações abaixadoras de tensão; denominadas Cabo e Pirapama, pertencentes à Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco (CHESF), fonte supridora. Suas características no Distrito Industrial, são as seguintes:

- a) Tensão de 66 KV ou 13,8 KV
- b) Trifásica
- c) Frequência de 60 ciclos/segundo

Quanto às vias de comunicação, o Distrito Industrial é servido, pelas seguintes sistemas Rodoviários e Ferroviários: (9).

a) Pela rodovia BR-11, do Plano Rodoviário Nacional, definida pelos seguintes pontos de passagem: João Pessoa (PB) - Recife (PE) - Maceió (AL) - Aracaju (SE) - Feira de Santana (BA). O primeiro plano Diretor da SUDENE, visando a ligação das capitais do Nordeste, ampliou-se a partir de João Pessoa (PB) e passando por Parnamirim - Macaíba (BR-12) - Angicos - Mossoró (BR-53) (RN) - Aracati - Boqueirão do Cesário (BR-13) (CE). Juntamente com a BR-5, forma a rota litorânea principal do Nordeste, dentro de sua faixa territorial de maior produção e densidade demográfica. No trecho Recife - Cabo, a faixa de rolamento é de 7,00 m tendo o acostamento uma largura de 4,00 m. A faixa de domínio é de 70,00

m, desde que está prevista a duplicação da faixa de rolamento. O revestimento é de concreto de cimento Portland, em sua maior extensão;

b) Pela rodovia PE-1, do Plano Estadual, projetada com as características de estrada de 1ª classe, com revestimento asfáltico, e que ligara a BR-11 com o litoral sul de Pernambuco. É definida pelos seguintes pontos de passagens: Cabo (BR - 11) - Ipojuca - Sirinhaém - Rio Formoso - Barreiros - Ponte sobre o rio Persinunga (Divisa PE/AL);

c) Pela linha férrea da Rede Ferroviária do Nordeste que serve aos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Encontra-se interligada com a Rede de Viação Cearense, à construção do "Ferry-boat" - que liga Posto Real do Colégio (AL) à Propiá (SE), estabelece tráfego mútuo com a Viação Federal Leste-Brasileira. Sua bitola é de 1 m. O trecho que serve a cidade do Cabo (Recife - Macaíó) tem balastro de pedra britada e trilhos de 37 Km/m (10).

O Distrito Industrial do Cabo ainda é servido pelo Porto vizinho, localizado no Complexo Industrial Portuário da SUAPE, com molhe de proteção às instalações portuárias e à acostagem, com 2.940 metros de extensão. Com acesso facilitado através dos (10 Km), Porto (30 Km) e Tip (25 Km), entre CABO-SUAPE. Outro porto é o de Recife, situado a uma distância de 32 Km quer pela rodovia BR-11, quer pela linha férrea da Rede Ferroviária Nacional.

Do ponto de vista de uma adequada localização o próprio Distrito Industrial do Cabo não escapá certas considerações.

A localização de um Distrito Industrial de porte considerável tendo como apoio uma cidade de pequeno porte (como o Cabo em 1960) e sem que a decisão governamental envolvesse, antes de tudo, uma consulta prévia à população é no mínimo questionável considerando inclusive o sentido que se pretende imprimir à expansão daquela área industrial, pode-se predizer que a sede urbana será contida por uma cidade de indústrias, agravando-se o problema de poluição e seus decorrentes. Considere-se ainda o comprometimento do aspecto estético da cidade que vem perdendo suas características próprias sem contudo se constituir em uma "cidade industrial". Neste caso, como em outros correspondentes, caberia com mais propriedade e acerto, a localização de Distritos Industriais em áreas afastadas das pequenas cidades visto que um complexo industrial tende e deve vir a ser auto-suficiente no que diz respeito à implantação de equipamentos sociais complementares, a ele necessários.

Acontece que este distrito foi implantado tendo como apoio básico o aproveitamento da infra-estrutura já deficiente da cidade do Cabo, ou seja, de modo in-

verso ao desejável. Assim, as indústrias isentam-se do ônus e da responsabilidade da construção de habitações e equipamentos sociais para os operários. Torne-se a isto a ausência de medidas disciplinares de localização de unidades industriais isoladas como a PABAT, CERMIC, SARABOR (11), foram recentemente implantadas fora dos limites legais deste distrito, a menos de 500 metros do mesmo, na margem leste da PE-60. Como efeito, alguns empresários desprezaram as vantagens oferecidas por lei no caso de implantação destas indústrias no limite do Distrito Industrial.

O Distrito Industrial do Cabo apresentava em 1977, uma área de 1.187,57 ha. (12). Em decorrência do primeiro projeto de parcelamento elaborado para o mesmo, 45% desta área destinava-se a ocupação industrial. Neste mesmo ano, apenas 280 ha encontrava-se ocupados. Não existiam equipamentos nem serviços de apoio à atividade industrial na área, com exceção apenas de um clube de campo para industriais na área do antigo Engenho José Rufino, ressentindo-se os operários da falta de equipamentos sociais (13).

O DIPER em 1977 encomendou um plano à GEOTÉCNICA, visando corrigir as distorções no que diz respeito ao planejamento físico-espacial da área do Distrito Industrial. Para se ter uma idéia quanto a valiação das características de ocupação e funcionalidade deste distrito passar-se-a a utilizar o trecho de um texto contido no Plano: a atual ocupação do Distrito Industrial do Cabo não se apresenta estrutura, seja funcional ou racionalmente, mas sim, resulta de um preenchimento dos espaços mais propícios, tanto do ponto de vista geomorfológico, quanto da localização e acessibilidade.

A estrutura viária implantada pouco retrata as intenções e proposições de projeto de arrumação, não apresentando a área, sequer, um esquema estrutural básico de organização espacial, resultando em um conjunto de vias esparsas que permitem o acesso e a ocupação de alguns compartimentos entre ou em contornos nos obstáculos naturais existentes. Assim, a ocupação do Distrito Industrial efetivou-se utilizando-se a BR-101 como estrutura viária básica, distribuindo-se ao longo de sua extensão dentro da área e contribuindo-se em um novo obstáculo à ocupação das áreas mais afastadas da rodovia.

Em termos quantitativos, essa ocupação lindeira a BR-101 representa cerca de 40% da área objeto do parcelamento, e, grosso modo, está distribuída entre três indústrias, quais sejam: RHODIA, COPEBO, BRAHMA, com algumas ocupações intersticiais, comprometendo assim a área à margem da rodovia.

À margem sul da BR-101 existem dois "bolsões" com parcelamento para o uso

industrial, cuja ocupação ainda não se efetivou, em decorrência de condicionantes físicos da área, ou seja, o "bolsão" a oeste apresenta declividades acentuadas principalmente na porção litorânea à rodovia e o "bolsão" a este apresenta problemas de drenagem (14).

Os estudos de otimização elaborados pela GEOTÉCNICA consideraram também inadequada a predominância no Distrito Industrial, de indústrias de médio e grande porte, quando, preferencialmente, deveriam se localizar indústrias de pequeno e médio portes. Refere-se também ao ramo industrial, considerando como inadequados os pertencentes aos de borracha e química por apresentarem características altamente poluidoras, principalmente com relação ao lançamento de dejetos no rio Pirapama e aos lançamentos aéreos (15).

Esta inadequação evidencia-se, claramente, para a população da cidade que "sofrendo os efeitos da poluição na própria pele, identifica ao nível de percepção os prejuízos daí decorrentes" (16).

VI . 2 - Incentivos à Novas Indústrias

Além das vantagens locacionais, os empreendimentos que venham a se instalar na área da SUDENE, contam com uma série de incentivos fiscais e financeiros a nível federal, estadual e municipal.

O Estado de Pernambuco oferece uma linha de incentivos fiscais e financeiro para apoiar os investimentos feitos em seu território, tendo como fontes de recursos o ICM e financiamentos do Banco do Estado de Pernambuco - BANDEPE.

A lei estadual 9367/83 e o decreto 9143/83, foram prorrogados e alterados pela lei 9857/86 e pelo decreto 11.717/86, que regulamentam os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos industriais novos (17), destinados à produção de bens sem similar (18) no Estado.

O Incentivo Fiscal, com base no ICM, pode chegar aos 50% do imposto devido e tem vigência por um prazo de cinco anos.

O Estímulo Financeiro está consubstanciado na lei estadual 9.403/83 e decreto estadual 9.142/84, objetivando ampliar o parque industrial do Estado.

As isenções e taxas municipais são concedidas de acordo com a Lei Municipal do Cabo, nº 697 de 28 de novembro de 1963.

A Legislação Básica da SUDENE, através da Lei Federal nº 3692 de 15 de dezembro de 1959 e Decreto 47.890, de 9 de março de 1960, concede incentivos ao câmbio favorecido ou de custo, ou autorização para financiamento de importação, cobertura cambial, à isenção de impostos e taxa de importação; à redução de 50% no

pagamento do imposto de renda e do adicional sobre os lucros em relação ao capital e às reservas.

A isenção de impostos Estaduais é considerada pela Lei Estadual nº 5661, de 2 de outubro de 1965. O preço dos terrenos são baixos e podem ser pagos em 10 anos com acréscimo de juros de 8% aa, de acordo com a Lei Estadual nº 4283, de 20 de dezembro de 1961.

Além destes incentivos, o Estado de Pernambuco ainda oferece assistência técnica; estudos de mercado de âmbito estadual ou regional; contato permanente com a SUDENE, e, indicação de áreas para localização de indústrias através do DIPER - Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco.

Pode-se dizer que a criação da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO) foi a principal motivação que levou o Governo do Estado a considerar a necessidade de dotar Pernambuco de um Distrito Industrial que estivesse à altura das necessidades e dos anseios de desenvolvimento e progresso de toda a comunidade. Naquela época, os Poderes Públicos, começavam a despertar para a necessidade de diversificar o parque industrial agro-açucareiro, responsável pela maior parte do produto bruto industrial (PBI) de Pernambuco. Dessa forma, o Governo resolveu dar o grande passo, fazendo instalar na Cidade do Cabo uma fábrica de borracha sintética a partir do álcool, a COPERBO, o que viria sanar a crise de grande proporção que se abatia sobre a economia predominantemente monocultura da cana-de-açúcar.

VII - PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E ALGUMAS DE SUAS CONSEQUÊNCIAS -
ENTRE 1950 E 1970

O parque industrial existente nos arredores da cidade do Cabo surgiu na sua quase totalidade após a criação do Distrito Industrial do Cabo, em princípios da década de 60. Existia no município, até então, um conjunto de indústrias, na maioria tradicionais, quase todas implantadas entre as duas últimas décadas de século passado e os anos trinta deste século. Constituíam-se este parque industrial de: 5 usinas de açúcar, 1 fábrica de pólvora, 1 destilaria de álcool, 1 fábrica de cerâmica, 1 pequena fábrica de vinhos e vinagre e 1 serra (fabricante de carrocerias para ônibus e caminhões) (1).

Além destas, existiam as pequenas oficinas de reparos e montagens, pequenas fábricas de fogos de artifícios, padarias, etc. No total, 35 estabelecimentos industriais foram recenseados pelo IBGE no município do Cabo, em 1960, os quais ofereciam 2.332 empregos.

Nota-se de imediato, a predominância das usinas de açúcar no conjunto dos dez maiores estabelecimentos industriais do município, à época. Sem dúvida, isto representava um fator de estagnação para o município pois a agro-indústria açucareira do Nordeste vinha em situação de crise aguda desde os anos 30. Acresce que as usinas dominavam a quase totalidade das terras do município, a ponto de Ismael Felipe, um historiador local marcadamente conservador, lamentar nestes termos: que após quase quatrocentos anos de existência a cidade continuasse encurralada entre as terras de engenhos de fogo morto, "na sua quase totalidade incorporados ao patrimônio agro-industrial das grandes fábricas de açúcar", não dando margem ao surgimento de pequenas propriedades, nem de indústrias independentes, vez que os outros estabelecimentos industriais existentes além das usinas (Distilaria Central Presidente Vargas, Cotonifício José Rufino, cerâmicas e fábricas de pólvora) "foram construídos em terras de senhor de engenho pelos seus proprietários, à exceção da Distilaria, que pertence ao Governo, e a fábrica de pólvora (de Pontezinha) que está situada em terreno imprestável à lavoura canavieira". E apesar do tom laudatário aos senhores de engenhos que domina em sua História do Cabo ele concluía por pedir que se fizesse "uma reforma agrária capaz de modificar o secular panorama da agricultura do Nordeste" (2).

Assim, não surpreende que o ato governamental desapropriado todo o acervo da Usina José Rufino, por interesse social, em setembro de 1960, para a instalação de um distrito industrial, fosse saudado pelo citado historiador e por muitos habitantes do Cabo como um marco da redenção do município e, em particu-

lar, da sua sede urbana. Encontra-se ainda hoje, defensores incondicionais da industrialização, tal como foi levada a efeito no Cabo, que, quando indagados sobre as vantagens e possíveis desvantagens que ela possa ter trazido para o município, afirmam: "só cito vantagens."

Naturalmente, a grande esperança depositada na industrialização à época da criação do Distrito Industrial do Cabo, advinha das expectativas sobre os empregos que este criaria para os habitantes do município, o qual já começava a sofrer a pressão de um crescimento urbano acelerado, provocado principalmente pela liberação de mão-de-obra das áreas rurais do próprio município e de municípios da Mata Úmida. Entre 1950 e 1960 a população da cidade do Cabo cresceu em 66,7%, passando de 6.029 a 10.050 habitantes. Por sua vez, Ponte dos Carvalhos, passou de 1.121 a 5.150 habitantes, um crescimento de 359,4%. Enquanto isto, o número de pessoas ocupadas no município aumentou apenas 31,8%. Se considerarmos o número de pessoas ocupadas em atividades industriais, pode-se observar que o aumento foi ainda menor, ou seja, 10,1%, enquanto que o número de empregos industriais disponíveis em estabelecimentos recenseados pelo IBGE aumentaram em apenas 2,5% (3), o que sugere que os chamados "estabelecimentos informais" já constituíam uma significativa fonte de opções de empregos industriais no Cabo, em 1960.

Assim, o indicador básico para se avaliar o desempenho da industrialização no Cabo, em termos de atendimento das expectativas da população local, seria a criação de empregos industriais no município, após 1960. O crescimento do emprego industrial pode ser visto a partir do número de empregos oferecidos pelos estabelecimentos industriais recenseados pelo IBGE, ou a partir do número de pessoas residentes no município empregadas em atividades industriais (incluindo-se aí aquelas pessoas empregadas em estabelecimento recenseados, geralmente pequenas oficinas ou fábricas domésticas, e também, aquelas que trabalham em estabelecimentos industriais situados fora do município em estudo).

Em relação ao número de empregos disponíveis em estabelecimentos industriais recenseados no município do Cabo, o seu aumento foi bastante acentuado nos anos sessenta, (chegando a apresentar um crescimento intercensitário de 10,8%), o que sem dúvida refletiu o crescimento do número desses estabelecimentos industriais, que passaram de 35 a 62 no período de 1960/1970. Vale ressaltar que em termos de criação de empregos industriais, o aumento de estabelecimentos recenseados no município do Cabo trouxe resultados mais significativos do que o seu aumento no conjunto do Estado. Com efeito, embora o número de tais estabelecimentos em Pernambuco tenha praticamente dobrado no período 1960-1970, o

número de empregos que eles ofereciam cresceu apenas 23,9%.

Observe-se ainda que o número total de pessoas empregadas em atividades industriais teve um crescimento intercensitário de 90,1%, maior portanto do que o crescimento do número de empregos industriais oferecidos no município. Pode-se notar, aliás, que no período 1950/1970 a diferença entre estes dois índices é crescente. Em 1950, esta diferença representava 8,3% da PEA industrial do município e passou a 21,2% em 1970. Ou seja, neste ano pelo menos um quinto desta população estava empregada em estabelecimentos informais e/ou em estabelecimentos formais situados fora do município.

Em que pese o crescimento bastante significativo do emprego industrial, imposta notar, porém, que sob qualquer dos dois ângulos considerados é bastante evidente o descompasso entre a evolução deste emprego e a evolução da população urbana, mormente da cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos, nos anos sessenta. A população urbana total teve um crescimento intercensitário de 153,5%, enquanto a cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos cresceram, respectivamente 164,6% e 150,3% (4). As razões deste crescimento acelerado (melhor seria dizer "inchação") já foram considerados anteriormente, e ligam-se basicamente à deterioração das condições de vida e trabalho nas áreas rurais do próprio município do Cabo e de municípios da Mata Úmida, aliado à atração exercida pelas indústrias e pelas indústrias e pela disponibilidade de acesso a moradia nestes dois aglomerados, no decorrer dos anos sessenta e setenta.

Ressalte-se também, que o aumento do emprego industrial tampouco foi suficiente para evitar o decréscimo da PEA total no conjunto da população de 10 anos e mais no município, em virtude principalmente do intenso crescimento demográfico especialmente da faixa etária de 10 a 24 anos, e da diminuição da PEA agrícola. O crescimento da PEA no período 1960/1978 foi de apenas 12,6%, quando fora de 31,8% no período de 1950/1960. Deste modo, a população ocupada total no conjunto da população de 10 anos e mais diminuiu de 47,5% para 35,7% no intervalo entre os recenseamentos de 50,60 e 70 (5).

A industrialização levada a efeito na cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos com a implantação do Distrito Industrial caracteriza-se, a sim, pela sua incapacidade de absorver a mão-de-obra local, aumentada pelas populações tangidas das áreas rurais em virtude do avanço da capitalização da agro-indústria açucareira e das represálias dos latifundiários contra as conquistas sociais dos trabalhadores agrícolas. Estas represálias se traduzem especialmente na tomada dos pequenos tratos de terras usados pelos moradores e foreiros para o plantio

de lavouras de subsistência. Ressalte-se que isto é reconhecido por quase todos os entrevistados, mesmo por aqueles que revelaram-se defensores incondicionais deste tipo de industrialização, baseando-se em critério de julgamento que levam em conta, basicamente o aumento do número de indústrias, o aumento da arrecadação do município e o surgimento de serviços e equipamentos urbanos antes inexistentes na sede municipal.

Quando instados a opinar sobre as razões desta pouca absorção da mão-de-obra pelas indústrias ali instaladas, os entrevistados invariavelmente daqueles contingentes tangidos das áreas rurais, como o determinante básico. Segundo eles, os baixos níveis de instrução formal são agravados pela omissão da rede de ensino local em oferecer cursos profissionalizantes voltados para as necessidades do parque industrial instalado no município. Em consequência, a quase totalidade da mão-de-obra melhor qualificada do Distrito Industrial - a classe A das fábricas, na expressão de um dos entrevistados - procede dos Estados do Sul ou da cidade do Recife, residindo em Boa Viagem ou nos seus arredores. Dos moradores do Cabo, aqueles que tiveram acesso a funções especializadas fizeram sua aprendizagem através de um processo artesanal, isto é, de olheira nas indústrias. Um outro entrevistado, o Padre Melo, chegou mesmo a declarar que apenas cerca de 20% da mão-de-obra empregada do Distrito Industrial procedia do município do Cabo, incluindo ex-trabalhadores rurais. Por representarem a mão-de-obra de baixo nível de qualificação profissional, estes 20% distribuíam-se basicamente por funções secundárias e de níveis mínimos de assalariamento, tais como serventes, vigias, jardineiros, etc. Naturalmente, estes dados estão sujeitos a verificação em estudo específico sobre o processo de industrialização do município. Contudo, eles são aqui citados para ilustrar como pessoas chaves na estrutura social e política do município traduzem a frustração existente com relação a uma industrialização que há apenas alguns anos despertava grandes esperanças. Atualmente, um número bastante significativo de pessoas já percebe que a instalação do Distrito Industrial do Cabo, conquanto tenha dinamizado o setor de comércio e serviços da cidade do Cabo, além de dotá-la de equipamentos urbanos antes inexistentes, não resolve o problema de desemprego urbano que já era significativo no início dos anos sessenta. Assim, a marginalização de amplos setores da população da cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos aumentou paralelamente com a industrialização. Exemplos da falência deste processo de industrialização, do ponto de vista de vários entrevistados, seriam a alta incidência da prostituição naqueles dois aglomerados, assim como a alta incidência de crian-

ças ainda em idade escolar incorporadas como mão-de-obra complementar especialmente na agricultura e no setor de comércio e serviços.

Vale ressaltar que o baixo nível de instrução formal da população do município não foi a única causa apontada para explicar a falência do processo de industrialização ali observado. Vários entrevistados apontaram características inerentes às próprias indústrias aí instaladas. Uma destas seria a tecnologia muito sofisticada, o que em si limitaria a absorção de mão-de-obra, independentemente do fato de exigirem uma mão-de-obra com qualificação profissional relativamente alta para as condições do município. Outra característica destas indústrias seria a sua disvinculação das necessidades da maioria da população local, mostrando claramente "a incompatibilidade entre os objetivos das multinacionais e os ideais de desenvolvimento", nas palavras do Padre Geraldo Leite Bastos. Além disso, e como consequência desta incompatibilidade, as indústrias implantadas não estão voltadas para a utilização da matéria-prima (*) e, portanto, não criam empregos indiretos no campo, empregos que concorreriam para evitar a fuga de populações rurais para os centros urbanos onde, desempregadas e subempregadas, vão aumentar os aglomerados subhumanos periféricos (*). Por fim, toda a política de industrialização e de incentivos fiscais empregados pela SUDENE foi questionada, chegando mesmo um dos entrevistados a classificar esta política como coisa do Diabo vez que apenas favorece ao capital estrangeiro, alocando incentivos financeiros e infra-estruturais às multinacionais, em detrimento das indústrias regionais. Um resultado concreto da política de incentivos da SUDENE seria o fechamento, já em ocorrência, de algumas indústrias instaladas no Cabo, além do desvio puro e simples dos incentivos fiscais concedidos para indústrias que nem chegam a ser instalados ou, quando parcialmente instaladas, nunca chegam a funcionar efetivamente, com efeito, somente em 1977 cinco indústrias cerraram suas atividades, representando um corte de pelo menos 841 empregos diretos (6).

Por outro lado, a qualidade da vida das populações desses dois aglomerados têm sido seriamente afetada a partir da instalação de determinadas indústrias. Vários entrevistados salientaram a ocorrência de problemas ligados à po-

(*) - Vale ressaltar que a COPERBO, inicialmente programada para utilização do álcool como matéria prima, cumpriria pelo menos teoricamente a finalidade de criadora de empregos indiretos no campo. Posteriormente, com a substituição do álcool pelo butadieno de petróleo como matéria prima para os seus produtos, esta possibilidade foi eliminada. Inclusive, o próprio fechamento da Distilaria Central Presidente Vargas, deve-se em parte, a esta mudança tecnológica pela COPERBO.

luição atmosférica e dos cursos d'água. O depoimento do Padre Melo é particularmente ilustrativo desta situação. Nas suas palavras, "por um lado a poluição atmosférica afetou sensivelmente a qualidade de saúde da população, gerando problemas de natureza médico-sanitária tais como um aumento de incidências de afecções das vias respiratórias e também de doenças alérgicas. Por outro lado, a poluição dos cursos d'água afetou os hábitos da população no que diz respeito ao uso dos mesmos para atividades de lazer e de consumo, tais como pesca, banho, lavagem de roupa. Isto é particularmente agravado quando escasseia a água da COMPEA, às vezes por períodos de até dez dias, e a população se vê impedida de utilizar as reservas naturais como o fazia anteriormente".

No que tange ao lazer, salientou que a industrialização, além dos prejuízos causados não trouxe em contrapartida um aumento da oferta de serviços de lazer. Permanecem apenas as alternativas tradicionais das grandes festas populares nos festejos de São Sebastião, Santo Antônio, Santo Amaro, São Francisco, Natal, São João e o Carnaval, além de um velho cinema, uma tradicional banda de música e um grupo de teatro amador que não se apresenta na cidade por falta de condições. "As exigências do trabalho industrial, que se estende por turnos até a madrugada e aos fins de semana, restringem as possibilidades dos operários estudarem à noite e ainda prejudica o seu lazer aos domingos".

Também salientou o Padre Melo, bem como outros entrevistados, a ocorrência de acidentes graves sofridos pelos operários especialmente aqueles vinculados à COPEBO, que vêm acontecendo com certa periodicidade e resultando em casos fatais. O entrevistado atribuiu como causa determinante dos acidentes com operários da COPEBO, "as adaptações do tipo de produção a partir de 1975, com a substituição do butadieno de álcool pelo butadieno de petróleo sem que houvesse de imediato as necessárias adaptações de natureza tecnológica". O entrevistado associou a este problema "a alta rotatividade do operariado que se registra naquela empresa, além de efeitos psicológicos negativos na população local". Acresceu que "esta mudança de tipo de produção gerou a paralização da Distilaria Presidente Vargas, anos atrás, ficando parte dos operários desta empresa defasados salarialmente e numa expectativa de novas oportunidades que não se materializam até o momento" (abril de 1978).

A poluição dos cursos d'água tem sido particularmente prejudicial à população de Ponte dos Carvalhos, que tinha na pesca artesanal no estuário dos rios Pirapama e Jaboatão uma de suas principais fontes de subsistência até a instalação do Distrito Industrial. É verdade que a poluição do estuário destes dois rios

e o conseqüente desaparecimento dos peixes e crustáceos antes tão abundantes, resulta também de atividades industriais fora do município do Cabo, avultando as usinas Jaboatão e Bulhões (esta com destilaria de álcool) e a fábrica Portela, de celulose e papel, todas no município de Jaboatão. Contudo, a fábrica da COPERBO, que deu origem ao Distrito Industrial do Cabo, constituiu-se desde a sua instalação num dos principais fatores de destruição da vida aquática no rio Pirapama, tendo mesmo contribuído para a mobilização dos pescadores de Ponte dos Carvalhos em torno de uma associação para lutar contra a poluição dos rios pelas atividades da fábrica, em 1965. Mais recentemente, em abril de 1978, os pescadores de todo o litoral de Pernambuco e da Paraíba enviaram manifesto ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, denunciando as graves conseqüências da poluição dos cursos d'água no que diz respeito não apenas à matança dos peixes e crustáceos, como também a incidência de doenças pelo contato diário com as águas poluídas e principalmente a perda do seu único meio de sobrevivência. Um dos pescadores de Ponte dos Carvalhos quando entrevistado ressaltou que dos movimentos reivindicatórios, levados a efeito pela categoria, nenhum resultado benéfico foi até agora verificado. Muito ao contrário, disse ele que o mecanismo institucional (no caso específico, a SUDEPE) continua reprimindo os pescadores com exigências de abertura das malhas das rédes de pesca, chegando mesmo a apreender o material que por força das circunstâncias expostas tem de ser usado na área, ao mesmo tempo que não toma medidas afetivas contra as indústrias poluidoras, quando a poluição dos rios por elas é feita de forma macissa, extinguindo praticamente todas as espécies. O entrevistado disse ainda que quando a poluição dos rios prejudica a produtividade de outra indústria (também poluidora embora em menor grau), surge então a possibilidade de medidas adequadas de controle de poluição por parte de órgãos oficiais, desde que a reclamante seja suficientemente poderosa, como aconteceu com a Destilaria Liberdade, produtora da cachaça do município do Cabo, multada devido aos reclamos da Rhodia, Coperto, e Brahma.

Como foi referido acima, as primeiras reivindicações dos pescadores de Ponte dos Carvalhos contra a poluição dos rios levou à criação de uma associação, a Sociedade Beneficente dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos. Esta associação, que a princípio contava com 70 associados, vê-se reduzida, haja visto que a população de pescadores ao longo do rio Jaboatão, até a sua desembocadura, tem diminuído sensivelmente devido aos problemas já expostos. Além disso, esta associação, a Ponte Pesca, está voltada mais para a pesca marítima e comercialização de peixe. A Ponte Pesca, entretanto, também não se encontra em boa situação em virtu

de da escassez de peixe e da falta de barcos adequados. Uma das alternativas encontradas por alguns pescadores da Sociedade Benficiente dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos tem sido a criação de peixes mediante a compra de tilápias em viveiros parcialmente protegidos da poluição do rio Jaboatão. Esta experiência, ao que parece, somente foi possível em virtude do apoio prestado pela Arquidiocese de Olinda e Recife, pois os viveiros estavam localizados em terrenos da Arquidiocese, cabendo à sociedade o direito de uso por dez anos, renováveis.

É interessante destacar da entrevista, a compreensão objetiva que este pescador demonstrou ter da situação gerada pela poluição, inclusive identificando os verdadeiros responsáveis. Segundo ele, estes seriam "aqueles que detêm o capital", os quais também têm o conhecimento necessário para resolver o problema da poluição, mas não o usam senão em atividades que lhes garantam retorno imediato em lucros monetários. Nas suas próprias palavras: "O homem tem consciência para destilar o caldo de cana e fazer o álcool; tem capacidade para ir a lua; tem capacidade para trocar os órgãos do corpo humano, porque não tem capacidade para purificar a calda e os sujões da indústria? Por trás tem o capital."

Ressalte-se a atitude equilibrada do entrevistado que não se opõe a industrialização, desde que esta não se faça em prejuízo da pesca. Externou mesmo uma preocupação pelas pessoas empregadas nestas indústrias, assim como de seus familiares, os quais, no caso do fechamento das mesmas indústrias seriam prejudicados seriamente.

Finalmente, sobre esta questão, registra-se uma tendência que é imposta a uma redução crescente do número de pescadores autônomos, tanto ao longo dos rios da área de Suape, quanto das áreas de pesca marítima, de modo a deduzir-se que a sobrevivência dessa categoria somente será viável, na medida em que se auto-organizarem em unidades produtoras.

A área comercial de serviços na cidade do Cabo, localiza-se ao sul da BR-101, ocupando parte do triângulo definido pela BR-101, a PE-60 e a via férrea, além de trecho mais ao sul correspondente basicamente ao núcleo do primeiro período de expansão desta cidade.

Seu crescimento acentuou-se praticamente, a partir da implantação do Distrito Industrial. É fora de dúvida que este setor experimentou uma razoável expansão, resultando no aumento da oferta de serviços sociais à população. Todavia, o crescimento da população vem tornando os serviços sociais ali instalados insuficientes quantitativa e qualitativamente. Independente deste fato, a expansão do centro comercial e de serviços da cidade do Cabo deu-se em área fisicamente próxima

ao Distrito Industrial, o que seria de se esperar, já que a implantação deste distrito não foi acompanhada de qualquer ação de planificação que ordenasse o crescimento da cidade, que também até a presente data não existia sequer um código de urbanismo e obras.

Deste modo à expansão do centro comercial e de serviços se concentrou considerando a existência da BR-101 e da estrada de ferro. É evidente que o desempenho da atividade comercial e de serviços, que acarretam altas concentrações populacionais e de veículos, outra necessariamente em conflito com a presença de vias de circulação do porte das duas referidas. No caso da cidade do Cabo isto constituiu-se, sem dúvida, em um problema de difícil e onerosa solução.

A ocupação do núcleo mais antigo da cidade por atividades ligadas ao comércio e serviços vieram a entrar também em choque com as características das edificações existentes naquele local, resultando no afastamento de grande parte da população ali residente para outras áreas, até a desfiguração da maior parte das edificações na adaptação ao novo uso. Esta dinâmica de transformação dos espaços deu-se, de uma forma caótica. Os estabelecimentos comerciais (supermercados, lojas, etc...) e os serviços (agências bancárias, hospitais, restaurantes, escolas, etc...) foram surgindo pouco a pouco, adaptando-se de qualquer forma aos espaços disponíveis, transformando-os.

VII . 1 - Estrutura do Setor Industrial e Crescimento entre 1970 e 1980

Como se sabe, a política de Distrito Industrial tem como objetivo criar facilidades para atração de indústrias e a sua localização em determinado espaço urbano. Trata-se pois, de criar economias externas.

Essa política pode ter as mais diversas características, conforme a região onde se a pratica, de acordo com a finalidade e tipo de indústria que se quer instalar.

A idéia geral, portanto, que se tem ao implantar um Distrito Industrial é a de criar economias externas em forma específica para determinado conjunto de indústrias, em um determinado lugar ou região.

Os Distritos Industriais estão intimamente associados à promoção industrial. Para se localizar indústrias é preciso fazer promoção e, neste sentido reporta-se a política sistemática de incentivos fiscais para o Distrito Industrial do Cabo via os agentes financeiros da região.

Se por acaso o Distrito Industrial já tem uma força locacional própria, a sua única função é a de normatizar o uso do solo e de oferecer uma infraestrutura adequada com economias de escala.

Para isso, em primeiro lugar, antes de ir ao Distrito Industrial, seria necessário definir esse polo, suas potencialidades agropecuárias, características de infra-estrutura, de desenvolvimento urbano ou intra-urbano, ou seja tipo e tamanho da cidade, os recursos minerais, os acessos aos mercados externos, a dinâmica migratória presente e futura, o crescimento populacional etc. A política de Distritos Industriais estando dentro dos quadros de regionalização exige a complementação de outras políticas que podem não estar dentro dos instrumentos político-industrial. É muito importante localizar o Distrito Industrial, definir o seu papel, sua extensão e verificar como estão outros aspectos. Por exemplo: a disponibilidade da mão-de-obra na cidade onde vai se instalar indústrias que empregam significativo número de pessoas. Numa cidade de 104.425 habitantes, ao se instalar uma indústria que vai empregar 2.000 pessoas, a população economicamente ativa, que deverá ser da ordem de 20.000 pessoas, ligada ao setor rural, não poderá atender a essa demanda.

Como se verifica, uma política de Distrito Industrial pode ter diferentes maneiras de se manifestar, contudo mantém uma certa homogeneidade enquanto pretende-se duas coisas: promover o desenvolvimento industrial e normalizar a ocupação territorial.

A industrialização levada a efeito na cidade do Cabo, com a implantação do Distrito Industrial e as empresas localizadas na sua área, de acordo com a procedência da matéria-prima, linha de produção e número de empregados em 1989 (1), são as seguintes:

EMPRESAS	Procedência: Matéria-prima	Nº Empregados	Linha de Produção
<u>Produtos Alimentícios</u>			
Criador do NE Ind. e Com. Ltda	PE/RN/Pb/BA	18	Produtos para reação animal.
C. Fontes & Cia Ltda.	PE/AL/SE/RN	23	" "
<u>Química</u>			
Cia Alcoolquímica Nacional	PE/BA/PE	298	Acetato de vinila monômero (VAN) e ácido acético.
Sociedade Anônima White Martins	PE	98	Oxigênio e Nitrogênio.
Rhodia Nordeste S/A	SP/BA	665	Fibra sintética poliéster, filme poliéster, produtos farmacêuticos.

Aluminal Química do NE Ltda	BA/MG/PE/SP	02	Sulfato de alumínio e hipoclorito de cálcio.
REFIBRÁS - Refinaria brasileira de Óleos minerais ltda.	NE/AL/SP/BA	40	Óleo Lubrificante básico.
<u>Metalúrgica</u>			
Rufino Ferreira Com. Ind. de Aço Ltda.	-	-	-
SIDAN-Siderurgica Aços Rone Ltda.	BA	43	Laminado de ferro para construção.
ASBRASIL Nordeste Irrigação Ltda.	SP/diversos	54	Conj. de irrigação por aspersão, micro-aspersão e gotejamento.
<u>Borracha</u>			
Resinter S/A Resinas Termoplásticas	PE/BA/SP/MG RJ	25	Fabricação de compostos de borracha termoplásticas.
COPEBO - Cia Pernambucana de borracha Sintética.	BA/PE/AL	1.034	Linha de plastômeros e Linha Alcoolquímica.
<u>Materiais não-metálicos</u>			
ACIGUA-Artefatos de cimento Guarapes Ind. Com. Construção Ltda.	PE	26	Artefatos de cimento e construção.
CERTEC - Cerâmica Técnica Ltda.	-	23	Cápsula porosa e filtro doméstico.
Manoel Guimarães de Oliveira ME	PE	08	Laje, combogó, estaca e poste.
<u>Mobiliário</u>			
Novo projeto Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	PE	13	Móveis.
<u>Produtos de Materiais Plásticos</u>			
PLAGON S/A - Plásticos Goyana do NE	BA/SP/PE	213	Garrafeiras, contentores, armários, assentos, estratos e tapetes para banheiro, toalhas e telha de poliester.
<u>Material Elétrico e de Comunicação</u>			
FOREST NORDESTE S/A - Fábrica de Condutores Elétricos	BA/SP/PE	100	Fios e Cabos elétricos.
<u>Couros, Peles e Produtos Similares</u>			
Fábrica de Emulsões Asfálticas de Pernambuco S/A - FEAPESA	CE/BA/SP PE	26	Emulsões Asfálticas catiónicas.

<u>Bebidas</u>			
Companhia Cervejaria Brahma	RS/Exterior	1.100	Cerveja e refrigerante.
<u>Material de Transportes</u>	SP/PE		
FIBRAPE - Fibra de Vidro de PE Ltda.	PE/SP	100	Embarcações, tanques piscinas.
<u>Editorial e Gráfica</u>			
Poligraf Ltda.	-	04	Material gráfico em geral.

Fonte: SUDENE/DIPER.

Das 23 maiores empresas que o DIPER pesquisou diretamente em 1987,⁽²⁾ o Distrito Industrial do Cabo ofertava 3.913 empregos industriais. A população economicamente ativa, segundo o IBGE para 1980 é de 31.049 pessoas e a população estimada em 1989 (3) 130.000 habitantes. Neste ano a oferta de emprego é de 13.216' (4) o que corresponde a - 42,6% a chance de cada participante da população economicamente ativa empregar-se, enfrentando acirradamente a disputa para cada vaga no emprego. Porém, a disputa, ou concorrência, pelo emprego não ocorre somente entre os trabalhadores do município, mas, também, vem engrossar este exército de mão-de-obra o contingente de pessoas do centro de Recife, Boa Viagem e Olinda, afora os da cidade de Escada, Ipojuca, Ribeirão e Palmares.

Duas décadas após a implantação de uma política de industrialização para o Nordeste, a Região vê aumentada a sua participação no total local, município do Cabo, alterando o seu perfil, pelo crescimento do VTI do setor produtor de bens intermediários, o qual supera o de bens de consumo não-duráveis (33.057,40 % e 53,65 %) em 1980, conforme tabela abaixo. O mesmo, no entanto, ocorre com relação a participação do emprego. Verifica-se grande crescimento no período; a categoria de bens intermediários detinha um crescimento de 78 % e ficando os bens de consumo não-duráveis com 69,7 % da mão-de-obra empregada. Merece registro, o enorme crescimento relativo do setor de bens de capital e consumo duráveis, embora a reduzida base inicial condicione os resultados deste crescimento.

A transformação dos setores mecânica e similares são espantosas, o dinamismo do gênero, tanto em valor de transformação como em pessoal ocupado, garantindo dessa forma a primeira posição em VTI do setor químico e a presença entre os cinco maiores empregadores.

DISTRITO INDUSTRIAL DO CABO

Estrutura da Indústria, segundo gênero e categorias de uso
município do Cabo: 1970/1980

GÊNEROS E CATEGORIAS DE USO	Pessoal Ocupado (PO)			Valor da Transformação (VTI)		
	1970	1980	Δ (%) 70/80	1970	1980 (*)	Δ (%) 70/80
<u>Bens de Consumo não-duráveis</u>	<u>1.984</u>	<u>1.921</u>	<u>1.42</u>	<u>29.643</u>	<u>68.198,61</u>	<u>168.81</u>
Produtos Alimentares	900	748	-16,89	6.660	16.000,92	40,25
Bebidas	994	572	-42,45	22.983	29.546,01	- 71,44
Têxtil	-	601	ND(1)	-	22.651,68	ND
<u>Bens Intermediários</u>	<u>1.121</u>	<u>2.194</u>	<u>95.72</u>	<u>30.772</u>	<u>116.425,47</u>	<u>2.262,42</u>
Química	984	1.200	21,95	29.758	94.182,93	116,50
Metalúrgica	35	510	1.357,14	260	4.972,81	1.712,62
Minerais não-metálicos	78	242	210,26	653	2.541,33	233,30
Madeira	24	-	ND	101	-	ND
Produtos de materiais Plásticos	-	242	ND	-	14.728,40	ND
<u>Bens de Consumo Duráveis e de Capital</u>	<u>11</u>	<u>866</u>	<u>7.772.72</u>	<u>43</u>	<u>17.125,98</u>	<u>39.728.86</u>
Mecânica	11	866	7.772.72	43	17.125,98	39.728.86
<u>Gêneros não Discriminados (2)</u>	<u>1.099</u>	<u>442</u>	<u>- 59,78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
UNIDADES AUXILIARES ADMINISTRATIVAS	-	352(3)	ND	-	-	-
TOTAIS	4.125	5.423	31.47	60.458	201.750,06	233,70

Fonte: IBGE, Censos Industriais de 1970 e 1980

(1) ND: Nada a declarar

(2) Gêneros com informações não discriminados pelo IBGE devido a possibilidade de identificar os informantes.

(3) Não incluído no total.

(*) Valores em Cr\$ de 1970, 1980 a preços correntes.

Entretanto, os quadros 1 e 2, abaixo, mostram que o nível de concentração (especialização) do Nordeste, muito embora tendam a cair, são bens superiores a média da região. Com efeito, a nível local e de Nordeste, só os três primeiros gêneros já são responsáveis por mais de 50 % da transformação e emprego industriais. Observa-se, no entanto, que o Nordeste tem pouca integração interna. Pode-se imaginar uma alteração ou atenuação deste quadro, ao considerar-se que, ao longo da década, os maiores aumentos ocorreram (excetuando-se química, produtos alimentares e têxtil) em gêneros de pouca expressão, como: Plásticos, Mecânica, Papel e Papelão, Madeira e Bebidas. É, portanto, possível supor-se uma maior articulação do sistema à escala intra-regional, sem prejuízo de sua função de fornecedor de insumos, em nível nacional.

Quadro - 1

Distribuição do VTI por gêneros da indústria (%)
município do Cabo: 1970/1980

Gêneros	1970	1980
Produtos Alimentares	9,41	7,39
Bebidas	32,48	-
Têxtil	-	5,31
Química	42,05	61,27
Metalúrgica	0,37	1,56
Minerais não metálicos	0,92	1,04
Materiais Plásticos	-	4,38
Mecânica	0,06	5,17
Gêneros não discriminados	14,71	13,88
Totais.....	100,00	100,00

- Dados a preços constantes.

Quadro - 2

Distribuição da PO por gêneros da Indústria (%)
município do Cabo: 1970/1980

Gêneros	1970	1980
Produtos Alimentares	21,81	13,79
Bebidas	24,10	10,55
Têxtil	-	11,08
Química	23,85	22,13
Metalúrgica	0,85	9,40
Minerais não metálicos	1,89	4,46
Madeira	0,58	-
Materiais Plásticos	-	4,46
Mecânica	0,27	15,97
Gêneros não discriminados	26,65	8,16
Totais	100,00	100,00

Fonte: IBGE, (Quadros 1 e 2) Censos Industriais de 1970 e 1980.

NORDESTE

Crescimento do Valor da Transformação Industrial
Período: 1960/1980 - taxa de crescimento anual

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Variação percentual			
	60 - 80	60 - 70	70 - 75	75 - 60
Produtos Materiais Plásticos	35,9	42,4	47,7	13,9
Material Elétrico e de Comunicação	34,7	60,3	26,5	0,3
Mecânica	28,0	33,9	48,0	0,7
Material de Transporte	16,8	23,2	18,9	3,2
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	15,5	12,9	23,7	12,8
Metálgica	14,8	15,1	32,6	- 0,9
Editorial e Gráfica	13,1	13,3	7,8	18,1
Mobiliário	12,4	11,7	16,4	17,0
Química	11,8	7,3	23,2	10,1
Minerais não metálicos	10,8	13,9	9,5	0,1
Borracha	10,6	11,0	14,9	5,9
Madeira	10,2	8,3	22,1	3,2
Bebidas	9,2	17,2	0,1	3,5
Papel e Papelão	9,2	- 1,4	28,4	14,3
Produtos Alimentares	7,3	5,1	16,6	3,0
Produtos Farmacêuticos e Veterinário	7,2	-	-	- 0,7
Têxtil	6,7	4,0	13,2	0,0
Perfumaria, Sabões e Velas	6,5	3,9	29,8	- 0,2
Couros, peles e produtos similares	4,8	1,5	11,9	4,6
Fumo	-	-	-	-
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	10,6	8,9	17,6	5,6

Fonte: SUAPE, documentação de implantação das ZPE's.
SUDENE/DIPER.

NORDESTE

Vendas a Indústria de Transformação de Pernambuco
Período: 1985

Gêneros Industriais que trabalham com o mercado nacional	Vendas em %		
	PE	Resto do País	Exportação
Produtos Alimentares	43.1	30.0	26.9
Química	31.3	66.6	2.1
Têxtil	20.8	76.8	2.4
Metalúrgica	25.7	60.8	13.5
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	10.9	87.8	0.7
Material Elétrico e de Comunicação	2.5	93.1	4.4
Gêneros Industriais que trabalham com o mercado nacional	Vendas em %		
	PE	Resto do País	Exportação
Minerais não metálicos	46.4	50.8	2.8
Produtos de matéria plástica	40.4	59.6	0.0
Papel e Papelão	35.9	64.1	0.0
Bebidas	43.3	54.5	2.2
Mecânica	26.4	73.6	0.0
Editorial e Gráfica	57.0	42.9	0.1
Mobiliário	48.3	51.7	0.0
Perfumaria, Sabões e Velas	46.1	53.9	0.0
Material de Transporte	35.6	64.4	0.0
Prod. Farmac. e Veterinários	32.0	68.0	0.0
Gêneros Industriais que trabalham com o mercado local	Vendas em %		
	PE	Resto do País	Exportação
Madeira	96.0	2.6	1.4
Borracha	70.6	29.4	0.0
EXCESSÕES			
Couros e Peles e Prod. Similares			
Fumo			

Fonte: SUAPE, documentação de implantação das ZPE's.

SUDENE/DIPER.

A indústria pernambucana desde os seus primórdios até o início do processo de industrialização, a partir dos anos 60 apresenta-se com uma vocação voltada para a produção direcionada para os gêneros Alimentícios e Têxtil. Aspecto que em 1960 detinha 58 % do Valor da Transformação Industrial. Este percentual é aumentado para 75 % quando passamos a considerar no mesmo ano, os gêneros industriais de produtos Químicos e Minerais não-Metálicos. No entanto, o parque fabril foi diversificado com o advento da SUDENE e com o início do processo de industrialização regional. A partir daí vários gêneros industriais de peso significativo passaram a ter boa participação. É o caso dos gêneros ligados a Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e produtos de Matérias Plásticas. Este grau de diversificação é possível ser medido a partir da comparação da participação dos quatro principais gêneros industriais no valor da transformação industrial, quando o destino da produção é bastante considerado a nível local e regional, apresentando percentuais relevantes quanto ao crescimento de sua produção no município do Cabo.

A consequência do processo de industrialização nos últimos 25 anos, a partir da criação da CHESF, do BNB e SUDENE, colocou pernambuco, hoje, como o maior Estado do Nordeste produtor em todos os ramos industriais, mesmo apresentando um crescimento industrial inferior aos do Nordeste e do Brasil no seu conjunto. O valor da transformação industrial de pernambuco cresceu a uma taxa média anual de 10.6 %, enquanto o Nordeste e o Brasil cresceram a 11.3 % e 11.7 %, respectivamente.

As indústrias de transformação pernambucana são divididas em três grupos, formados pelos grandes, médios e pequenos gêneros industriais, levando-se em consideração os aspectos relacionados a tecnologia e o mercado.

O primeiro grupo as empresas segundo os gêneros industriais em termos de valor da produção e de valor da transformação industrial, aqui considerando-se os de produtos alimentícios, química, têxtil, metalúrgica, vestuários, calçados e artefatos de tecidos e material elétrico e de comunicação. São gêneros com características comuns porque têm participação significativa de grandes empresas e trabalham com o mercado a nível nacional, isto é, suas vendas são realizadas em grande parte no Centro-Sul, em menor escala na região Nordeste e, em parcela menor para pernambuco.

Outra característica deste grupo em termos de produtividade e competitividade é a de que elas se apresentam um pouco abaixo da média do mercado nacional. Para que possam manter a concorrência de mercado é necessário melhorar suas posições tecnológicas, uma vez que trabalham apenas com uma tecnologia mediana.

O segundo grupo é formado pelos gêneros industriais médios através de grandes empresas como no caso de bebidas e minerais metálicos. Este grupo trabalha com um grande contingente de médias empresas garantindo uma participação significativa no valor da produção e no valor da transformação industrial. Fazem parte desse grupo os produtos de matéria plásticas; papel e papelão; bebidas; mecânica; editorial e gráfica; vestuário; perfumaria, sabão e velas; material de transportes e produtos farmacêuticos e veterinários. Estes gêneros têm pequena participação na indústria de transformação pernambucana, e em termos de valor da produção alocam grande parte de suas vendas no mercado regional. Suas empresas utilizam uma tecnologia abaixo da média utilizada a nível nacional, com exceção de editorial e gráfica e produtos de materiais plásticos. Este aspecto se reflete diretamente na produtividade das empresas e indiretamente na competitividade dos produtos pernambucano nos mercados nacional e regional.

O terceiro grupo agrega os pequenos gêneros industriais que são aqueles que têm uma pequena participação no valor da produção e no valor de transformação industrial de Pernambuco, operando no mercado local (no Estado). Esse grupo é composto pelos produtores de madeira e borracha.

Os aspectos relacionados à tecnologia leva-se em conta as relações diretas com a produtividade e a competitividade das empresas, o que determinam por sua vez suas participações nos mercados nacional, regional e estadual.

Neste sentido é importante notar a participação da indústria de transformação do município do Cabo, a partir do quadro abaixo: (5).

Vendas da indústria de transformação do distrito industrial do Cabo

Período: 1986

Empresas	Destino da Produção (venda em %)			
	PE	NE	RP	Exportação
Criador do Nordeste Ind. e Com. Ltda	80.0	20.0	-	-
Cia Alcoolquímica Nacional	6.0	6.0	88.0	-
Resinter S/A - Resinas Termoplásticas	-	-	100.0	-
Sociedade Anônima White Martins	62.0	38.0	-	-
Rhodia Nordeste S/A	9.0	17.0	67.0	7.0
Acigua - Artefatos de Cimento Guararapes				
Ind. Com. Construções Ltda.	90.0	10.0	-	-
Certec - Cerâmica Técnica Ltda	70.0	30.0	-	-
Fibrape - Fibra de Vidro de PE. Ltda	73.0	27.0	-	-
Novo Projeto Indústria e Comércio de Móveis Ltda	82.0	18.0	-	-
Rufino Ferreira Com. Ind. de Aço Ltda.	-	-	-	-
Manoel Guimarães de Oliveira ME	100.0	-	-	-
Castelo Jogos e Brinquedos Ltda	-	-	-	-
Poligraf Ltda	-	-	-	-

C. Fontes & Cia Ltda	15.0	65.0	10.0	10.0
Plagon S/A - Plásticos Goyana do NE	30.0	50.0	20.0	-
Aluminal Química do NE Ltda	70.0	30.0	-	-
Forest Nordeste S/A - Fábrica de Condutores Elétricos.	38.50	42.0	19.50	-
Fábrica de Emulsões Asfálticas de PE. S/A - FEAPESA	80.0	20.0	-	-
Refibrás - Refinária Brasileira de Óleos Minerais Ltda.	-	-	100.0	-
Companhia Cervejaria Brahma	57.0	43.0	-	-
COOPERBO- Pernambucana de Borracha Sintética				
Linha de Elastômeros	27.10	24.10	46.70	2.10
Linha Alcoolquímica	46.30	13.50	-	40.2
SIDAN - Siderúrgica Aços do NE Ltda.	30.0	70.0	-	-
<hr/>				
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	965.9	523.6	451.2	59.3

Fonte: SUDENE/DIPER.

A participação no mercado nacional (circulação dos produtos em todas as regiões do país) está vinculada ao grau tecnológico utilizado pelas empresas que proporcionam o nível de otimização da produção e competitividade dos bens econômicos à custos menores, o que por sua vez, irá afetar às relações de escala de produção e comercialização. Estas relações viabilizam novos investimentos e aquisição de novas tecnologias, fundamentais para manutenção e crescimento dos gêneros industriais no estado e no mercado nacional.

Observando-se o quadro anterior, o grosso das vendas concentra-se nos mercados local e regional, nesse sentido, as empresas que participam desses grupos desfrutam de vantagens locais por estarem perto dos mercados que, em alguns casos, compensam a menor produtividade das empresas locais. Com exceção dos gêneros industriais que destinam sua produção para o resto do país, o que diga-se de passagem contribuindo com percentuais bastantes elevados. O interessante é também notar que das empresas que fazem parte daquele primeiro grupo a indústria química participa de 85.0 % (1) de suas vendas destinadas ao Centro-Sul, resto do país, O terceiro grupo contribui com o percentual de 73.4 % (2) com o resto do país, através do gênero industrial borracha. Dessa forma, as empresas que concentram as suas

(1) - Com base no quadro demonstrado acima foi tirado uma média simples, agregando os percentuais, por falta de conhecimento do peso atribuído aos diferentes gêneros industriais, o que permitiria uma média ponderada.

(2) - Idem.

vendas no mercado a nível nacional correspondem as expectativas relacionadas as exigências competitivas de mercado e tecnológicas?

De acordo com as informações disponíveis, pode-se afirmar que o comportamento da indústria de transformação é aparentemente estranho, quando comparada com a tendência verificada a nível nacional (resto do país), e a região.

No entanto, examinando-se as informações têm-se a revelação de que a aceleração verificada, considerando-se o destino da produção, e a nível local (Estado), os produtos de maior participação dentro dos seus respectivos gêneros (Química, Alimentícios, Borracha, Mobiliário, Bebidas, Materiais não-Metálicos), determinam uma idéia aproximada do efeito do seu comportamento sobre a evolução da indústria de transformação como um todo, no município do Cabo através do Distrito Industrial.

Assim é que as indústrias de produção mobiliário; Materiais não-Metálicos; Bebidas; Borracha e Alimentícias foram as que experimentaram de forma substancial aceleração nos ritmos de crescimento e sua influência sobre o Distrito Industrial do Cabo, como um todo, se atribui ao fato de que com a inclusão desses gêneros, a indústria de transformação experimenta considerável aceleração na sua taxa de crescimento.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No desenvolvimento deste trabalho ressaltou-se um conjunto de fatores que condicionaram os processos de industrialização tal como eles se deram na cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos.

Nos últimos anos estes dois aglomerados sofreram um intenso crescimento demográfico, devido principalmente à expulsão de contingentes de mão-de-obra rural a partir das transformações ocorridas na agro-indústria açucareira da Zona da Mata pernambucana.

A implantação do Distrito Industrial do Cabo nos anos 60 também contribuiu para atrair as populações rurais expulsas principalmente pela agro-indústria do açúcar para a cidade do Cabo e, em menor escala, para Ponte dos Carvalhos, sem contudo oferecer a estes contingentes de mão-de-obra uma melhoria das suas condições de vida. Pelo contrário, podem ser identificados danos vários sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações destes dois aglomerados, a exemplo da poluição dos principais cursos d'água, destruidora da fauna aquática antes abundante e, conseqüentemente, eliminação de uma alternativa de subsistência das populações marginalizadas.

A rigidez do regime de posse e propriedade da terra, decorrente do sistema monocultor-latifundista implantado na região no início da colonização, foi e continua sendo o principal fator determinante da forma e da qualidade da ocupação dos espaços urbanos nestes aglomerados.

Repetiu-se nestes dois núcleos um tipo de crescimento que se caracteriza por um abuso da propriedade. Isto é acentuado pela ausência ou escassez de instrumentos de controle social formais (estes geralmente inobservados, quando existentes) e informais que garantam o uso do solo em coerência com as necessidades da sociedade como um todo.

A prioridade exarcebada dos interesses privados sobre os da coletividade no uso e propriedade do solo e no tipo de industrialização implantada com o Distrito Industrial do Cabo, levou a uma desumanização destes dois aglomerados urbanos, o que se evidencia no ilimitado e desordenado crescimento dos mesmos, no conflito entre usos urbanos, na discriminação social dos espaços, nos danos causados sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das suas populações.

Constata-se, a partir das observações feitas e do testemunho de pessoas entrevistadas, a ocorrência de infiltração e posterior assimilação de valores já padronizados pela cultura urbana mais ampla, o que vem gerando a uniformiza-

ção da cultura como um todo. Esta uniformização, que é provavelmente incentivada no sentido de facilitar a dominação cultural, geradora de alienação social, manifesta-se nos núcleos urbanos objeto deste estudo como um processo de justaposição cultural e não como um processo de mudança a partir da própria dinâmica da cultura local.

Vários fatores, na forma como se estão manifestando, vêm por certo facilitando a substituição de modos de vida típicos de pequenos núcleos interioranos que caracterizam a cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos até os fins da década de 50. Dentre estes fatores destacam-se:

- a) a implantação do distrito industrial;
- b) a proletarização crescente e acelerada dos trabalhadores da agro-indústria açucareira;
- c) a penetração do rádio e da televisão, mesmo nas áreas subhumanas destes dois núcleos estudados;
- d) a disponibilidade de meios de transporte, ligando a cidade do Cabo e Ponte dos Carvalhos ao Recife.

Saliente-se que estes aglomerados apresentavam em razoável nível de diferenciação quanto aos outros aglomerados do mesmo porte e de grande porte. Todavia, encontram-se hoje sob a influência de uma cultura urbana uniforme, a chamada "cultura de massas", que em muito facilita o processo de substituição da antiga ideologia dominante dos monocultores-latifundistas por uma nova ideologia, de cunho tecnográfico e "desenvolvimentista".

Portanto, esta substituição de ideologias não tem alterado significativamente o processo de dominação a que estas populações sempre estiveram submetidas, exceto em seu aspecto formal. Antes, em sua maioria subordinada à figura do senhor de engenho (e, por extensão, à do usineiro), as populações destes aglomerados continuam sendo manipuladas pelos atuais donos do poder, que agora se servem da sofisticada e quase onipresente estrutura dos meios de comunicações de massa. Hoje, a dominação dispensa a presença física do senhor de engenho e do feitor. Ela se manifesta antes nas luzes estroboscópicas das "bates" de Ponte dos Carvalhos, por exemplo, nas quais os jovens em grande parte desempregados e só superficialmente alfabetizados, desfrutam o seu lazer ao som da música discotheque, com líricas em inglês. Ela se manifesta também diariamente das 18:00 às 22:00 horas, quando extensas camadas dessas populações, mesmo naquelas áreas de sub-renda, cumprem o ritual de viver por procuração diante dos vídeos, em função de situações que em nada assemelham-se às suas situações concretas de vida. A dominação é hoje, portanto, bem mais sutil, embora não menos destruidora do que ao

tempo do banguê e dos escravos. Todavia, é confortante registrar a continuação de formas bastante evidentes de resistência a esta dominação ideológica, que se manifestam nas atividades artesanais, no comércio das feiras livres, na pesca e em outras atividades extrativas, na culinária, nas manifestações religiosas, nas festas populares e na linguagem do povo.

Parece óbvio que a implantação do complexo industrial do porte do de SUAPE acelerou o processo de indiferenciação cultural nestes dois aglomerados, como de resto em toda a área programa. Quando a instalação de um complexo industrial de tal porte numa área em que parcelas da população são ainda pré-industriais (mesmo quando se localizam fisicamente nas periferias dos aglomerados) é difícil imaginar como os traços da herança cultural dessas populações possam sobreviver a um processo tão traumático.

Em síntese, os processos urbanos e o de industrialização em ocorrência nestes dois aglomerados vêm se caracterizando pelos seguintes aspectos:

- a) agressão permanente ao meio ambiente e à cultura;
- b) substituição crescente da cultura herdada por uma cultura urbana uniforme;
- c) danos sociais decorrentes da natureza utilitarista da apropriação e ocupação do solo;
- d) danos sociais decorrentes do desempenho da agro-indústria açucareira e do processo de industrialização tal como ele vem ocorrendo nestes aglomerados, com repercussões evidentes sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações.

Além disto, as indústrias do Distrito Industrial por certo, caracterizam-se pela alta densidade de capital, pelo uso de uma tecnologia importada e sofisticada, geradora, na etapa de construções e montagens, de surtos imigratórios. Pode-se prever então que poucas alternativas de emprego industrial em caráter permanente não estão disponíveis para a mão-de-obra desempregada e sub-empregada que já se acumula nos aglomerados urbanos situados na área de influência do Distrito Industrial, dando início às favelas, assim como para a população imigrante que certamente é atraída para esses núcleos urbanos, com intensivo fluxo dinâmico populacional.

Pode-se supor quais são os efeitos sobre o meio ambiente e as comunidades locais, de um complexo industrial, tomando-se como dado comparativo o parque industrial atualmente instalado no município do Cabo e a destruição da fauna aquática no estuário dos rios Pirapama e Jaboatão, devido a efluentes de indústrias daquele parque e das usinas de açúcar. Tais evidências indicam a conveniência de

que sejam tomadas medidas prévias que contribuam à redução dos riscos e dos efeitos da poluição ambiental, assim como aos danos sociais decorrentes.

Naturalmente, já existem medidas prévias de controle de poluição, utilizando-se uma moderna e custosa tecnologia, que contribuem para a redução dos riscos e efeitos da poluição ambiental. Deve-se considerar, contudo, que mesmo as mais sofisticadas técnicas de controle de poluição industrial e portuária atualmente disponíveis não atingem uma eficiência de 100%. Haja visto, que nos países desenvolvidos, onde as mais modernas técnicas antipoluição estão sendo desenvolvidas e empregadas, persiste a preocupação de se realizar estudos e pesquisas visando o aperfeiçoamento e eficiência destas técnicas, a fim de que se elimine por completo o residual de poluição que, embora diminuto, ainda se apresenta com alto potencial destruidor do meio ambiente.

Deve-se ressaltar ainda que as modernas tecnologias de produção desenvolvidas nos países do Atlântico Norte estão sendo transferidas num ritmo bastante acelerado para os países em fase de industrialização. Isto não tem permitido a estes países desenvolverem a necessária tecnologia de controle de poluição, o que os leva a também importar, com altos custos, pacotes de tecnologias controladoras de poluição nem sempre adequadas às condições locais. O desenvolvimento de adequadas tecnologias de controle de poluição nos países industrializados do Atlântico Norte foi possível porque estas tecnologias foram surgindo como respostas a problemas específicos trazidos pelo processo de industrialização.

Talvez um retrato mais aproximado do que o do Distrito Industrial do Cabo venha a representar esteja sendo proporcionado já agora pelo complexo industrial de Cubatão, no litoral do Estado de São Paulo (ISTO É 04/10/78 pp.99 ss) cujo elenco de indústrias é bastante semelhante as que estão instaladas no Distrito Industrial do Cabo.

Ainda quanto ao porte e à natureza deste Distrito Industrial, deve-se observar que ele está incorporado aos objetivos do I PDE, para 1978/79, que "propunha transformar o Distrito Industrial do Cabo em um pólo industrial de âmbito nacional". Reconhecendo que, em princípio "nem a disponibilidade local de matérias primas para a indústria nem a dimensão do mercado estadual são elementos suficientes para induzir a implantação no espaço social de Pernambuco de um pólo industrial de âmbito nacional", o I PDE passa a justificar a implantação do mesmo a partir da "existência de oportunidades de demanda no mercado regional, nacional e internacional para determinados produtos" e da disponibilidade de vantagens comparativas no Estado para a produção daqueles produtos (vantagens de ordem locacional e

de facilidade de recepção/expedição de insumos e de produtos)". E prossegue:

"Só subsidiariamente a composição da produção deverá ser determinada pela configuração do mercado local (substituição de importações) e pela disponibilidade local de matérias-primas (agro-indústrias e de mineração) e mão-de-obra (indústria intensiva de trabalho)".

Quanto à localização, "as unidades de grande porte com a produção voltada para o mercado extra-estadual deveria concentrar-se, necessariamente, na Região Metropolitana do Recife com fácil acesso ao mar, pois serão precisamente as vantagens espaciais que determinarão sua localização no espaço social de Pernambuco. As unidades voltadas para o mercado local e regional e aquelas altamente dependentes de disponibilidade local de matérias-primas (agro-indústrias) deverão ser distribuídas sobre o território do Estado, de modo a criar oportunidades novas de emprego no interior" (I PDE, pp 94-95).

Devido à "insuficiência de excedente investível" do sistema estadual, o I PDE propõe a transferência de recursos do Governo Federal (investimentos na infraestrutura econômica) e do setor privado (investimentos exigidos pelas novas unidades de produção) para o espaço social de Pernambuco, a fim de tornar possível a implantação deste pólo industrial de âmbito nacional.

A partir disto pode-se desde já supor que se repetirá com o Distrito Industrial do Cabo o que aconteceu no Nordeste como um todo ao se adotar uma industrialização via mecanismo 34/18 da SUDENE, ou seja, as multinacionais e os grandes grupos nacionais sediados no Centro-Sul aí implantaram unidades produtivas visando basicamente manter o monopólio do espaço econômico nacional. Veja-se a este respeito a discussão sobre como este processo se deu no Nordeste, a partir da SUDENE, pelo economista Francisco de Oliveira (1977, pp 110-119). O I PDE não oferece alternativas de industrialização fora do modelo econômico que vem gerando projetos grandiosos, mas de duvidosa utilidade social, vez que se têm constituído quase sempre em fatores de destruição ambiental e de desarticulação cultural, dinamizador e gerador dos fluxos migratórios.

Já foi observado que os Distritos Industriais que foram ou estão sendo implantados no Brasil são na prática produtos de uma concepção de desenvolvimento que não considera como um todo a economia das regiões em que estão (ou deverão ser) implantados. Constituem-se, portanto, em fatores de desequilíbrio das economias das suas regiões de influência. Além do mais, os exemplos existentes mostram que tais pólos de desenvolvimento regional não resolvem o problema da mão-de-obra migrante, apenas retendo-a no período das construções e montagem. Quan-

do vem a época do funcionamento das fábricas, esta mão-de-obra volta a migrar e aqueles que decidem permanecer para "tentar a sorte" apenas vão engrossar as fileiras dos marginalizados urbanos.

No caso específico do Distrito Industrial, as consequências de sua influência far-se-ão sentir em muitos núcleos urbanos da Mata Úmida e da Região Metropolitana do Recife. É de se supor, portanto, que estes núcleos receberão contingentes' de mão-de-obra migrantes, além daqueles contingentes que já ingressaram no processo da migração rural-urbana em seus próprios municípios, em virtude das más condições de vida e trabalho dominantes nas áreas rurais. Como já ocorreu nos dois aglomerados objeto deste estudo, isto agravará todo o quadro de deficiências de equipamentos e serviços urbanos existentes nestes núcleos. Nenhum dos núcleos urbanos destas duas micro-regiões tem condições de receber os contingentes populacionais que certamente para eles imigrarão, uma vez que nas condições atuais as suas populações já são precariamente atendidas pelos serviços e equipamentos urbanos existentes.

Ficou evidente que a implantação de indústrias, a partir do modelo de industrialização adotado na região, agravou: a) a marginalização das populações urbana e rural da área-programa, considerando os níveis atuais de subemprego e desemprego, que por certo acentuarão com a imigração; b) a desorganização social em decorrência da pauperização dessas populações, da insuficiência da oferta de serviços e da desarticulação da estrutura cultural; c) os níveis atuais de poluição ambiental, gerados pelo desempenho da agro-indústria açucareira e pelo tipo de industrialização implantado com o Distrito Industrial do Cabo.

Em virtude das evidências apresentadas acima e, tendo em vista a implantação de novas indústrias, é oportuno fazer algumas recomendações de mudanças no modelo programa.

Inicialmente, faz-se necessário promover mudanças neste modelo de industrialização. Estas mudanças devem levar a um tipo de industrialização que considere prioritariamente a imperiosa necessidade da manutenção do equilíbrio nas relações entre o homem e o meio ambiente e o fluxo migratório. Assim assegurar-se-ia aquela condição fundamental para que o processo de industrialização tenha uma dimensão do pólo de crescimento regional.

A implantação de novas indústrias no município do Cabo, não deve ser iniciada sem que medidas efetivas sejam tomadas no sentido de criar alternativas imediatas para a população rural da Zona da Mata, em particular, e todas as áreas rurais de Pernambuco e do Nordeste. No âmbito local, sugere-se a criação de aldeamentos

pequenos e numerosos que resultem num aproveitamento racional do solo, ao redor dos mesmos, visando principalmente à produção de alimentos que atendam, por um lado, às necessidades da população das micro-regiões da Mata Úmida e da RMR, e por outro lado propicie abundantes oportunidades de ocupação para a mão-de-obra concentrada nesses aldeamentos e nas demais áreas rurais. Uma experiência de tal tipo pode oferecer subsídios importantes para uma política de desenvolvimento centrada na agricultura e na agro-indústria, visando tanto a produção de alimentos básicos e a preços acessíveis para a grande maioria da população, como também a oferta de amplas oportunidades de emprego para os contingentes de mão-de-obra marginalizados no campo e nas cidades.

Além desta medida de caráter imediato, em virtude da instalação do Distrito Industrial, recomenda-se que sejam tomadas medidas de caráter mais amplo.

Recomenda-se que sejam estudadas as viabilidades de incentivo à pequena e média indústria, atendendo à demanda do mercado local e micro-regional, com vista ao desenvolvimento de certos valores e tradições (produção da rapadura, do "mel de emgenho", de doces regionais). Por sua vez, este incentivo poderá reverter no desenvolvimento da fruticultura, levando em consideração a existência de um razoável potencial de fruteiras regionais: cajueiros, mangabeiras, mangueiras, pitangueiras, jacueiras, pitombeiras, caramboleiras, genipapeiros, dentre outras.

Há que considerar todavia, que no setor de prestação de serviços e de comércio serão geradas as oportunidades mais imediatas de emprego de mão-de-obra de baixa qualificação, em maior escala. Prevê-se tais oportunidades como decorrentes da própria instalação do complexo industrial-portuário de Suape. Assim é que se recomenda prioridade para o estudo das viabilidades do setor informal da economia na área-programa, identificado ao nível desta abordagem preliminar como aquele que configura uma das alternativas mais adequadas à absorção progressiva do contingente de mão-de-obra desempregada e subempregada ali já existente e inclusive de uma parcela da mão-de-obra imigrante.

Entende-se que a viabilidade destas recomendações decorrerá do estudo da economia regional como um todo.

Recomenda-se também que todas as áreas de influência do Distrito Industrial (que certamente será bem mais extensa do que aquela oficialmente proposta) devem ser objeto de estudos que (re) orientem o pólo de crescimento dimensionado com suas respectivas redes de equipamentos e serviços urbanos. Para isto deverão ser selecionadas áreas não ocupadas nestes núcleos urbanos e desapropriadas pelo Estado para fins de um programa habitacional, patrocinado pelo governo e que responda às neces-

sidades reais das populações em coerência com os seus modos de vida. Tais estudos devem ter por base projeções das imigrações, as quais, sendo inevitáveis, devem ser orientadas e distribuídas equilibradamente.

Numa primeira aproximação, sugere-se o estudo de todos os núcleos urbanos situados nos municípios vizinhos aos municípios do Cabo e Ipojuca. Esta recomendação de dimensionamento dos serviços e equipamentos urbanos dos núcleos já existentes e culturalmente consolidados, de relativa proximidade com a área do Distrito Industrial (facilidades de acesso através da BR-101, PE-60 e estrada de ferro), é mais correta do que a idéia da criação de novos núcleos urbanos, como a projetada Cidade Boasica, ou núcleos residenciais dispersos. Evitar-se-ia deste modo que os núcleos urbanos já existentes tivessem desestimulado o seu processo de crescimento urbano a partir da instalação de novas indústrias, sem que fossem contemplados sequer com alguns benefícios. Com a instalação de um efetivo e rápido sistema de transportes coletivos, vários destes núcleos podem perfeitamente funcionar como espaços urbanos onde as pessoas empregadas no Distrito Industrial terão condições de vivência urbana. Deste modo, tentar-se-ia contribuir ao enriquecimento de um sistema de relações de crescimento local e regional mais diversificadas, vez que no geral estas se revelam muito pobres e indiferenciadas nos núcleos residenciais destinados exclusivamente a populações operárias do município do Cabo.

JVMO

Outubro de 1989

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ANDRADE, Bonifácio. Do Banguê à Usina em Pernambuco. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE, Recife 1975. (mimeog.)
2. ANDRADE, Bonifácio de. Agroindústria do Açúcar na Área-Programa de Suape. Informe Técnico nº 19. CONDEPE-PECCIPS, Recife, julho de 1987. (mimeog.)
3. ANDRADE, Gilberto Osório. "O Engenho Velho". Diário de Pernambuco, Recife, 12 de abril de 1978.
4. ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.
5. CADERNOS DO CEAS. "A Reforma Agrária do Cabo". nº 20, agosto de 1972.
6. COELHO, Tamara de Moura. Le processus d'urbanization au Nord-Est du Brésil. Memoire pour le diplome de troisieme cycle de P' I.E.D.E.S, Université de Paris I, sur la direction de Monsieur le Professeur Michel Rochefort, 1977.
7. DIE NEUE SAMMLUNG et alli (org.). Profitópolis ou o Homem precisa de uma outra cidade. São Paulo, Museu Estadual de Arte Aplicada, S.D.
8. FELIPE, Israel. História do Cabo. Recife, Arquivo Público - Imprensa Oficial, 1962.
9. FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Agricultura do Nordeste: Estudo sobre fatores explicativos dos seus baixos níveis de emprego e renda. Brasília, outubro de 1977 (mimeog.)
10. GEOTÉCNICA S/A. Plano de Organização Territorial, D.I. do Cabo, Recife, 1977 (mimeog.)
11. GOES, Maria do Socorro e Coelho, Tamara de Moura. Visão Geral da População Economicamente Ativa (PEA) no Estado de Pernambuco. Recife, CONDEPE, julho de 1978.
12. GONÇALVES, E.M. e Ribeiro, Vasti de Moura. Ponte dos Carvalhos, PE. Pesquisa realizada para elaboração de tese de mestrado do PIMES, UFPE, em 1972. (Tabelas)
13. FIDEM, Prospecto: previsão populacional para os Municípios da RMR, Recife, PE. 1981.

14. BOUDON, Rymund. A Ideologia: ou a origem das idéias recebidas. série fundamentos, editora ática, SP, 1989.
15. FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1989.
16. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento: JK a JG, RJ, Paz e Terra, 2a edição, 1978.
17. GOODMAN, David E., "O Modelo Econômico Brasileiro e os Mercados de Trabalho: Uma Perspectiva Regional", In: Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. V. junho de 1975, Rio de Janeiro.
18. HOFFMAN, Helga. Desemprego e Subemprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1977.
19. LUBAMBO, Manoel. Revista Fronteiras. Edição fevereiro e março de 1937.
20. OLIVEIRA, Francisco de. Esqia para uma Re (li) rião. São Paulo, Paz e Terra, 2a edição, 1977.
21. PASSOS, José Meireles. "Cubatão Mudou de Nome. Para "Vale da Morte"". Isto é, em 04 de outubro de 1978, pp.92-94.
22. COSTA, Pereira da. Anais Pernambucano, vol VII. p.137-38 (apud Israel Felipe, 1962, p.33).
23. PERRUCCI, Gadiel. A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
24. PERRET SERPA, Luiz Felipe. Educação e Instrução nos Municípios de Cabo e Ipojuca. Comunicação Técnica nº 3. Recife, SEPLAN/CONDEPE/PECCIPS, março de 1978.
25. REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.
26. SEPLAN/FIDEM. RMR - Plano de Desenvolvimento Integrado. Recife, 1976.
27. SIGAUD, Lygia. A Nação dos Homens - uma Análise Regional de Ideologia. Tese de Mestrado apresentada ao Museu Nacional da UFRJ, julho de 1971. (mimeog.)
28. SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo. Cassacos e Corumbas. São Paulo, Editora Ática, 1977.
29. LOPES, Juarez Rubens Brandão. "Desenvolvimento e Migrações: Uma abordagem histórico-estrutural". In: Estudos CEBRAP 6. São Paulo, CEBRAP Editora Brasileira de Ciências, 1973, págs. 125-142.

30. MARTINS, José de Souza. "O Vôo das Andorinhas: migrações temporárias no Brasil".
In: Martins. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis, Editora Vozes, 1986, págs.43-61.
31. GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilité du travail et accumulation du capital. Paris Maspéro, 1976 (Avant-propos, págs.6-37; cap. 1. págs. 39-62; Caps. 5, 6, 7 e 8, págs. 121-226).
32. NEIVA, Arthur Hehl, "Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização".
In: Revista de Imigração e Colonização, ano III, nº 1, abril/1942, págs. 24-70.
33. LEWIS, W. Arthur. "O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra". In: AGARWALA, A. N & Singh, S.P. (coord.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forense, 1969. págs. 406-456.
34. MINTER, Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas. Brasília, 1979.
35. SEPLAN. I PDE, Recife, 1978/1979.
36. IBGE. Índices econômicos - In: Retrospecto na Nova Base. Sup. Especial, Conjuntura Econômica, vol.33, nº 11.
37. FGV. Conjuntura Econômica, ano 36, junho 1982, vol.36 nº6.

NOTAS AOS CAPÍTULOS

Capítulo - I - Antecedentes Históricos

- (1) - BONIFÁCIO DE ANDRADE (1975), op. cit. p. 20.
- (2) - BONIFÁCIO DE ANDRADE (1975), op. cit. p. 133.
- (3) - BONIFÁCIO DE ANDRADE (1975), op. cit. p. 132.
- (4) - BONIFÁCIO DE ANDRADE (1975), op. cit. p. 134.
- (5) - SUAREZ (1977), op. cit. p. 26.
- (6) - LUBAMBO (1975), op. cit. p. 20.
- (7) - FELIPE (1962), op. cit. p. 33.

Capítulo - II - Aspectos Físicos

- (1) - V. ANEXO - A.
- (2) - V. ANEXO - B.
- (3) - V. ANEXO - B.
- (4) - V. ANEXO - C.

Capítulo - III - Crescimento da População no Período 1950 a 1980

- (1) - FELIPE (1962), op. cit. p.17.
- (2) - FELIPE (1962), op. cit. p. 62.
- (3) - cf. PADILHA DE FIGUEIREDO (1977), op. cit. p. 4.
- (4) - PERRUCCI (1978), op. cit. p. 36.
- (5) - cf. HOFFMAN (1977), op. cit. pp. 15 a 21.
- (6) - PERRUCCI (1978), op. cit. pp. 33 a 34.
- (7) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. v. Tabelas 4 e 5.
- (8) - cf. FELIPE (1962), op. cit. pp. 407 a 409.
- (9) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. v. Tabelas 3 e 4.
- (10) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. V. Tabelas 3.
- (11) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. V. Tabela 5.
- (12) - cf. GOODMAN (1976), op. cit. p. 113.
- (13) - SEPLAN/DIDEM (1977), op. cit. p.17.
- (14) - GONÇALVES e RIBEIRO (1972).
- (15) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. V. Tabela 6.
- (16) - cf. SEPLAN/FIDEM (1977), op. cit. p. 17.
- (17) - SEPLAN/FIDEM (1977), op. cit. p. 18.
- (18) - cf. GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. Tabelas 8 e 9.
- (19) - v. dados direto Censo IBGE/1980.
- (20) - PERRET SERPA (1978), op. cit. pp.12 a 15.
v. ANEXO - D, conforme se vê SUAPE, localiza-se nos limites do município do Cabo, RMR. Área bastante favorável à absorção de mão-de-obra especializada localizada nas zonas metropolitanas do grande Recife, como Olinda, Boa Viagem, centro do Recife, Afogados, etc.
- (21) - GOES e TAMARA (1978).
- (22) - V. ANEXO - E. Censo Demográfico 40/80, população total, urbana e rural. Os dados apresentados têm como fonte as Informações Municipais do Cabo, prospecto, 1982, FIDEM - Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana, Recife, PE, e o IBGE.
- (23) - IBGE: Censo Demográfico (1980).
- (24) - IBGE: Censo Demográfico (1980).

- (25) - IBGE: Censo Demográfico (1980).
- (26) - FIDEM: Prospecto, Informações Municipais do Cabo - IMC (1982).
- (27) - FIDEM: prospecto - IMC (1982).

Capítulo - IV - Situação do Trabalhador Rural.

- (1) - cf. BONIFÁCIO DE ANDRADE (1978).
- (2) - cf. BONIFÁCIO DE ANDRADE (1978), op. cit. p. 30.
- (3) - cf. COELHO (1977), op. cit. p. 30.
- (4) - SUAREZ (1977), op. cit. pp. 30 a 31.
- (5) - cf. BONIFÁCIO DE ANDRADE (1978), op. cit. p. 15.
- (6) - CORREIA DE ANDRADE (1973), op. cit. p. 123.
- (7) - CORREIA DE ANDRADE (1973), op. cit. p. 110.
- (8) - SUAREZ (1977), op. cit. p. 46.
- (9) - SIGAUD (1972), op. cit. p. 79.
- (10) - BONIFÁCIO DE ANDRADE (1978), op. cit. p. 59.

Capítulo - V - A Cooperativa Agrícola de Tiriri - Distorção de uma Proposta de Reforma Agrária.

- (1) - CEAS (1972), op. cit. p. 18.
- (2) - CEAS (1972), op. cit. p. 20.
- (3) - CEAS (1972), op. cit. p. 23.

Capítulo - VI - O Distrito Industrial

- (1) - V. ANEXO - B; esta área é considerada de acordo com as informações da SUDENE.
- (2) - V. ANEXO - F.
- (3) - V. ANEXO - F.
- (4) - V. ANEXO - F.

- VI.1 - A Localização

- (1) - V. ANEXO - C
- (2) - De acordo com o CODEPE, a área inicial do DI- Cabo foi de 1 930,5 há. (1960). V. planta (1960) em anexo-G.
- (3) - Ocupado pela área dos engenhos Trapiches, Novo, Barbalho e Pirapama. V. anexo - F. Área considerada de acordo com a SUDENE/CONDEPE.
- (4) - V. ANEXO - F. Situação melhorada posteriormente na gestão da DIPER, v. Anexo - F: planta (1989).
- (5) - Esta área não foi incluída na planta, anexo - E.
- (6) - As informações contidas, no que referem à clima, temperatura, regime pluviométrico, - as observações meteorológicas, têm como fonte o Posto Pluviométrico do Cabo, Pernambuco, 1960.
- (7) - Foi projetada (1960) a construção da Barragem de Matapagipe com conclusão para 1961, entretanto não existe dados quanto o desenvolvimento ou conclusão desta Barragem. Sabe-se no entanto, que foi liberada uma verba para tal projeto através dos órgãos administrativos e financeiros. Segundo o projeto de regularização e aproveitamento do Rio em aprêço, é laborado pelo Departamento de Saneamento do Estado de Pernambuco, a disponibilidade lúdrica diária é de 173 000 m³.
- (8) - Teve início em 1961, atualmente extinta.
- (9) - Segundo as fontes de informação contidas em documentos da CONDEPE, por ocasião da comemoração da XIX semana oficial do Engenheiro e do Arquiteto, Recife, Dez (1961).

- (10) - Dá para ter uma visão da malha viária através do ANEXO - A.
- (11) - cf. ANEXO - G., o perfil destas indústrias, suas características. A presença destas indústrias comprometeram o ambiente de importante momento da arquitetura colonial, a Capela do Engenho Garapú, além de outros impactos de natureza ambiental sobre a cidade, já comentados.
- (12) - Conforme Edital de licitação nº 02/77 da DIPER.
- (13) - cf. Geotécnica S/A. Plano de Organização Territorial, OI- Cabo, Recife, 1977. p. 12.
- (14) - Geotécnica S/A, 1977 p. 11 e 12.
- (15) - cf. GEOTÉCNICA S/A, 1977, p. 22 a 23.
- (16) - Segundo os depoimentos prestados por vários entrevistados, especialmente os do Padre Melo (Pároco do Cabo e de outras três cidades do litoral Mata), transcrito na VII parte - Processo de Industrialização e algumas de suas conseqüências entre 1950 e 1980.
- (17) - A legislação considera empreendimento industrial novo aquele que tenha entrado em funcionamento a partir de 24 de julho de 1985 e, mediante combinação de fatores de produção, se destina a obter um único produto ou uma linha de produção conexas com emprego das mesmas matérias-primas ou com utilização dos mesmos processos industriais. A Escola Econômica Tradicional considera como fatores de produção a matéria-prima, trabalho e capital, a moderna inclui a tecnologia.
- (18) - Produção similar é aquela que, por sua natureza, espécie, composição química, características físicas e utilização final, é diferente de qual quer outro fabricado no Estado, ou região.

Capítulo - VII - Processo de Industrialização e algumas de suas Conseqüências entre 1950 e 1980.

- (1) - cf. FELIPE (1962), op. cit. p. 407.
- (2) - FELIPE (1962). op. cit. pp. 407 a 409.
- (3) - GONÇALVES e ERMILIANDA M RIBEIRO, VASTI DE MOURA (1972), Tabelas, op. cit. pp. 22 e 23.
- (4) - GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. Tabelas pp. 5 a 22.
- (5) - GONÇALVES e RIBEIRO (1972), op. cit. Tabelas, p. 21.
- (6) - Dados fornecidos pela Assessoria de Finanças da Prefeitura do Cabo.

----- VII.1 - Estrutura do Setor Industrial e Crescimento entre 1970 e 1980.

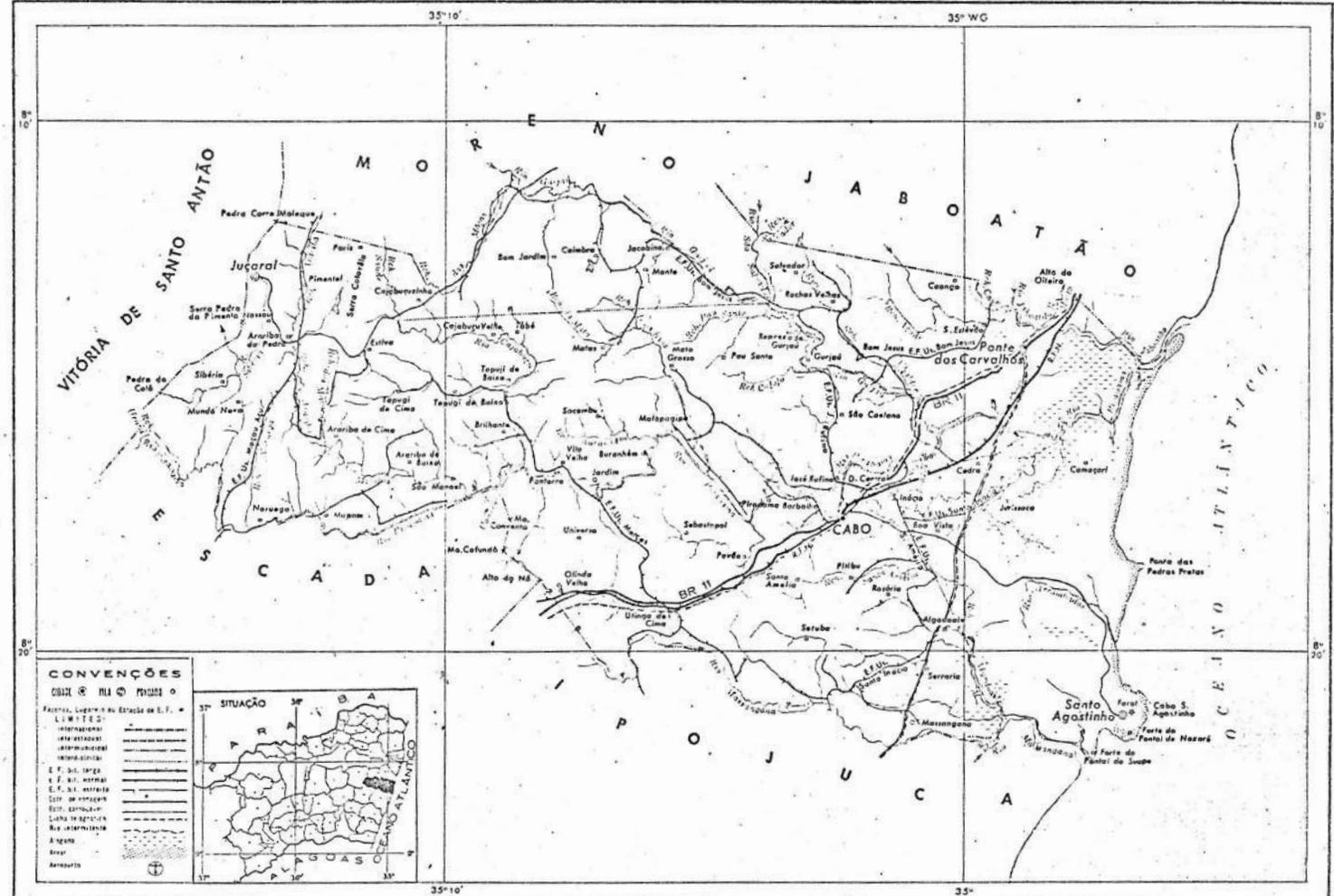
- (1) - cf. Pesquisa Direta/1987, realizada com base no exercício de 1986 - DIPER/Gerência de Relações Empresariais. cf. Cadastro Industrial do Estado de Pernambuco para 1988/1989, já apresentando um número de empregados bastante maior.
- (2) - Instaladas em 1987, segundo a pesquisa direta da DIPER. v. nota 1, acima.
- (3) - cf. FIDEM, prospecto informações demográficas de PE., Sec. de Planejamento, Recife/PE., 1983. Estimativa para 1989, 130.000 habitantes para o município do Cabo.
- (4) - cf. Cadastro Industrial do Estado de Pernambuco para 1988/1989.
- (5) - cf. Pesquisa Direta/1987, realizada com base no exercício/1986, DIPER Gerência de Relações Empresariais. - Quando foi assim demonstrado para manter a originalidade da fonte de informação, SUDENE/DIPER, percentuais referentes às vendas da produção, por gêneros industriais. E, assim mantendo a originalidade da fonte de informação (SUDENE/DIPER).

A N E X O S

Fonte : FELIPE, Israel - História do Cabo.

Estado de PERNAMBUCO

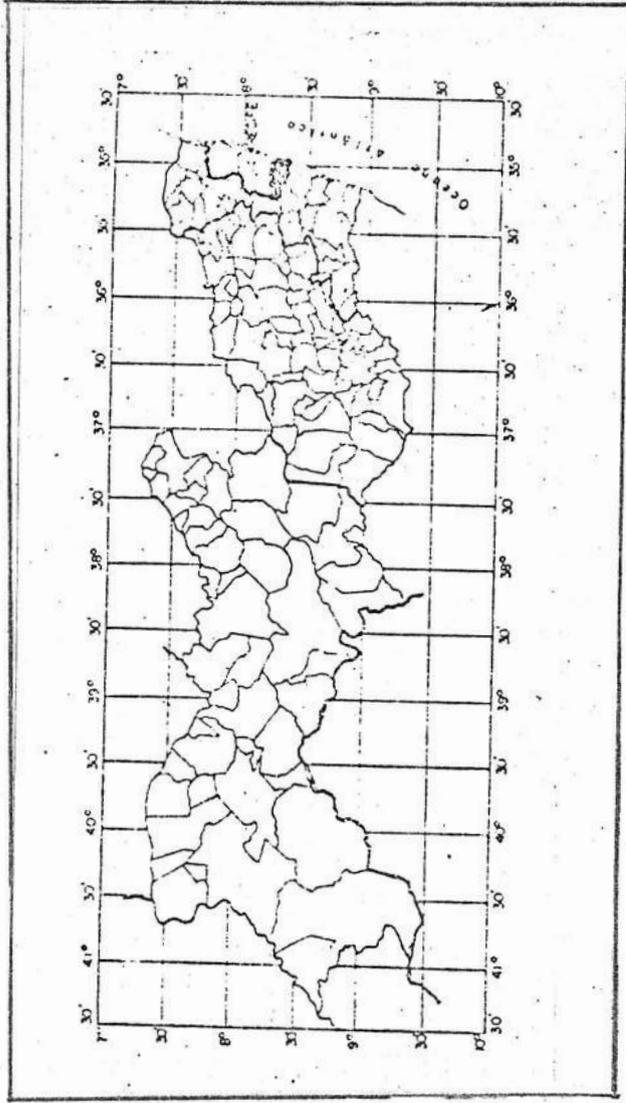
Município de CABO



1:40.000 - Conselho Nacional de Geografia - D. G.

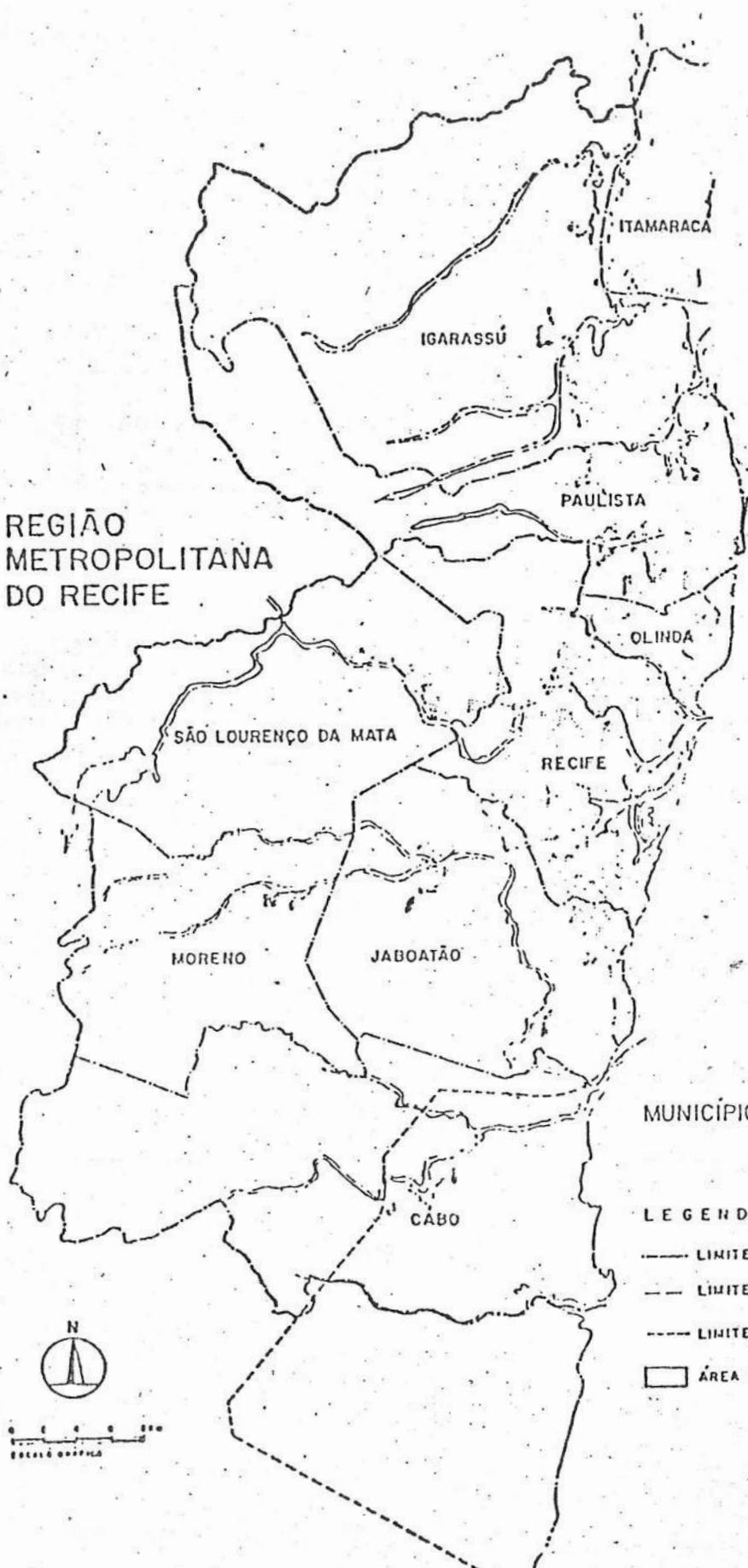
Projeção de Mercator
Escala: 1:40.000
(1 cm = 4,0 km)

Des. A.M. Divisão Territorial em 31.01.1935.



Fonte : FIDEM - PROSPEDO.

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

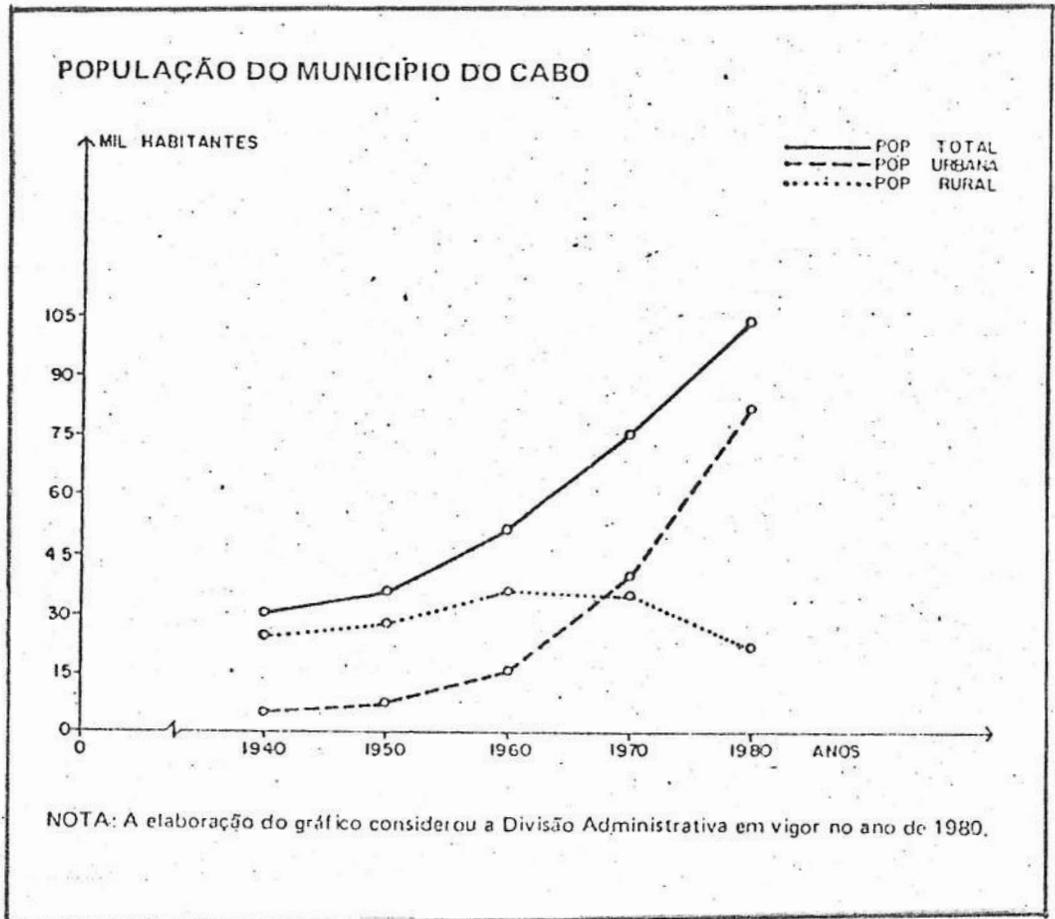


MUNICÍPIOS DA RMR

LEGENDA

- LIMITE DA RMR
- LIMITE DE MUNICÍPIO
- · - · LIMITE DA ÁREA LEGAL DE SUAPE
- ▭ ÁREA URBANIZADA

FONTE: DOCUMENTAÇÃO IMPLANTAÇÃO ZPE'S

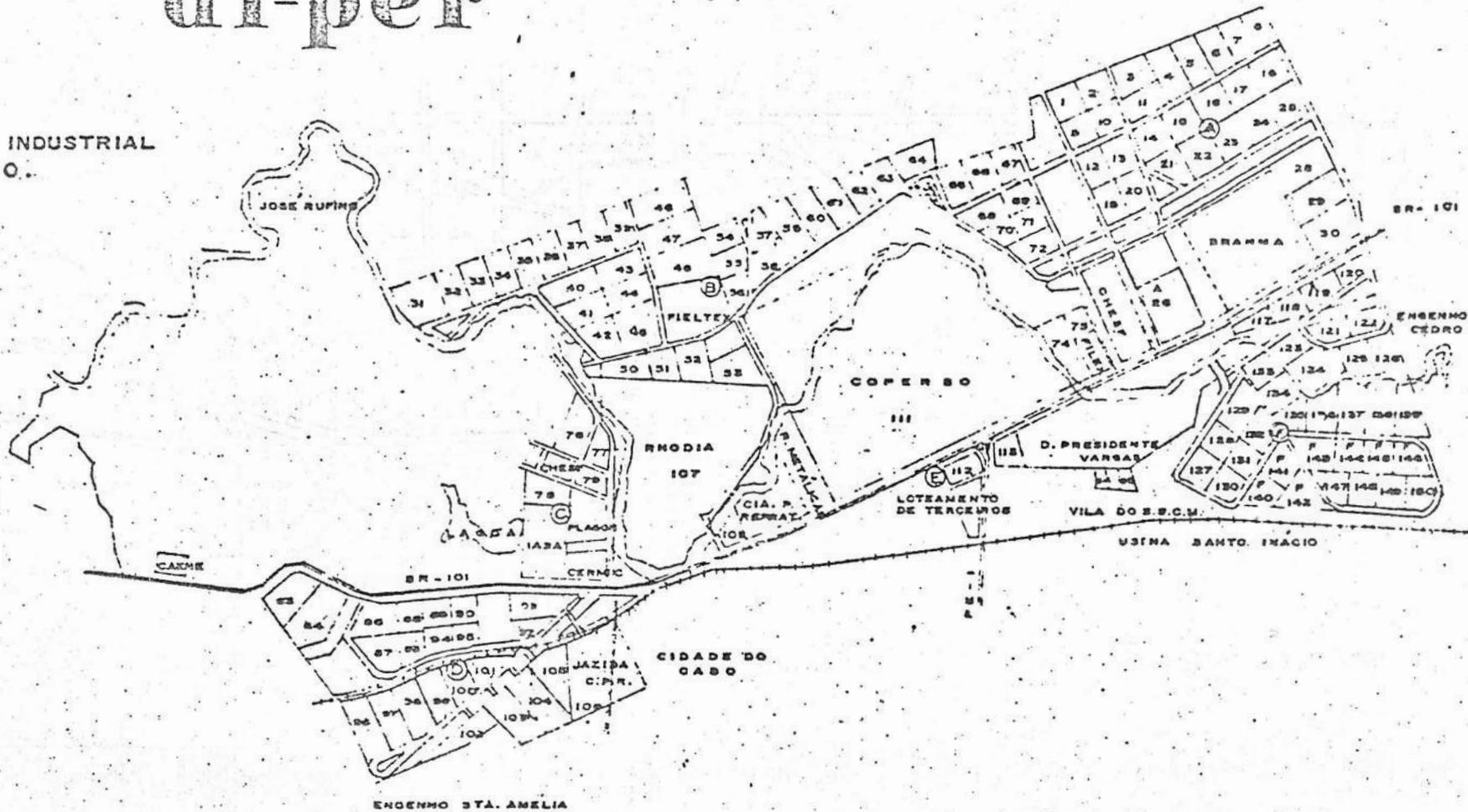


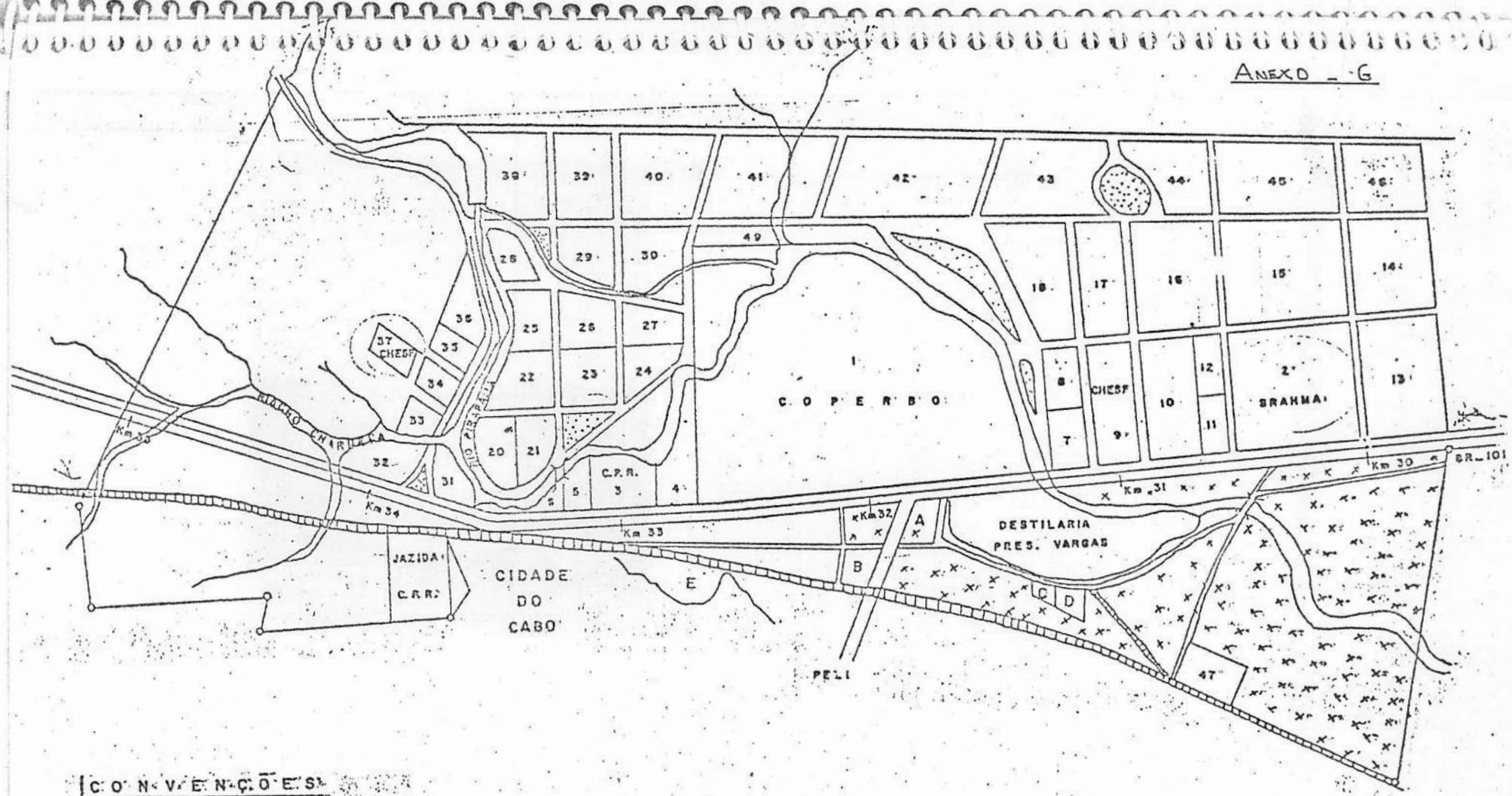
Fonte: FIDEM - PROSPEDO.



di-per

DISTRITO INDUSTRIAL DO CABO.





CONVENÇÕES

- A — PÓSTO
- B — GINÁSIO INDUSTRIAL
- C — RÁDIO-PIRAPAMA
- D — SÍTIO PARTICULAR
- E — PEQUENAS E MÉDIAS INDUSTRIAS
- ☐ — ZONA URBANA
- ☐ — PARQUES E JARDINS

FONTE : SUPENE / DIPER .

C. O. D. E. P. E.

DISTRITO INDUSTRIAL

D. O.

C. A. 970

ESCALA 1/20.000